

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



306.2
F383 n.p

“NACIONALISMO, POLÍTICA E DEMOCRACIA NA OBRA DE NÉLSON WERNECK SODRÉ”.

SUBMETIDA À DEFESA EM SESSÃO
PÚBLICA REALIZADA ÀS 14:00 HS.

NO DIA 09/05/2001

BANCA EXAMINADORA:

DR. FERNANDO A. F. DE AZEVEDO

DR. JOÃO ROBERTO MARTINS F.

DR. LÚCIO FLÁVIO R. DE ALMEIDA

HOMOLOGADO PELA CPG NA 80ª

REUNIÃO NO DIA 16/05/2001

ASSISTENTE

Ana Maria Suficel Bertolo
Assistente em Administração

DELSON FERREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio de Azevedo.

SÃO CARLOS - S.P.
2001

BCo - UFSCar



10125220

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Fernando Antônio de Azevedo, pela acolhida e atenção na orientação;
aos professores Drs. Marco Antônio Villa e João Roberto Martins Filho, pelo trabalho e pelas sugestões no Exame de Qualificação;
ao amigo, Dr. José Maria da Costa, pela competente revisão do texto final;
à Silvia, ouvido companheiro de todas as horas;
à Isabel, amiga que dividiu comigo os momentos iniciais deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I: A AGENDA POLÍTICA DOS ANOS CINQUENTAS E SESSENTAS	11
1.1: A Agenda <i>Nacional-Desenvolvimentista</i> e o Seu Núcleo Central: o Desenvolvimento Econômico	12
1.2: Desenvolvimento Econômico, Processo Político e Luta Ideológica	18
CAPÍTULO II: NÉLSON WERNECK SODRÉ: BIOGRAFIA, HISTÓRIA E AÇÃO POLÍTICA	26
2.1: Repressão Política e Memórias de Luta	27
2.2: A Produção Intelectual Werneckiana: Conceitos e Teoria	51
CAPÍTULO III: A PERSPECTIVA POLÍTICA DE NÉLSON WERNECK SODRÉ	88
3.1: Questão Nacional e Nacionalismo	89
3.2: O Problema do Desenvolvimento	103
3.3: A Política	110
3.4: A Democracia	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
1. Da obra werneckiana	147
2. Outras obras referidas	148
ANEXOS	155
1. Obra werneckiana editada em livro	156
2. Dossiê: Nelson Werneck Sodré	159

RESUMO

Esse estudo busca compreender o papel que Néelson Werneck Sodré desempenhou na vida e na cultura política brasileira. Seu primeiro momento delimita a agenda política dos anos cinquenta e sessenta a partir do *nacional-desenvolvimentismo*, situando as principais posições e discussões em pauta no momento político que Sodré produziu a parcela mais importante da sua obra. Sua militância intelectual e política foi voltada para a construção do que ele denominou de *pensamento nacionalista*, formulando-o a partir de uma compreensão marxista dos processos de transformação da sociedade. Teoricamente próximo de Marx e das concepções soviéticas do marxismo, Sodré entendeu a política e os seus desdobramentos, tais como o papel exigido das esquerdas no processo político, a função histórica dos partidos e os conceitos construídos pela sua visão da realidade social brasileira. O estudo da sua biografia e das concepções teóricas que abraçou, possibilitou o trabalho específico com os três pontos fundamentais que configuram o seu pensamento político: *nacionalismo, política e democracia*. Na concepção werneckiana, o *nacionalismo* era um instrumento de luta política e tinha uma função objetiva: ser o fundamento ideológico dessa luta. A obra *werneckiana* é inteiramente tocada pela *questão nacional*, e a sua forma peculiar de encará-la, vendo no *nacionalismo* a base ideológica para a condução de uma luta maior, fez dela um dos baluartes do pensamento *nacionalista* brasileiro. Quanto ao problema do *desenvolvimento* econômico, para Sodré, este constituía o principal meio para a conquista da autonomia nacional e para o avanço do processo político da *Revolução Burguesa*. Sua visão concebeu a *política* como *locus* privilegiado no qual *os interesses econômicos das classes* encontrariam a *sua expressão mais completa e multilateral*. A partir da sua leitura do marxismo, o *desenvolvimento da economia* seria a alavanca que impulsionaria a *mudança do regime social*, e essa transformação resultaria da *atividade consciente do povo, baseada na política*. Por isso, ele via como necessária a costura de uma ampla aliança de classes que tornasse viável a *luta antiimperialista*, um dos elementos centrais da sua proposta de ação política. No seu entendimento, a *democracia* era o único meio para que a *revolução burguesa* concluísse o seu processo, permitindo o avanço histórico na direção do *socialismo*, forma posterior de *democracia* que seria exercida a partir das demandas concretas da classe trabalhadora. A *democracia* constituía meio e fim para a emancipação dessa classe, entendendo essa emancipação sob uma dupla perspectiva: a da burguesia nacional, que se tornaria *livre* da tutela do capital internacional e do imperialismo; e a da classe trabalhadora, que estaria a trilhar mais uma etapa da construção histórica do *socialismo*. Esse trabalho de prospecção, levantamento, classificação e análise da obra werneckiana abre um campo de pesquisa a ser explorado por outros pesquisadores a partir de diversos enfoques, construindo conhecimento sobre problemas e objetos que ainda estão abertos, tais como estudos sobre as relações entre a imprensa escrita e a política, o regime militar de 1964, a história política brasileira e os fundamentos sociológicos da produção literária.

INTRODUÇÃO

O objeto da pesquisa que gerou este trabalho consistiu em um estudo da perspectiva desenvolvida por Nélson Werneck Sodré em rela o ao *problema nacional* brasileiro caracterizado entre 1954 e 1964, buscando detectar suas concep es teóricas e suas formas de compreensão do *nacionalismo*, da *política* e da *democracia*.

Buscava-se, como finalidade para este estudo, compreender o papel desempenhado por Nélson Werneck Sodré na vida e na cultura política brasileira, enquanto personagem ativo no cenário das principais lutas sociais ocorridas no Brasil a partir dos anos trintas do século vinte.

Para isso, delimitou-se um universo para a pesquisa que começava: era mister estudar a obra de Nélson Werneck Sodré a partir da sua atua o acadêmica e política no Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. Essa decisão levou ao procedimento metodológico adotado quanto ao recorte de tempo histórico abrangido, que começa no período (1954-55) compreendido entre a morte de Getúlio Vargas e a correspondente subida ao poder de João Café Filho – responsável pela assinatura do ato de cria o do ISEB – e fecha com a deposi o do presidente João Goulart pelo golpe militar de 1964. A partir daí, definiu-se a necessidade de compreensão da postura nacionalista werneckiana, levando-se em conta o papel político exercido pelo ISEB enquanto institui o voltada para o debate de questões ligadas ao problema do *desenvolvimento*.

A articula o entre os três temas que orientaram o início da pesquisa se justificou pelo entendimento de que os embates entre duas grandes vertentes de opinião política – a que propunha a saída *nacional-autonomista* e a defensora da abertura econômica – quanto aos modelos adequados para conduzir e administrar o Brasil dos anos cinquentas e sessentas, ainda hoje são reveladores potenciais das imagens que ficaram impressas pelo fazer político brasileiro no momento *populista*.

O núcleo mais importante da vasta obra werneckiana foi produzido nesse momento político. Por isso, a pesquisa e o estudo sobre a perspectiva desenvolvida por este autor e o entendimento quanto ao papel do *nacionalismo*, da *política* e da *democracia* em sua obra tornaram-se pontos fundamentais pelos quais passou-se a pretender abordar e desenvolver este trabalho, contribuindo, à medida que os seus objetivos fossem alcançados, para o avanço do conhecimento nessa área da sociologia e da história política.

Conseqüentemente, o problema de fundo a ser resolvido é compreender o papel social e político desempenhado por Néelson Werneck Sodré na vida e na cultura política brasileira contemporânea. Por isso, ele aponta no sentido do entendimento dos nexos que fundamentaram o pensamento político werneckiano, uma vez que esse autor desenvolveu, ao longo da sua obra, um corpo organizado de concepções que configuram uma visão específica de Brasil. À medida que a opção aqui definida foi pelo recorte político, o interesse principal em compreender a sua obra a partir dos eixos temáticos da *questão nacional*, da *política* e da *democracia* ficou plenamente justificado.

Os objetivos propostos para o trabalho foram os seguintes:

- Delimitar a agenda política dos anos cinquentas e sessentas a partir do tema do *nacional-desenvolvimentismo*;
- Trabalhar com a biografia do autor e definir os contornos e limites das concepções teóricas que fundamentaram a sua obra;
- Demonstrar a compreensão desse autor sobre o significado do *nacionalismo*, deixando claro como ele compreendeu o problema do *desenvolvimento* econômico. Evidenciar como ele concebeu a *política* e definir o significado que ele atribuiu à *democracia*.

Este estudo traduziu-se em um trabalho de prospecção, levantamento, classificação e análise daquilo que era procurado na obra werneckiana. Esses procedimentos refletem-se

inteiramente no corpo desta dissertação, ou seja, caminham em simbiose em todo o seu percurso, procurando detectar e compreender os elementos que surgiram no decorrer da pesquisa. O resultado da pesquisa bibliográfica realizada, que toma forma no texto ora apresentado, foi estruturado para atender aos objetivos propostos.

O capítulo introdutório aborda o contexto histórico, social e político do Brasil das décadas de cinquenta e sessenta. Trata-se de situar as principais posições e discussões do momento político no qual Werneck Sodré produziu a parcela mais importante de sua vasta obra. Nesse sentido, a ampla problemática da *questão nacional*, partindo da pauta que definiu a agenda política entre essas duas décadas, é crucial. A ideologia *nacional-desenvolvimentista*, que constituiu amálgama entre as controvérsias teóricas e políticas sobre os diferentes modelos de *desenvolvimento*, já por demais estudadas e debatidas, tem justificada a sua inserção aqui pela centralidade política que lhe foi conferida a partir do governo Kubitschek, fomentando a maioria dos debates havidos naquele momento sobre os destinos do país. A recuperação da temática central da agenda daquela hora deverá fornecer elementos para que, no capítulo conclusivo, trabalhe-se com a compreensão werneckiana relativa a esse processo. Delimitar o núcleo central da agenda política dos anos cinquenta e sessenta, a partir da ideologia do *nacional-desenvolvimentismo*, relacionando-a ao processo de luta política e ideológica que ocorreu naqueles anos no qual Sodré esteve profundamente envolvido enquanto ator é o objetivo central a ser perseguido neste momento. Dessa forma, o trabalho de situá-lo no quadro político dessas duas décadas, consistirá na preparação do caminho para o próximo capítulo.

O segundo capítulo tratará do autor em epígrafe, percorrendo e definindo a sua biografia pessoal, profissional e política. A vida e a atuação militante de Werneck Sodré serão enfocadas a partir de sua obra autobiográfica, e sua vasta produção intelectual, tratada do ponto de vista dos conceitos e teorias que deram sustentação ao seu trabalho.

Finalmente, o capítulo terceiro refere-se aos três eixos temáticos que definem, no sentir do subscritor deste trabalho, o sentido maior da percepção que Néelson Werneck Sodré construiu sobre o Brasil ao longo da sua obra. A compreensão que ele desenvolveu sobre o significado do *nacionalismo* e a sua função política no Brasil dos anos cinqüentas e sessentas é o primeiro ponto importante para seja possível visualizar de forma abrangente o pensamento werneckiano. Ligado a esse aspecto, é mister definir como Sodré enxergou o papel do *desenvolvimento econômico* no processo político brasileiro. Em terceiro lugar, o papel da *política* e da ação militante nesse campo da vida social é outro item fundamental. Como é configurada a *política* em sua visão e qual o sentido da ação política na sociedade, a partir de uma perspectiva nacionalista de esquerda, são as questões a serem trabalhadas. Finalmente, é necessário lidar com a concepção werneckiana de *democracia*. O primeiro passo será demonstrar o que ela significa para esse autor. A questão de fundo é: a *democracia* era, para Werneck Sodré, meio ou fim da emancipação social? Por que e para que ele atuou no interior do Exército, do ISEB e do PCB pela construção de uma *democracia popular* no Brasil? Nesse sentido, como ele compreendeu o papel das Forças Armadas, do ISEB e do Partido Comunista Brasileiro na construção da *democracia brasileira*? Pretende-se, neste ponto, entender a articulação que ele fez entre a construção de um projeto político democrático-nacionalista para o Brasil e a proposta de uma revolução *peculiar* que viria, segundo sua concepção, encaminhar e executar esse projeto – a chamada *Revolução Brasileira*.

Tendo em vista que a sua obra e a sua atuação política abarcam um quadro político e social abrangente e de longa duração, que compreende diversas conjunturas pelas quais o país passou, este estudo sobre o pensamento werneckiano deve conduzir, em seu conjunto, a uma compreensão do seu relevante papel, deixando, ao mesmo tempo, o registro da visão de mundo e da ação política daquele que foi um dos mais consistentes intelectuais brasileiros do século vinte.

CAPÍTULO I

A AGENDA POLÍTICA DOS ANOS CINQUENTAS E SESENTAS

1.1: A Agenda Nacional-Desenvolvimentista e o Seu Núcleo Central: o Desenvolvimento Econômico.

As décadas de cinquenta e sessenta viveram um ambiente de intensa agitação na luta política e nos debates travados em todos os campos da vida cultural. Nesse ambiente, um assunto centralizava quase todas as discussões: o *desenvolvimento* do país, a possibilidade de superação da questão social e do atraso econômico, político e cultural. Não constitui novidade, portanto, que o *desenvolvimento* tenha figurado como tema central da vida social brasileira nessas duas décadas¹. Com diversas roupagens, pode-se dizer que a temática do *desenvolvimento* perpassou esses períodos, marcando também as décadas seguintes até os dias de hoje. Ainda nos anos sessentas, a *Doutrina de Segurança Nacional* prescrevia o chamado “*desenvolvimento com segurança*”, paradigma vigente nos anos seguintes da ditadura militar. Nos dias atuais discute-se, a partir da problemática da *globalização*, a possibilidade do “*desenvolvimento sustentado*”, fato que ainda confere ao *tema* a sua atualidade.

A literatura existente sobre o assunto é abundante e reflete a sua relevância. Sua revisão não constou dos objetivos deste trabalho, interessando somente no que possa tocar à compreensão que Werneck Sodré desenvolveu a respeito. A extensa bibliografia produzida demonstra e comprova, no entanto, um aspecto importante: se, ainda nos dias de hoje, o item desenvolvimento freqüenta a pauta da agenda política brasileira com maior ou menor intensidade, conforme o momento ou as conveniências políticas, nos anos cinquenta e sessentas, embora essa agenda não fosse construída com a meticulosidade atual pelas forças políticas que detinham o controle do Estado, o problema do desenvolvimento era o elemento configurador central de toda a ação política. Provas dessa afirmação podem ser encontradas tanto na produção intelectual sobre o assunto quanto nos registros referentes à ação

¹ . Para Maria Victória Benevides (*O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*), não se pode, no tocante às décadas de cinquenta e sessenta, falar em “*arrancada*” (p.21) para o desenvolvimento econômico, mas sim em uma “*reorientação*” do seu *curso processual*.

parlamentar: independentemente de coloração política ou ideológica, intelectuais e homens públicos pautaram a maior parte das suas reflexões e ações a partir da problemática do desenvolvimento econômico.

O momento no qual a inserção deste tema encontrou o seu auge foi, como já é largamente demonstrado por vários autores, o governo Kubitschek. É possível, entretanto, uma breve recuperação da sua entrada progressiva na agenda pública brasileira, de forma que seja possível compreender a sua preeminência no período J.K.

Em mensagem de encaminhamento do seu programa de governo, enviada ao Parlamento em março de 1951, Getúlio Vargas defendia a expansão industrial e o incremento do papel e da intervenção do Estado na economia. Ao mesmo tempo, pretendia estimular o crescimento da produção de bens de consumo e a expansão do mercado interno, que seriam obtidos por meio da elevação dos patamares mínimos da renda nacional. O intuito de tal programa era modernizar o Brasil, de forma a introduzi-lo nos novos parâmetros definidos pelo desenvolvimento capitalista do pós-guerra. Esse programa encontrou obstáculos políticos importantes. Dentre eles, problemas sérios entre os partidos da base do governo (PTB/PSP) e a oposição udenista e questões resultantes do crescimento recente da indústria, do setor terciário e do crescimento acelerado das cidades. No âmbito internacional, o maior empecilho ocorreu na relação com os E.U.A., sempre instável em decorrência de ações anteriores do governo Dutra, conseqüentes ao contexto da Guerra Fria. O que ocorreu foi que a política de desenvolvimento sugerida por Getúlio enfrentou dificuldades internas e externas que refletiam o conflito de interesses dos diferentes setores da burguesia que se encontravam representados na composição do governo. O tema desenvolvimento já estava pautado na agenda, mas ainda encontrava sérias dificuldades de execução internas à própria burguesia.

A morte repentina de Vargas levou ao poder o vice-presidente Café Filho, que procurou distinguir o seu governo como uma transição, um breve período² em que procuraria “criar condições favoráveis ao advento de uma era de recuperação”. Ao final de 1954, as articulações para a escolha dos candidatos à presidência da República dominavam as ações no cenário político. Os problemas acima apontados quanto ao modelo de *desenvolvimento* a ser adotado para o país não estavam resolvidos. O lançamento de candidaturas, no entanto, implicava opções claras. E a conjuntura as exigia. O governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, foi indicado candidato pelo PSD, tendo como vice João Goulart, compondo assim aliança com o PTB. A campanha, a vitória eleitoral e a posse de J.K. foram conturbadas pelas constantes tentativas udenistas de interromper o processo político por meio do apelo à força militar. Sua posse foi afiançada pelas armas³ e, na opinião de diversos analistas, ele exerceu o seu mandato garantindo estabilidade e democracia, que teria sido amplamente praticada e respeitada. De acordo com Maria Victoria de Mesquita Benevides (1979), a *estabilidade*⁴ do governo J.K. deveu-se à conjugação de três fatores: à aliança PSD/PTB, à centralização política e ao apoio das Forças Armadas.

Qual foi o móvel causador dessa *estabilidade*? O consenso, no âmbito das forças que passaram a deter em suas mãos a condução do processo político brasileiro naquela hora, em torno da necessidade de se promoverem mudanças no *curso processual* do *desenvolvimento econômico* brasileiro. Daí o papel fundamental desempenhado pela *ideologia desenvolvimentista*, que passou a centralizar a pauta da agenda política daquele momento, que era articulada e elaborada, segundo Benevides, pelos partidos políticos que compunham a aliança majoritária no Congresso Nacional, pelos militares e pelo Poder Executivo, no tocante

² . 24/08/1954 a 09/11/1955.

³ . “Crise de novembro”: a ação do “golpe preventivo”, executado pelo general Lott.

⁴ . *op. cit.*, p.49: na definição da hipótese central de seu trabalho, Benevides sustenta que “...a estabilidade do Governo Kubitschek foi produto de uma conjuntura especial, na qual o Exército e o Congresso atuaram de maneira convergente. Esse equilíbrio funcional entre os partidos e o Exército significava que o governo não estava bloqueado no Congresso (graças à maioria conseguida com a aliança PSD-PTB) e contava com o apoio do setor majoritário do Exército” .

à execução da política econômica⁵ prevista por aquela *ideologia*. No seu modo de ver, citando Miriam Limoeiro (1978), o momento de efetivação prática dos pontos constantes da agenda *desenvolvimentista* foi o ano de 1957, no qual

“a ação econômica do governo começou a integrar efetivamente a ideologia do desenvolvimento; a inquietação política é mais controlada e a ênfase do governo é a construção econômica”.

Atendendo às pretensões primeiras dos partidos de sua base de apoio - manutenção do estatuto de posse da terra e expansão do mercado de trabalho na indústria -, Juscelino cooptou o apoio da maioria parlamentar⁶, abrindo caminho para que passassem os projetos que interessavam ao seu programa de governo, sustentado teoricamente pela ideologia *nacional-desenvolvimentista*.

No tocante ao apoio que Juscelino recebeu das Forças Armadas, Lott exerceu papel capital. O Ministro da Guerra controlou sob mão forte a hierarquia e a disciplina, particularmente no Exército. O encaminhamento de verbas aos ministérios militares e a nomeação de oficiais para áreas estratégicas do Executivo (Petrobrás, Sudene, Grupos Executivos e outros órgãos) cederam espaço no interior do governo para a prática do ideal de *“segurança e desenvolvimento”*, sistematizado e defendido pela Escola Superior de Guerra, que passou a ser hegemônico novamente duas décadas mais tarde *manu militari*.

Segundo Miriam Limoeiro Cardoso⁷, o discurso político de J.K. revela os componentes primordiais da *ideologia do desenvolvimento*, elemento fundamental de sustentação da ação desse governo. O discurso *desenvolvimentista*, eivado de referências populistas, sublimaria as diferenças de interesses e pretensões dos diversos grupos ou classes sociais. Para ele, todos (a *Nação*) deveriam estar unidos em torno do *projeto de*

⁵ . *op. cit.*, p.49: a autora entende que a política econômica executada nesse governo foi a *“variável explicativa para a convergência Forças Armadas e Congresso: a aliança PSD-PTB e o Exército atuaram de maneira convergente no sentido de apoiar a política econômica do governo, cujo núcleo era o Programa de Metas”*.

⁶ . *op. cit.*, p.69: Benevides acentua que Celso Lafer *“situa o Congresso na República Populista como um importante locus de controle e absorção de incertezas vitais para a economia, onde as facções que representavam múltiplos interesses tinham a possibilidade de conciliar-se e acomodar-se, compartilhando o poder”* e, portanto, definindo a agenda política.

⁷ . *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*.

desenvolvimento proposto que, assim, configuraria a “*vontade coletiva*”, mascarando, em última instância, o verdadeiro caráter da dominação burguesa. O papel do Poder Executivo seria o de “*sistematizar, expressar e atualizar*” aquela *vontade coletiva*, colocando na balança as condicionantes político-conjunturais, como a relação do governo com os partidos e o parlamento e a inserção do país no contexto internacional. Para a autora, o *desenvolvimentismo* foi a ideologia que apôs na pauta o conceito “*mudar dentro da ordem para garantir a ordem*”, significando *mudar* dentro do sistema capitalista para abonar o objetivo último que seria o desenvolvimento capitalista do Brasil⁸. Quanto aos recursos que financiariam esse processo e a impossibilidade de obtê-los pela via da utilização de poupança interna, seria legítimo consegui-los (poupança externa) dos países desenvolvidos do bloco ocidental, a “*ordem*” maior na qual o Brasil estava incluído. Daí o *nacionalismo juscelinista* ser plenamente compatível com a abertura e utilização do capital estrangeiro no processo de *desenvolvimento*. Nesse sentido, concluindo com Miriam Limoeiro, o *nacionalismo da ideologia desenvolvimentista* adotou várias faces, expressas de diferentes formas e de acordo com a necessidade política. Ele foi “*patriótico*” por conduzir o desenvolvimento da Nação, “*internacionalista*” por ligar-se à utilização da poupança externa, e “*anticomunista*” por entender que *desordem, subversão e trabalho* eram incompatíveis com *desenvolvimento nacional*.

O principal instrumento de governo de J.K. foi o “*Plano de Metas*”. Acorado na epígrafe de sua campanha eleitoral, “*cinquenta anos em cinco*”, Kubitschek estabeleceu o seu programa de governo⁹. Na primeira reunião de ministros, em fevereiro de 1956, foi divulgado o *Plano* e criado um órgão de controle e gestão da economia, o *Conselho de Desenvolvimento*,

⁸. *op. cit.*, Miriam Limoeiro CARDOSO, p. 112-125 e 152-165.

⁹. *op. cit.*, p.48: Em função da centralidade conferida ao desenvolvimento econômico pela agenda política desse período, só seria “*eficaz*” no exercício do poder político quem o promovesse efetivamente. Sobre esse ponto, Benevides sustenta que “*quanto à eficácia não há muita dúvida: no período em foco ela se confunde com o desenvolvimento econômico, que gerou o otimismo generalizado com o Programa de Metas, instrumento eficaz para enfrentar as pressões do sistema político através de novas medidas de desenvolvimento econômico e social, mesmo que apenas de curto prazo*”.

a ser composto por ministros, pelos chefes do Gabinete Civil e Militar e pelos presidentes do Banco do Brasil e do BNDES. O objetivo central era

“acelerar a acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos em atividades produtoras”.

Essa ação deveria incentivar a industrialização acelerada e gerar novos postos de trabalho no setor primário, elevando conseqüentemente o nível de vida da população. Tratava-se de pôr termo ao desenvolvimento planejado do capitalismo no Brasil, enfrentando os seus problemas crônicos - energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação -, contemplados em um conjunto de trinta metas que definiam soluções para cada uma dessas questões. Criado e aplicado por tecnocratas, o *Plano de Metas* introduziu inovações na administração pública brasileira, que a marcam até os dias atuais. A ação de técnicos, empresários, políticos e militares nos Grupos de Trabalho e nos Grupos Executivos imprimiu novo ritmo ao governo e à elaboração dos projetos destinados ao incremento do processo *desenvolvimentista*. O ISEB, por meio de vários dos seus quadros, constituiu referencial da *política desenvolvimentista* proposta pelo *Plano de Metas*, uma vez que dali partiram alguns dos paradigmas fundamentais do ideário *desenvolvimentista* defendido por Juscelino Kubitschek.

O tema *desenvolvimento* estava, dessa forma, efetivamente colocado em posição central na pauta da agenda pública brasileira, que pode ser definida nesse período como *Agenda Nacional-Desenvolvimentista* em função de o seu *núcleo central* - o *desenvolvimento econômico* - ser demarcado pela ótica daqueles que passaram a deter, a partir de J.K., o controle sobre o processo político brasileiro, resultando, daí por diante, um novo ordenamento na construção das políticas que definiriam os rumos do país.

1.2: Desenvolvimento Econômico, Processo Político e Luta Ideológica.

A *ideologia nacional-desenvolvimentista* assumiu durante o governo Kubitschek, como foi anteriormente demonstrado, um caráter *hegemônico*¹⁰ no que tange ao fato de o processo político passar a ser orientado a partir das suas formulações. Isso não quer dizer, entretanto, que no curso desse processo não tenha havido discordâncias ou oposições. Nesse sentido, faz-se relevante recuperar e compreender as origens das convergências e divergências ideológicas em relação ao *desenvolvimentismo*. No campo dos divergentes será encontrado Werneck Sodré, embora fosse isebiano de *primeira hora* e um dos articuladores do pensamento e da estratégia política do PCB.

A Comissão Econômica Para a América Latina – CEPAL – foi criada pela ONU em 1948, tendo por finalidade desenvolver estudos que demonstrassem as possibilidades e os obstáculos que se antepunham ao desenvolvimento regional. Esses estudos, *grosso modo*, fundamentaram-se no binômio *planejamento econômico / nacionalismo*, gerando elementos teóricos substanciais que estimularam debates amplos e calorosos sobre as condições em que se processava o desenvolvimento na América Latina.

A tese central dos *cepalinos* era, em linhas gerais, a seguinte. A economia dos países *subdesenvolvidos* encontrava-se segmentada em dois *setores*, opostos por suas origens: o rural, *estagnado e atrasado*, e o industrial, *dinâmico e moderno*. Sendo assim, o estágio de desenvolvimento latino-americano era decorrente dessa oposição interna e da *dependência* dos *países periféricos* em relação ao *centro* do sistema capitalista. Isso significava, na conclusão da tese, que o *subdesenvolvimento* existia como resultado lógico da *subordinação* aos países capitalistas *desenvolvidos*. Daí a proposta: a *superação* da *dependência* deveria apoiar-se na industrialização, conduzida pelo *setor moderno* da economia, acompanhada de

¹⁰ . *op. cit.*, Miriam Limoeiro CARDOSO, *O "espírito" do desenvolvimento como consolidação de uma hegemonia, passim.*

outras mudanças profundas na estrutura econômica, sendo crucial a reforma agrária, implicando a ruptura com a *estagnação* e o *atraso*.

O pensamento *cepalino* foi influente e fez escola, formando gerações de economistas que levaram e aplicaram suas idéias em programas de governo de diversos países. No Brasil, não só fundamentou as formulações *nacional-desenvolvimentistas* de Juscelino como largas correntes de opinião nas décadas de cinquenta e sessenta. O movimento nacionalista usou como modelos, por exemplo, os paradigmas de *industrialização* e interferência do Estado na vida econômica. Enquanto isso, alguns intelectuais do Partido Comunista Brasileiro valiam-se dos estudos *cepalinos* para justificar teoricamente a correção da tese da luta contra o *imperialismo*. Vários setores, bem como políticos, empresários e militares passaram a ocupar-se com a necessidade do *planejamento econômico*. O pensamento *cepalino*, em conclusão, fortaleceu e justificou a ascensão da tecnocracia como instrumento de concentração do controle do Estado sobre os núcleos de gestão de política econômica, acarretando centralização do poder no sentido da tentativa de se impulsionar o desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais.

Não há exagero em se afirmar que uma das correntes de opinião de maior força no Brasil dos anos cinquenta foi a nacionalista. O núcleo central do *pensamento nacionalista*, à parte de suas múltiplas facetas e colorações ideológicas, ancorava-se na perspectiva de desenvolvimento autônomo do Brasil, por meio de uma rápida industrialização que seria conduzida pela burguesia e financiada por capital nacional. Capitais e tecnologias estrangeiros seriam aceitos desde que se submetessem ao controle nacional. No processo de industrialização idealizado, as velhas elites dirigentes do país, ligadas às oligarquias rurais e ao comércio agroexportador, seriam substituídas por uma nova liderança burguesa nacional que acolheria os interesses maiores do povo brasileiro, promovendo um processo de desenvolvimento autônomo que desembocaria, ao mesmo tempo, na gestação de uma cultura

autenticamente nacional. O projeto nacionalista conferia à burguesia industrial *não comprometida* com o capital internacional o papel de novo grupo dirigente do Estado, que assim o gerenciaria em nome do interesse de todos. Parcelas importantes desses princípios são encontradas na *ideologia nacional-desenvolvimentista*, que operou um deslocamento das bandeiras do *pensamento nacionalista* para o âmbito da ação planejada e controlada pelo Estado. O que poderia ser chamado de *nacionalismo progressista*, fundado na idéia de desenvolvimento com democracia, foi incorporado e transformado em *nacionalismo racional* pelo discurso juscelinista¹¹, que, ainda com o concurso da democracia, passou a se pautar no princípio *desenvolvimento com segurança*.

As tentativas organizadas de construção de um projeto de desenvolvimento nacional brasileiro começaram a tomar corpo efetivo a partir de 1952. Intelectuais de diversos matizes e técnicos da administração pública, influenciados pelas reflexões *cepalinas* e vinculados à herança econômica do pensamento varguista, constituíram-se em um grupo de estudos que ficou conhecido como *Grupo de Itatiaia*. Dois anos mais tarde, esse grupo decidiu pelo trabalho em paralelo com o Poder Executivo e iniciou gestões no sentido da criação de um Instituto de Estudos Superiores que, fundado em 1955, foi denominado ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros -, tendo o *status* de órgão cultural ligado ao Ministério da Educação e Cultura.

Produto político das articulações dos intelectuais do *Grupo de Itatiaia* e de um decreto do presidente Café Filho, como agência voltada para a criação e promoção de

“uma ideologia concreta que, tal como um guia prático, pudesse melhor conduzir as transformações que implicariam no pleno desenvolvimento da nação”,

nasceu nessa hora, para Caio Navarro de Toledo, um dos mais importantes *“aparelhos ideológicos do Estado”* brasileiro. As idéias matrizes que constituíram esse Instituto estavam assentadas nas propostas do Collège de France e do Colégio de México. Essa instituição, que

¹¹ . *op. cit.*, Miriam Limoeiro CARDOSO, *Nacionalismo para o desenvolvimento, passim*.

deveria ser denominada “*Escola Superior de Paz*” na concepção do então ministro da Educação, Cândido Motta Fº, se propôs a ser um

“centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo e a divulgação das Ciências Sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas Ciências à análise e a compreensão da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”.

O observador atento não terá dificuldade em perceber uma concepção instrumentalista e finalista em relação ao conhecimento e à ciência por parte dos intelectuais que se tornaram “*os isebianos de primeira hora*”, à medida que eles se propunham claramente

“a constituir ou lançar as bases de um ‘pensamento brasileiro’ (autêntico ou não-alienado) através de um projeto teórico-metodológico de natureza totalizante para onde confluíriam disciplinas e ciências diversas”.

utilizadas apenas como instrumentos para a compreensão dos processos sociais e a promoção do desenvolvimento econômico e social brasileiro em bases capitalistas nacionais.

As propostas isebianas ancoravam-se, com nuances referentes às posições mais à esquerda ou à direita dos intelectuais membros, no desenvolvimento industrial autônomo que seria sustentado no âmbito político por uma coalizão de forças, denominada “*frente única*”. Essa aliança estratégica pró-desenvolvimento teria em sua composição a burguesia nacional, o proletariado urbano, grupos de técnicos da administração pública e intelectuais engajados, setores *modernos* da sociedade diretamente mobilizados com a superação do subdesenvolvimento e capazes de enfrentar a burguesia latifundiário-mercantil e o imperialismo – setores atrasados que se oporiam ao *desenvolvimento* e à industrialização do país.

No momento em que se propôs a ser um “*centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário*”, o ISEB, de forma contraditória em função do amplo arco ideológico que caracterizava os intelectuais que estavam a seu serviço, marcou de modo

importante, com a sua produção intelectual diversificada, a reflexão política brasileira. Os conceitos nacionalistas elaborados pelos pensadores isebianos difundiram-se largamente e serviram de paradigmas para a apreensão e análise dos problemas do país no decorrer das décadas de cinqüenta e sessenta.

A existência do ISEB em nove anos desse período (1955-1964) veio a marcar profundamente os paradoxos dessa rica fase da vida brasileira, na qual os dilemas da agenda política localizavam-se, em última instância, entre duas posições políticas antagônicas: romper com os fundamentos históricos da *dependência* e construir os alicerces de um capitalismo nacional e auto-sustentado, ou aprofundá-la ainda mais, sobre novas bases jurídicas e sem o concurso - até então tido como necessário - do *populismo*.

O ISEB cumpriu um importante papel de laboratório e microcosmo social do dilema político acima descrito, que esteve, a princípio, limitado internamente ao âmbito dos diversos setores da burguesia e da intelectualidade brasileira, mas que ganhou também, inevitavelmente, a dimensão pública das ruas, tornando-se questão de ampla discussão popular em todo o país.

O Instituto isebiano, as Forças Armadas e o Partido Comunista Brasileiro constituíram, naquelas duas décadas, centros de discussão sobre o problema do *desenvolvimento* e os destinos da *democracia* no Brasil. No entanto, devido às suas principais características institucionais peculiares - *hierarquia castrense* e *centralismo burocrático* - tanto as forças militares quanto o Partido Comunista ficaram aquém do ISEB no sentido de revelar, de forma evidente para o estudioso, a diversidade multifacetada das discussões políticas e da luta ideológica que envolveu as questões do *desenvolvimento* e da *democracia*.

Em tempo paralelo, uma outra poderosa corrente de pensamento se desenvolveu no interior do Estado brasileiro. Foi a ESG - Escola Superior de Guerra -, fundada seis anos antes

do ISEB¹². Essa instituição, dedicada aos estudos estratégicos, foi também fonte criadora de conceitos sobre o desenvolvimento brasileiro, sendo responsável, por meio dos seus cursos, pela formação de gerações das elites militar e civil, adeptas do alinhamento brasileiro ao bloco ocidental. O alcance das proposições *esguianas* na vida política brasileira é notório. O pensamento dessa escola analisava o Brasil a partir de uma ótica geopolítica, geradora de uma concepção que ligava diretamente o tema *desenvolvimento* ao assunto *segurança nacional*. Propagada por meio de cursos, seminários e publicações, essa concepção formulou a tese da *Doutrina de Segurança Nacional*, ancorada teoricamente no binômio *desenvolvimento e segurança*, um dos pilares sobre os quais se sustentou o regime militar instalado a partir de 1964.

No outro lado do espectro político, as forças de esquerda foram, *grosso modo*, conduzidas pela ação do Partido Comunista Brasileiro, nos anos cinqüentas e sessentas. Em meados de 1954, esse partido iniciou o caminho na direção de um programa político moderado e pragmático, passando a admitir sua participação na vida política institucional e a aliança com os chamados *setores progressistas* da burguesia e das Forças Armadas. Para os comunistas, os empecilhos principais ao *desenvolvimento* brasileiro eram o *imperialismo*, notadamente o norte-americano, e o *latifúndio*. Esse quadro conjuntural justificaria uma aliança estratégica dos *setores* que não estivessem presos a esses interesses, que deveriam, por isso, formar uma *Frente Nacionalista e Democrática*. Essa frente foi proposta em 1958, e uma de suas finalidades principais era a luta para a conquista do poder pela

12 . No website da ESG (www.esg.br), pode ser encontrada a seguinte informação: “A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, se constitui em um Instituto de Altos Estudos, destinado a desenvolver e consolidar conhecimentos necessários ao exercício das funções de assessoramento e direção superior. Entre os cursos que oferece, a Escola conta com dois, fundamentais, referentes a Altos Estudos de Política e Estratégia. O primeiro (CAEPE) destinado a civis (70%) e militares (30%) e o segundo (CAPEM), exclusivamente a militares das três Forças Armadas. A ESG sustenta que o país deve contar com um Projeto Nacional, coordenado pelo governo em consonância com a sociedade, de forma a orientar o Poder Nacional no sentido de atingir os objetivos de Segurança e Desenvolvimento, com justiça social, objetivando o Bem Comum. Para elaboração deste projeto, sugere um Método de Planejamento de Ação Política, baseado em princípios e valores éticos, ou seja, em uma Doutrina de Ação Política. A Escola, subordinada ao Ministério da Defesa, não desempenha função de formulação ou execução da Política do País. Seus trabalhos são de natureza exclusivamente acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao livre debate”.

“pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas”.

Em 1960, no seu Quinto Congresso¹³, o PCB confirmou suas teses, ratificou essas posições. Partindo da idéia de que a *Revolução Brasileira* tinha um caráter *antiimperialista, antifeudal, nacional e democrático*, os comunistas passaram a agir politicamente no sentido da tentativa de chegar ao poder pela *via pacífica e eleitoral*. O equívoco cometido na formulação das propostas de constituição da *Frente Única* e da *Frente Nacional e Democrática* parece ter sido não levar em conta devidamente a diversidade de forças e interesses em jogo e o grau de complexidade das relações políticas que a sociedade brasileira já comportava naquela conjuntura. Desse modo, ao tentar unir em uma mesma aliança grupos sociais com interesses tão distintos e com forças reais tão díspares, não só bloqueou a sua própria ação na luta política, como acabou minimizando um fato incontestável: o chamado *projeto nacionalista*, tal como estava sendo encaminhado naquela hora interessava primordial e efetivamente à burguesia, e não *a todos em geral*, como propagavam os *nacional-desenvolvimentistas*. A partir de então, até 1964, quando foi violentamente proscrito pelos militares, o PCB insistiu na tese da *Frente Nacional e Democrática*, contando com o apoio do ISEB e da Frente Parlamentar Nacionalista e tentando encaminhar a ação das esquerdas nessa direção.

Inserido efetivamente na pauta da agenda pública brasileira, o tema *desenvolvimento* foi motor, como vimos, de um intenso processo de luta política e ideológica em torno das opções possíveis de condução do processo. Recuperadas as convergências e divergências em

¹³ . Esse encontro aconteceu ainda sob forte influência dos abalos políticos causados pelo XX Congresso do PCUS, de 1956: em fevereiro daquele ano, em uma das sessões do congresso em pauta, Krushev apresentou um extenso relatório (*Relatório Krushev*) com sérias críticas à conduta de Stálin no poder. Nesse relatório, amplamente documentado, acusou Stálin de *abusos de poder, brutalidade e teimosia*. Nele foram detalhadas as formas pelas quais milhões de pessoas inocentes foram condenadas por crimes que não haviam cometido, reconhecendo-se o mal que essas ações causaram ao *país e à causa do progresso socialista*. Por outro lado, o XX Congresso do PCUS reconheceu, rompendo com o dogmatismo *stalinista*, que os caminhos para o socialismo eram diversos em cada país, e superou a tese de Lênin que defendia a inevitabilidade de uma guerra total entre os países capitalistas e socialistas. O XX Congresso do PCUS e o Relatório Krushev causaram impactos profundos e mudanças políticas significativas nas ações dos PC's espalhados pelo mundo, além da ruptura com a China, alterando a configuração política do projeto socialista tal como era conhecido a partir da influência soviética sob o período *stalinista*.

relação ao que ficou conhecido como *desenvolvimentismo*, tocando nos seus focos centrais, a saber, a CEPAL, o *pensamento nacionalista*, o ISEB, a ESG e o PCB, é possível seguir adiante. O próximo capítulo trabalhará com a biografia e com uma parcela selecionada da obra de Néelson Werneck Sodré para os objetivos deste trabalho.

CAPÍTULO II

NÉLSON WERNECK SODRÉ: BIOGRAFIA, HISTÓRIA E AÇÃO POLÍTICA

2.1: Repressão Política e Memórias de Luta.

“... Não é de surpreender - porque há nisso uma lógica profunda, embora às vezes escondida - a fúria com que os regimes retrógrados voltam-se contra os intelectuais, os artistas, os cientistas e os aprendizes, os estudantes: a verdade é sempre subversiva. Ela não vive em repouso, não é estática, não se alimenta da pausa. Exige, ao contrário, a inquietação, o movimento, a mudança. E isso porque deriva da realidade, busca traduzir a realidade, retratar a realidade. A realidade está em perpétua e incessante transformação, desenvolvendo-se dialeticamente. Só o pensamento dialético pode acompanhar, pois, o fenômeno que se desenvolve segundo a dialética. Essa aproximação com a realidade confere à ciência e à arte, ao conhecimento, o intrínseco sentido de mudança, que desperta tanta fúria nos regimes que, também intrinsecamente, permanecem ancorados no passado”. (Sodré, 1967:364)

Nélson Werneck Sodré nasceu em 27 de abril de 1911. Viveu a maior parte da sua infância e juventude no Rio de Janeiro. Foi matriculado pelos pais no Colégio Militar dessa cidade, em 1924, aos treze anos, tendo, *“sem saber, escolhido uma carreira”*. (1967:5) Concluiu a primeira fase de estudos em estabelecimentos de ensino militar em 1930, ingressando em 1931 na Escola Militar do Rio de Janeiro no curso regular de formação de oficiais para o Exército Brasileiro. Concluído o curso, foi declarado aspirante na arma de Artilharia em 1934, aos 23 anos, iniciando sua vida profissional no 2º Grupo de Artilharia de Dorso, sediado na cidade de Itu, interior do Estado São Paulo. Daí por diante seguiu carreira militar servindo em diferentes pontos do país, dentre eles como instrutor do curso de História Militar na Escola de Estado Maior, no Rio de Janeiro, entre abril de 1948 e janeiro de 1951, no posto de major, e em unidade de fronteira no extremo sul, na cidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, entre maio de 1951 e abril de 1955, em decorrência de punição imposta por causa das suas posições políticas, conhecidas desde há muito no interior do Exército, e por sua participação ao lado da *corrente militar nacionalista* na diretoria executiva do Clube Militar.

Por causa dessas posições foi promovido a coronel somente em 1961, por tempo de serviço, passando para a reserva, no posto de general, no ano seguinte, 1962.

Foi um dos fundadores do ISEB, tendo ali trabalhado entre 1955 e 1964, acrescentando à sua ficha de “*elemento perigoso mais uma culpa*”.(1967:563) Na seqüência do golpe de Estado de 64, foi preso por agentes do DOPS paulista em 26 de maio de 1964, em uma fazenda de familiares na cidade de Fernandópolis, interior de São Paulo, quando passou a responder a uma longa e diversificada série de IPMs - *Inquérito Policial Militar* -, entre setembro de 1964 e dezembro de 1966.

Eis uma figura ímpar da história do pensamento político brasileiro. Homem atuante em campos diversos, que exerceu sua longa função profissional de oficial do Exército Brasileiro e, ao mesmo tempo, quase em paradoxo, foi ativo e engajado militante da vida cultural e política brasileira por não menos extenso período, como crítico literário, articulista da imprensa escrita e escritor com vasta produção intelectual no campo das Ciências Humanas - iniciada em 1938 e só interrompida por sua morte, em 13 de janeiro de 1999¹⁴. No tocante a esse amplo leque de atividades, Sodré relata:

“... estava completando, ao fim de 1945, doze anos de atividade literária intensa, pois iniciara a minha colaboração sistemática no Correio Paulistano em 1934; e a crítica literária em 1936. Escrevera nos maiores jornais do País, no Rio e em São Paulo, e nas revistas de mais prestígio e circulação.

Estreando em livro, em 1938, lançara um por ano, desde então; tinha títulos meus incluídos em duas coleções de estudos brasileiros, a Brasileira da Companhia Editora Nacional, dirigida por Fernando

¹⁴ . CONY, Carlos Heitor: *Dignidade acima de tudo* - Folha de São Paulo, 16/01/99 - Ilustrada, p.5-5. “*Todos os que o conheceram tinham a certeza de que era um dos homens mais íntegros da nossa paisagem intelectual. Podiam discordar dele, mas sabiam que Néelson Werneck Sodré colocava acima de tudo a dignidade do ser humano, a sua e a dos outros. Essa dignidade foi o fundamento de sua personalidade, formada inicialmente no exército, onde chegou a general. E, mais tarde, na militância ideológica de nosso tempo, militância que exerceu em altíssimo nível. Sua obra abrange três segmentos interativados pela sua cultura de fundo humanístico: a literatura, a sociologia e a história. Foi mestre nos três departamentos. Tornou-se citação obrigatória de todos os pesquisadores que estudam o processo brasileiro como um todo, e não em seus departamentos estanques. Um texto de Néelson sobre Machado de Assis ou sobre um dos nossos ciclos econômicos se destaca pela abrangência de sua visão. Conhecia o geral e chegava ao particular. Sabia ver a árvore e a floresta. Um dos líderes mais respeitados da esquerda brasileira, nunca se deixou fascinar pela badalação inconseqüente de certa época, nem pelo radicalismo carreirista que marcou a carreira de tantos. Preso nas primeiras horas do golpe militar de 64, cassado, nunca deixou de ser um ponto de referência do pensamento brasileiro. Teórico do nacionalismo, jamais se tornou um xenófobo. Recusou cargos e compensações. Viveu austeramente. Com Oscar Niemeyer, formava a dupla mais respeitável da esquerda brasileira, uma esquerda que ele explicou, procurou ensinar e pela qual sacrificou sua vida e engrandeceu seu ideal*”.

de Azevedo, e a Documentos Brasileiros, da Livraria José Olímpio Editora, dirigida por Gilberto Freyre e, depois, por Otávio Tarquínio de Souza.

Quando começara a colaboração sistemática, no Correio Paulistano, Hitler ascendera há pouco no poder e pensava-se que Hindenburg o contivesse; quando comecei a fazer crítica literária, ali, a guerra civil na Espanha fora desencadeada.

Veio, depois, a Segunda Guerra Mundial, que estava chegando ao fim. Fora uma fase de profundas transformações, no mundo e no Brasil". (1970:355)

Posicionado filosoficamente dentro das linhas paradigmáticas do materialismo dialético, Sodré atraiu para si a atenção sistemática do meio militar brasileiro, do qual fez parte até 1962, quando passou para a reserva remunerada qualificando politicamente o governo de João Goulart de "fraco"¹⁵. Essa atenção não foi devida somente ao fato de alguém com pendores intelectuais, literários e jornalísticos ser, em primeira ou última instância, estranho ao meio castrense, mas aconteceu, sobretudo em decorrência de seu engajamento filosófico e político nas fileiras do pensamento marxista, algo imperdoável para os grupos dominantes do ideário militar brasileiro até os dias de hoje. Em relação à base primeira de sua formação intelectual, esse autor a define ao dizer que

"...como é sabido, Hegel era dialético mas não era materialista, e Fuerbach era materialista mas não era dialético. Até essa fase de reexame de meus conhecimentos¹⁶, as vigas mestras em que me apoiava, e que esboroaram então, eram, de um lado, as concepções de Henri Berr e seu grupo, em História, e as teorias que fundamentaram os transformistas e materialistas dos fins do século XIX e início do século XX. A leitura de Haeckel, de Buchner, um pouco menos de Le Dantec, deixara marcas em meu pensamento. Dois eixos presidiam, desde então, o meu raciocínio: o da concepção materialista do universo e o da concepção de movimento da matéria. A leitura de Darwin, apesar de seu espiritualismo, fôra muito importante para mim: ele reforçava a estrutura do pensamento apoiada naqueles dois eixos. Do ponto de vista da cultura individual - numa época em que se procurava impor o primado da especialização, que desumaniza os conhecimentos - eu continuava a acreditar no primado de uma base ampla, em que repousasse uma especialização não extremada. Daí a curiosidade voltada para uma faixa muito variada e extensa de conhecimentos, a busca de um mínimo de informação em cada um. Sou grato - e naquela fase ainda mais o fui - à base matemática de minha formação, como até

¹⁵ . "...Algum tempo depois, pelo telefone, amigo que privava com o presidente João Goulart, afirmando que falava em seu nome pessoal apenas, consultava-me se aceitaria determinada e bem remunerada função civil. Respondi que considerava uma indignidade servir àquele governo e que não apreciava os fracos. Foi, provavelmente, uma injustiça que cometi: o governo era fraco mesmo, mas o presidente Goulart fizera o possível para manter-me na ativa, até determinado limite, além do qual havia risco, sem compensação correspondente. Não guardei mágoa do presidente. Nunca mais o vi" (1967:560-61).

¹⁶ . Segundo Sodré, trata-se, do ano de 1945.

o estudo de uma língua morta, como o latim. O segredo do fascínio que, em certa época, quando de minha adolescência, senti pela obra de Vilfredo Pareto estava nos fundamentos de sua cultura individual: as matemáticas e as humanidades greco-latinas.” (1970:363-64)

Nos estudos que o levaram ao desenvolvimento de uma compreensão sobre o devir da História em sucessivas etapas dialeticamente engendradas, sendo a derradeira a da sociedade comunista sem classes, o posicionamento convergente com os pilares centrais do materialismo histórico é evidente, deixando patente a construção de um ponto de vista político fundado nas concepções marxistas que consideram o processo da História como meio e passagem direcionados a um duplo objetivo final - a transição socialista e o advento do comunismo. Assim, Sodré resume o seu enfoque filosófico da História quando coloca que

“cresce em importância e em significação se considerarmos a fase histórica que estamos vivendo, em que o memorialista viveu, fase de transição, como outras, mas de intensidade muito maior na transição, na mudança, fase em que se opera a mais profunda mudança da História, a de uma sociedade de classes, que chega ao fim, para uma sociedade sem classes, que se aproxima.” (1970:14-15)

Por suas posições filosóficas sempre assumidas, Sodré se tornou um homem sujeito ao julgamento público, uma vez que o seu posicionamento político acerca dos problemas cruciais vividos pela sociedade brasileira foi longamente exposto nos meios de divulgação cultural - jornais, revistas e livros -, deixando evidente para a sua corporação profissional, a militar, a diferença de seu pensar em relação ao que fora estabelecido como comum e aceito por e para aquele meio: o anticomunismo irrefletido e a defesa cega dos paradigmas da modernidade liberal-burguesa.

Esse é o quadro filosófico e político que fez com que Sodré passasse a ser sistematicamente observado por setores do próprio Estado do qual fazia parte na condição de funcionário. Intelectual comprometido com a mudança revolucionária da sociedade em direção ao socialismo e oficial perfilado com a corrente nacionalista do Exército, passou a ser tachado de subversivo e comunista pelos órgãos policiais ligados à repressão política. A tacha e a pecha, características do ato de rotular de modo prévio, pelo desconhecimento, receio, ou

discordância política, são táticas de ação das polícias políticas por demais conhecidas, e fazem com que aquilo que é qualidade maior para o espionado seja exatamente o que o desqualifica aos olhos daquele que espiona.

É possível observar, dessa forma, uma contradição evidente: enquanto Sodré procurou em seus dois trabalhos autobiográficos, por meio do seu discurso, qualificar e atribuir significado social à sua trajetória intelectual e política, os agentes do aparato político-repressivo do Estado brasileiro caminharam na direção contrária, tentando, em seus relatos, desqualificar a sua ação social de modo prévio, deixando, nas entrelinhas, escapar a perplexidade por estar em diante de um oficial de primeira linha do Exército brasileiro que seria... *comunista*. Observar, espionar, relatar e historiar, para um dia fatalmente prender e retirar do meio social o comportamento tido como anômalo. Esse é o terreno social no qual Sodré desenvolveu o seu trabalho intelectual e a sua militância política.

Neste ponto está localizado o núcleo central da militância política desse militar-intelectual - em pleno período de *democracia populista*, entre os governos Dutra e Goulart - voltada para o desenvolvimento estratégico do que ele denominou de *pensamento nacionalista*, configurando esse pensamento a partir de uma compreensão marxista dos processos de transformação da sociedade. É nesse contexto que ele se qualificou politicamente, agindo no interior da instituição militar e nos meios de divulgação cultural, e foi, ao mesmo tempo, qualificado pelos que nele passaram a ver a personificação do inimigo infiltrado, remunerado pelo que era denominado "*vermelho e pecaminoso soldo*" de Moscou.

É possível estabelecer relações entre a datilografia impessoal do Dossiê Geral do DEOPS de São Paulo¹⁷ e a pena autobiográfica de Sodré, demonstrando, nas falas e entrelinhas desses discursos, a biografia e a localização de Sodré em seu tempo histórico e político. Esse dossiê, que foi compilado de fichários e sistematizado pelo DEOPS/SP, por

¹⁷ . Pastas do Arquivo do Setor de Ordem Política e Social - DEOPS/SP. Período: 1945-1982. Pastas DEOPS nº 52 Z 0 - 14.937; 50 K 118.795; 50 D 26 6300; 50 D 26 6876; 50 K 6-284; 50 Z 9 - fichas 43.937 / 44.140. São Paulo - S.P., Arquivo Público do Estado.

solicitação do IIº Exército, em 1977, e por pedido do SNI, em 1979, tem o seu recorte temporal estabelecido a partir de 1945 e foi produzido a partir de técnicas policiais de fichamento de atividades de investigação procedidas pelos órgãos de segurança, atividades essas que consistiam no produto do acompanhamento direto, por parte desses órgãos, da vida pessoal e pública daqueles que se tornavam objeto de suas ações de investigação. O material disponível ao acesso público, encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, compreende seis pastas em formato arquivo, cujos conteúdos estão organizados e classificados em ordem seqüencial de tempo e de acordo com as solicitações que eram feitas pelos diversos setores policiais ligados à segurança do Estado, tanto civis como militares. Esse material mostrou-se relevante após a pesquisa e justificou a sua inserção parcial, em seu formato original, neste ponto do trabalho, e como anexo¹⁸, em seu final, na íntegra, em função de ele fornecer elementos para a compreensão da visão que os vários departamentos da polícia política brasileira construíram sobre a atuação de Sodré.

Por outro lado, a opção aqui definida pelo trabalho com as obras autobiográficas do autor - *Memórias de um Soldado* e *Memórias de um Escritor* -, justifica-se por ser tomado o seu discurso textual como um depoimento pessoal. O propósito é valer-se desses discursos seletivamente e em sua forma original, com a finalidade de compreender a biografia pessoal e política de Sodré.

Memórias de um Soldado, editada pela primeira vez em 1967 pela Editora Civilização Brasileira, na “Coleção Retratos do Brasil”, é um extenso relato sobre a vida militar do autor, desde o Colégio Militar até a passagem para a reserva como General de Exército, em 1962. Cobre o período que vai do início da década de vinte ao final da década de sessenta - ano de 1967. Sodré se vale do recurso da análise das conjunturas políticas específicas pelas quais o país passou nesse período para tocar em algumas das questões mais importantes da História

¹⁸ . Anexo 2.

Política do Brasil republicano, ao mesmo tempo em que procura deixar o registro do seu testemunho pessoal e da sua experiência como participante ativo nesse longo período da vida política brasileira.

Em *Memórias de um Escritor*, editada também pela Civilização Brasileira, em 1970, na “Coleção Vera Cruz de Literatura Brasileira”, esse intelectual faz um balanço da sua atividade no meio literário brasileiro, no qual ele dá um panorama amplo de sua formação e de sua ação nos meios de divulgação cultural, quer como crítico de literatura, articulista da imprensa jornalística ou escritor versado nos problemas brasileiros. Esse balanço de seu trabalho compreende o período entre 1920 e 1945 e fornece ao leitor da obra, além do seu depoimento pessoal, um abrangente retrato social da vida intelectual brasileira desse período, deixando clara a sua visão do processo histórico de desenvolvimento de nossa cultura a partir do início do século vinte.

Pelo outro lado, os primeiros relatos do Dossiê-DEOPS dão conta de três situações distintas e corriqueiras no trabalho cotidiano de um intelectual, que, apanhadas pela datilografia da polícia política, tomam a aparência de crimes de lesa-pátria, crimes esses indutores e justificadores da perseguição política a ser realizada em nome da *segurança nacional*. Nesse sentido, por ter colaborado com artigos para uma revista, por ter participado de um *Congresso de Escritores* e ser membro politicamente posicionado dentro da diretoria nacionalista do Clube Militar, Sodré passou a ser qualificado como criminoso político. As primeiras palavras do dossiê policial são objetivas:

“Em 1951, Nélson Werneck Sodré, que figura como Major do Exército, foi afastado da Diretoria do Depto. de Cultura, por exercer atividades comunistas, constando também que o mesmo mantinha ligações em todo o país, com militares comunistas.”

Em paralelo, a reflexão werneckiana sobre o problema das relações entre os intelectuais e o poder também é inequívoca quando afirma que

“o respeito pelo trabalho intelectual, que existia em mim, de há muito, firmou-se por essa época. Sempre compreendi o sentido reacionário do menosprezo pelo seu exercício e pelos seus resultados. O antiintelectualismo, que reponta, às vezes, nas sociedades subdesenvolvidas - para usar o eufemismo consagrado - ou em seus grupos mais atuantes e mais ingênuos, origina-se da crença no sentido da mudança, que o conhecimento traz consigo, como carga intrínseca. Toda cultura - é sabido e repetido - conserva como dado de raiz, sentido progressista.” (...) “Tais regimes surgem da necessidade de evitar, deter, retardar, as mudanças. Daí a necessidade que os leva a punir a inteligência, a marginalizar a ciência e a arte, a vigiar policialmente as suas manifestações. O desrespeito ao trabalho intelectual, e particularmente ao trabalho artístico e científico, representa simples manifestação do atraso, que não pode passar sem protesto, que não pode ser aceita de forma alguma. E é claro que, como diretamente interessados, os intelectuais devem ser os primeiros a zelar por esse respeito, a praticá-lo. Isso nem sempre acontece, entretanto. Porque a classe dominante, que se presume eterna, e que, por isso, está interessada nos regimes que combatem as mudanças, tem sempre condições de privilegiar, não o trabalho intelectual, mas alguns intelectuais. E estes como privilegiados, prestam-se a servi-la. Para servi-la, prestam-se ao desrespeito ao trabalho intelectual, ao artístico especialmente. Essas exceções são sempre tristes, naturalmente, mas não devem constituir preocupação para os que se dedicam às atividades intelectuais: em todas as fases de mudança, acontece o contraste entre o velho e o novo, como acontecem as confusões, os equívocos e as situações em que a prostituição da inteligência e da cultura podem surgir, ganhando certa dimensão. Isso, no fim das contas, não altera a marcha da História. Assinala, apenas, a debilidade da condição humana.” (1970:364-65)

O dossiê do Deops paulista interrompe seus relatos sobre Sodré em 1951, como está citado acima, só os retomando a partir de março de 1963. A explicação para esse hiato parece residir no relato que é transcrito a seguir, onde é mencionado o seu fichamento no DEOPS da Guanabara, cidade na qual ele centralizou a maior parte de sua vida, compreendendo nela as dimensões pessoal e profissional e a militância política e intelectual:

“Conforme publicação no jornal “O Estado de São Paulo”, de 06/03/1965, consta-nos que os principais dirigentes do ISEB, são fichados no DOPS da Guanabara como comunistas, entre os quais figura o General Sodré, que tiveram suas atividades cuidadosamente investigadas pelas autoridades que chegaram à conclusão de que eram intimamente ligados ao movimento subversivo que estava instalado no país. Consta ainda que o marginado e outros, infiltraram-se no Ministério da Educação e Cultura, onde elaboraram e imprimiram uma coleção de livros sobre História do Brasil, denominada “História Nova”. Nessa coleção, na opinião das autoridades, os comunistas desenvolveram uma pura dialética.”

Esse lapso de tempo não atendido pelo dossiê em questão, compreendido entre 1951 e 1962, é de crucial importância para o entendimento da militância política de Sodré, de sua

atuação na corrente militar nacionalista e no interior do ISEB, posteriormente. Nessa lacuna relativa ao dossiê, o seu texto autobiográfico evidencia algumas questões fundamentais que, a partir de 1951, determinaram os rumos futuros da repartição do poder político no Brasil, a partir da crise do Clube Militar, no mesmo ano, e da conturbada posse do sucessor do gen. Dutra - Getúlio Vargas. Em primeiro lugar, a reação pessoal diante da pecha e da perseguição política:

“...Ao decidir-me, por atos, no sentido de resistir ao imperialismo, no sentido de lutar pelos interesses do povo e não pelos das classes dominantes, no sentido de dar conteúdo real, concreto, objetivo ao patriotismo - optara pelo esquecimento, pelo castigo, pela aversão. A opção estava feita, e era inapelável. Inútil proclamar que era injusta, pois que era lógica. (...) Cedo, pois, compreendi a essência do problema e não me preocupei com a desigualdade de tratamento, daquilo de que me privaram para punir, em mim, uma posição política. Teria sido insensato admitir que fosse de outra maneira. Como me poderiam, realmente, tratar como um dos seus, se eu não lhes reconhecia os padrões e os combatia? (...) Pretender ser tratado com mimos pela reação, quando a sua característica fundamental é a estupidez, era ingenuidade. Nem a sua estupidez derivava de ignorância, mas de medo, da necessidade de defender-se, de preservar as suas características de desigualdade, de arbítrio e de violência.(...) Sempre me diverti, mais do que me irritou, por outro lado, os esfarrapados disfarces com que a reação procura se cobrir: o cinismo com que apresenta os seus interesses como nacionais, a sua forma de pensar e de agir como alta, pura e digna, a deformação de sentimentos, como o patriotismo, de que se alardeia monopolista. Há muitos e muitos anos, as classes dominantes, na maioria, rasgaram a bandeira nacional, como a bandeira democrática, se é que honraram a esta, algum dia, entre nós. Mas continuam a dizer que os seus interesses são nacionais, que a sua tirania é democrática. Com freqüência, àquele tempo, como até hoje, os que se esforçavam para defender as riquezas nacionais, sobre os quais o imperialismo se lançava, furiosamente, eram acusados de traidores. Enquanto os que nos perseguiram se submetiam, com servilismo, a uma potência estrangeira, os Estados Unidos, acusavam-nos de pretender abrir o Brasil ao domínio de outra potência estrangeira, a União Soviética; enquanto golpeavam as instituições, em repetidos atos de força, acusavam-nos de ‘subversivos’; ‘para defender a democracia’, acabavam com ela.” (1967:372-73)

O relato escrito por um dos superiores militares de Sodré, no tocante ao seu perfil e à sua atuação política é exemplar:

“Um mês depois, exarou ¹⁹ suas impressões no ‘livro do padre’ ²⁰ mas, ao contrário do que ocorrera nas oportunidades anteriores, não me deu conhecimento do que fizera. Eis o texto, que traz a data de

¹⁹ . Sodré refere-se ao coronel Correia Lima, comandante do 6º Regimento de Artilharia Auto-Rebocado, em Cruz Alta, R.S., para onde ele, no posto de Major, foi transferido, do Rio de Janeiro, em 1951, como forma de

21 de novembro: *'A Revista do Clube Militar, intrometendo-se, capciosamente, em política internacional, manifestou-se solidária a essa orientação e levando, com a sua maneira de pensar, embora não o fizesse deliberadamente, mais quatro capitães que, conjuntamente consigo, assinaram um documento de solidariedade àquela Revista. Não faz proselitismo expresso mas, pelo seu real valor profissional e cultural, o faz indiretamente, através de suas idéias, que sabe externar com muita clareza e convincente argumentação. Tem muito amor à responsabilidade; não se furtaria a qualquer consequência decorrente de seus atos ou da manifestação, pura e simples, das suas idéias. Apesar de muito culto, está obnubilado pela propaganda do Polit Bureau do Komintern de Moscou, porque vê imperialismo ianque por toda parte e só vê excelências, liberdade e democracia pelos ângulos pan-eslavistas do comunismo de fachada.'* Ao lado, na caracterização das qualidades: *'disciplina intelectual compreendida em ângulo estranho às conveniências e finalidades precípua da disciplina militar - grande senso de responsabilidade e de dignidade - personalidade definida e ativa - respeito pessoal à hierarquia militar - liberdade intelectual sem quebra de sua lealdade de brasileiro - obcecação doutrinária, apesar da grande acuidade intelectual de que é possuidor e de sua notável cultura geral - hombridade.'* Era, certamente, maneira polida e complicada de chamar-me de comunista". (1967:385-86)

A compreensão que Sodré desenvolveu a respeito da controvertida crise do Clube Militar e dos seus desdobramentos imediatos na política nacional, que interferiram direta e profundamente no governo de Vargas, deixando evidente a ação golpista de grupos políticos e militares de direita no interior dos aparelhos do Estado, é pertinente, pois demonstra a artificialidade das graves crises políticas arquitetadas no interior do poder por aqueles que se julgavam os seus donos. Por isso é que a sua fala *destoante* precisava ser, na visão desses grupos, contida a qualquer custo. Ao explicitar um posicionamento político autonomista, dentro de um embate político de grandes proporções, essa fala torna-se relevante:

"...Quando o ano de 1951 se aproximava do fim, a corrente militar nacionalista enfrentava novo problema: os adversários haviam constituído um comando ostensivo - sabemos bem que o verdadeiro comando era oculto - que saiu com manifesto eleitoral, propondo-se restabelecer as antigas condições no Clube Militar. Era a Cruzada Democrática, que os irreverentes diziam ser cruzada com os americanos. Seu manifesto, muito bem impresso, em excelente papel, era assinado por dois generais da reserva e por alguns oficiais da ativa, entre os quais o coronel José Sinval Monteiro Lindemberg, os

punição por sua atuação no Clube Militar, na Diretoria do Depto. de Cultura, ao lado da *corrente militar nacionalista*.

²⁰ . Trata-se de um livro de partes (relatórios), onde o comandante de uma unidade militar registra para os seus superiores na cadeia de comando as alterações e ocorrências havidas com os oficiais a ele subordinados.

tenentes-coronéis Sizen Sarmento e João Bina Machado, os majores Ovídio Saraiva de Carvalho Neiva e Edson Figueiredo e o capitão Mário David Andreazza.

O manifesto acusava a existência de 'uma crise, fomentada principalmente por seu órgão de publicidade, criando para o Clube e para a Nação uma situação inquietante, que não pode e não deve perdurar ou se repetir.' Essa crise fora ali criada por 'elementos transviados.' Era preciso acabar com isso: 'sob a bandeira do nacionalismo sadio, à qual devemos manter integral fidelidade, não se podem ocultar outras bandeiras, repudiadas por nosso patriotismo e nossa índole democrática.' (...) Em janeiro de 1952, assim que começaram a chegar à fronteira as informações sobre a campanha da sucessão no Clube Militar, escrevi a um companheiro no Rio: 'Penso que tudo está a nosso favor, e isso não é um vazio otimismo, nem a segurança de que a vitória virá sem luta. Ao contrário, esta vai ser dura, mas esclarecedora e de aprofundamento. De desmascaramento também. Não haja dúvidas: é a sorte do Brasil que vamos resolver, e é necessário considerar a hipótese de que nem haja eleições no Clube, como não houve assembléia parcial. Quando eles tiverem a certeza de que vão perder (e isso ocorrerá cedo), tratarão da saída costumeira do golpe.' Eu estava totalmente enganado; a situação não nos era favorável; ao correr o risco de um pleito, a reação sabia de posse dos meios de ganhá-lo". (1967:386-88)

O que Sodré qualifica, a seguir, de “*manobra golpista*”, coloca em questão a deposição de Vargas, objetivo que não foi logrado antes quando de sua posse, à medida que à sua retaguarda estava o general Estillac como Ministro da Guerra. Segundo ele, a direita trabalhava com a seguinte estratégia:

“...A manobra era, em linhas gerais, a seguinte: impedir a eleição de Vargas; se impossível, impedir a sua posse; se impossível, colocar, como sentinela de seus atos, um Ministro da Guerra que o depor na primeira oportunidade. Ao verificar que todos esses lances estavam sendo perdidos, surgiu outra manobra destinada a pôr em cheque a autoridade do novo Governo e de Estillac.” (1967:347)

Nesse caso, o autor refere-se ao problema da transferência para as zonas de fronteira dos oficiais membros da diretoria do Clube Militar, da qual ele mesmo fazia parte, que foi ato formal do governo Dutra que findava naquele instante, e que deveria ser ou não confirmado pela dupla Vargas-Estillac, deixando-os em situação de ter que administrar uma crise militar complexa logo no começo do governo, qualquer que fosse a solução adotada. O militar transferido diz que

“a manobra tinha alcance muito longo, entretanto. Ao terminar o mês de trânsito, a que tinham direito pela lei os oficiais movimentados, estariam em função Vargas, na presidência, e Estillac, no Ministério da Guerra. A eles caberia, então, decidir: mantendo as transferências, que visavam precisamente feri-

los, desmoralizar-se-iam; revogando-as, provocariam manifestações coletivas de oficiais, no estilo dos famigerados memoriais, criar-se-ia a crise militar, logo ao iniciar o novo governo o seu período, com a acusação de que 'protegia comunistas'". (1967:348-49)

Assim, Sodré reflete sobre a entrevista de 30 de dezembro de 1951, dada pelo gen.

Estillac a O Jornal, dizendo que o alerta daquele chefe militar foi sufocado pela

"atoarda publicitária contra o Clube Militar, primeira etapa da manobra golpista em desenvolvimento. A três de janeiro, no banquete oferecido pelas Forças Armadas ao presidente da República, Estillac reforçou a denúncia: 'Há quem considere a atitude das Forças Armadas pernicioso a determinado tipo de colaboracionismo; por isso as insultam e caluniam. Vindo de onde vêm, partindo de escusas e lóbregas cavernas, os insultos e as mais soezes assacardilhas honram mais do que ferem. Se fosse oportuno dizer ainda mais claramente, pediríamos vênias para significar aqui, não um estado de revolta, mas um desprezo profundo que merecem tais funambulescos mercadores de opinião...' A palavra de Vargas, nessa oportunidade, foi, entretanto, cauta. Assim se conduzindo, deixava a descoberto o seu Ministro da Guerra. Em março, Estillac demitia-se. Triunfara, no governo de Vargas, a facção de traição nacional capitaneada por João Neves da Fontoura; preludiava-se o golpe e a tragédia. No Clube Militar, a campanha de substituição da Diretoria seguia o seu desenvolvimento, a corrente nacionalista sob cerrado fogo da imprensa controlada pelos trustes, cada vez mais furiosa em seus insultos, dando ampla cobertura à Cruzada Democrática que se utilizava, desembaraçadamente, do aparelho de Estado, no setor militar, e mesmo fora dele, tendo a seu serviço, com toda força hierárquica e funcional, a cadeia de comando e a rede de informações. A corrente nacionalista vinha insistindo com Estillac para que aceitasse concorrer à reeleição. A manobra mais eficaz, naquela eventualidade, teria sido outra: a escolha de candidato não visado, até aí, pela ofensiva imperialista, que resumisse seu compromisso à defesa das instituições democráticas, à luta contra o golpe; Estillac, com o prestígio que ainda poderia lhe restar, simplesmente se colocaria como aliado dessa outra candidatura; a corrente nacionalista militar se furtaria, assim, ao isolamento. (...) Assim, não havia saída; forçoso era prosseguir em seu rumo de perspectivas difíceis. Deixando o ministério, ressentido com Vargas, Estillac viria a aceitar a candidatura à reeleição. Vargas sacrificara o seu maior sustentáculo, em inútil manobra de recuo." (1967:388-90)

O longo processo de decomposição política, de deposição militar e de queda do poder vivido por Getúlio Vargas, que culminou em 1954, é analisado por Sodré com o calor da testemunha crítica que, mesmo distante na fronteira, era privilegiada. Essa análise deve ser relativizada, por um lado, por ser ele parte integrante de uma das facções político-militares em luta no teatro político. Mas, por outro, deve ser objeto de atenção pelos que pensam sobre a História política desse período. O oficial do Exército brasileiro, já experiente na lide contra o

golpismo militar, demonstra o desfecho da crise sem se mostrar surpreso, revelando, no entanto, a perplexidade do país em relação ao destino pessoal do presidente da República:

“...Vieram, depois, os memoriais: dos brigadeiros, dos almirantes, dos generais. Quando verifiquei que, no último, figurava a assinatura do general Henrique Batista Teixeira Lott, senti que estava tudo liquidado, - era inacreditável...” (1967:441)

“...Assisti de longe, da fronteira do Rio Grande, o desenvolvimento, a cada passo mais acelerado, do golpe que se tramava contra as instituições. Pressenti o seu desfecho. Em tudo isso, só foi surpresa para mim, como para todos, o suicídio de Vargas, trágico final para a farsa que se desenvolvera sem encontrar obstáculos e que teve que deter-se, sopitando seu impulso para objetivos maiores, diante do cadáver do presidente achincalhado pelos ‘defensores da autoridade e da disciplina’ e particularmente diante da desesperada resistência e da revolta do povo, subitamente acordado para a realidade profunda pelo gesto do presidente e pelo libelo contido em sua carta de despedida”. (1967:440-41)

A configuração política do governo de Café Filho, que sucedeu ao desenlace de Vargas, é objeto de aguda reflexão por parte de Sodré, que deixa, entretanto, em aberto algumas questões de importância: por que aquele governo, tendo uma composição política definida como “*entreguista*”, segundo o próprio memorialista, autorizou a criação de um *aparelho de Estado* com um perfil político desenhado pelo *Grupo de Itatiaia*, celeiro dos quadros que vieram a compor o ISEB? O que pretendiam, afinal, as forças políticas que passaram a deter o poder de Estado naquele momento? Cândido Mota Filho, ministro da Educação e responsável pela formalização jurídica do ISEB, representava o que e quem naquele governo? A criação do ISEB estaria a significar, no interior dos núcleos decisórios do Estado brasileiro, o fortalecimento do ideário nacionalista de um caminho de desenvolvimento econômico e social auto-sustentável para o país? Essas questões refletem as contradições internas do curso do processo de dominação burguesa que ocorria no Brasil àquela hora. A composição ideológica dos quadros do ISEB, por exemplo, já definida de forma exaustiva por vários autores como *heterogênea*, estava a refletir, de forma evidente, essas mesmas contradições. Se, por um lado, o ISEB nasceu eivado de contradições inerentes a esse processo de dominação burguesa, por outro, a composição política do governo que ascendia ao poder, aqui relatada à luz do posicionamento werneckiano, não podia dar margem

a dúvidas sobre o rumo que seria dado ao processo de desenvolvimento do país. Para o militar e intelectual engajado na esquerda,

“o governo Café Filho, como acontece sempre que a reação, pela via única que lhe possibilita ascender, a do golpe, apodera-se das rédeas, caracterizou-se pelo aprimoramento entreguista e pela arbitrariedade antidemocrática, pelo horror ao povo e pela solicitude com o imperialismo. O ministério que o beneficiário do golpe de agosto constituiu foi de escolha caprichada. Na pasta da Aeronáutica foi colocado o novo condestável, o brigadeiro Gomes, pelo inequívoco mérito de ter comandado a conspiração que levara Vargas ao suicídio; na Casa Militar foi instalado Juarez, como espécie de sentinela e homem forte, provando logo e às pressas que desejava aproveitar a oportunidade única para servir os americanos, presenteando-os com os nossos minerais raros, num caso que, adiante, a devassa da Comissão Parlamentar de Inquérito desvendou, para espanto do país; na da Fazenda, foi provisionado o Sr. Eugênio Gudín, da Bond and Share, de quem não é possível nem necessário dizer nada de novo quanto às suas ligações com o imperialismo; ganhou a superintendência da SUMOC, atual Banco Central, o Sr. Otávio Gouveia de Bulhões, de notória biografia; na pasta do Exterior foi colocado o incrível Sr. Raul Fernandes, defensor da tese da ‘alienação progressiva da soberania nacional’; a do trabalho foi entregue ao Sr. Napoleão de Alencastro Guimarães, getulista de quatro costados, enquanto Getúlio foi poderoso, trabalhista com fobia pelo trabalho que se apressou em aplicar contra os operários que reivindicavam melhoria de salário o decreto-lei nº 9.070, da ditadura estadonovista, o que permitiu a ocorrência inédita de prisão, de uma só vez, de mil e trezentos trabalhadores que estavam participando de uma assembléia sindical. Era, realmente, ministério de ‘alto gabarito’, como disse o novo presidente, guindado pelo golpe e mantido de rédea curta pelo bando que o guindara, por cima do cadáver de Vargas. Nesse conjunto, eram peças estranhas, o ministro da Justiça, Seabra Fagundes, que por isso mesmo não durou muito, e o da Guerra, o general Teixeira Lott que acabou por mandar passear o presidente Café Filho. A imprensa norte-americana não escondia a exultação dos trustes pela deposição e morte de Vargas. Confiava em Café Filho, simples pseudônimo de Juarez e do grupo militar golpista que subvertera as instituições apenas para prender Gregório Fortunato”. (1967:450-51)

No tocante ao processo eleitoral que envolveu as articulações pela candidatura da chapa Juscelino/Jango, a eleição e a conturbada posse dessa *aliança política*, rejeitada pela direita e pelos grupos militares a ela associados, Sodré expõe a sua posição e deixa evidente a da *corrente militar nacionalista*, patenteando com ela a forma de ação política desse grupo naquela conjuntura. A seu ver, o Brasil chegara

“à situação paradoxal de ser governado pelos que pretendiam destruir as instituições. E, de outro lado, como o governo se firmara nessa posição, os defensores²¹ das instituições eram obrigados a uma

²¹ . Para Sodré, estes “defensores” eram os membros do grupo nacionalista militar.

atividade conspirativa: conspirava-se para manter o regime que o próprio governo insistia em subverter. O grave problema passara, depois do pleito de outubro, a ser o da posse. A reação, organizada e instalada no poder, utilizando os seus amplos e múltiplos recursos, impugnava o direito à posse dos eleitos. Vetara-lhes o direito de serem candidatos; vetara-lhes o direito de serem eleitos; vetava-lhes o, agora, o direito de serem empossados. A manobra era, a cada etapa, mais difícil e exigia, para triunfar, subversão cada vez mais profunda. Negar a posse era rasgar o voto de milhões de brasileiros, era desconhecer a vontade deles - era furtá-los na atribuição democrática de escolha e, assim, era a mais torpe, a mais caracterizada forma de corrupção e de subversão. O desespero, entretanto, já não admitia limites e o simples decoro estava esquecido. As forças políticas que haviam formado com a candidatura Kubitschek puseram suas esperanças na conduta do ministro da Guerra, colocado como fiador da situação, árbitro do destino democrático em nosso país. Mas não eram elas, apenas, as interessadas na posse que correspondia o respeito à lei - era, agora, o povo brasileiro. Não era um problema de preferências e de partidos políticos - era uma questão nacional, pois que era a própria questão do regime. É evidente que muitos políticos e também militares, desejavam a posse dos eleitos por conveniências pessoais ou partidárias. Mas isso assumira, agora, aspecto muito mais importante - era uma questão essencial, porque de princípios". (1967:478-79)

O desenrolar do governo de Kubitschek, a sua opção de condução do processo político e a sua conclusão sucessória evidenciam outras facetas do pensamento político do *grupo militar nacionalista*, exposto aqui por Sodré em suas memórias. Nesse sentido, o seu depoimento continua relevante, pois, além de revelar a visão, e, portanto, a biografia do autor, deixa à vista a sua inserção no processo político que estava em curso:

"...Ao fim do terceiro e, principalmente, ao fim de seu quarto ano de vigência, o governo Kubitschek estava plenamente definido. Surgira nas condições normais da estrutura política brasileira, mas ganharia conteúdo novo na luta para alcançar o poder, sendo permanentemente ameaçado: foi a capacidade de resistir a tais ameaças que lhe deu feição diferente, que o popularizou. Kubitschek, por si mesmo, nada apresentava de novo, era um político como outro qualquer, salvo dois ou três traços pessoais que o diferenciavam - o bom humor, o distanciamento dos ódios, o dinamismo. O que lhe deu relevo, o particularizou, foi a capacidade de resistir ao golpismo, de transpor obstáculos. (...) Esse governo, como todos de uma fase inteira, iniciada após a Segunda Guerra Mundial, encerrava as contradições da sociedade brasileira. O fato novo, realmente, é que essas contradições haviam penetrado a área do governo. Daí por diante, seriam, por isso mesmo, ambíguos, contraditórios, conciliadores. (...) O traço mais ostensivo na política juscelinista foi o 'desenvolvimento'; seu esforço para fazer dele uma espécie de mística foi extraordinário e, até certo ponto, dotado de eficácia. (...) Restava saber sobre quem recairiam os ônus. Conciliar com o imperialismo importava em colocar o peso da inflação, assim consideravelmente impulsionada, sobre o salário. A arte de Kubitschek consistia em fazer isso com habilidade formal, cedendo aqui e ali, firmando-se e resistindo acolá, manobrando sempre. (...) A carga negativa que constituía parcela considerável do conteúdo, estava na

submissão praticamente integral ao imperialismo, convidado a associar-se ao 'desenvolvimento', convidado, na realidade, a comandá-lo. (...) O governo Kubitschek foi o paraíso da Hanna e congêneres. (...) É evidente que, nesse clima, a corrupção lavrava, como incêndio em floresta ressecada, às vezes com a chama do escândalo. (...) A popularidade do governo, assim, entraria em declínio e, a pouco e pouco, ganhava corpo o ideal pequeno-burguês de purificação, de combate aos corruptos. (...) Todas as simpatias do imperialismo voltaram-se para a candidatura do governador de São Paulo, Jânio Quadros, levantada com grande habilidade, pelas áreas e partidos que jamais venceram as eleições em nosso país. (1967:505-09)

O título do primeiro segmento deste capítulo - “*Memórias de Luta*” - obtém, neste ponto do depoimento de Sodré, o seu significado e a sua legitimidade, pois, de um modo, demonstra a sua ação pessoal no epicentro da luta política brasileira daquela hora, envolvendo o conflito entre as opções definidas como *nacionalista* e *entreguista*; e, de outro, revela o papel exorbitante, em importância política, conferido aos militares na vida do país, não obstante o caminho para o qual este fosse conduzido do ponto de vista da execução de um projeto político, se para o desenvolvimento econômico fundado em bases nacionais e auto-sustentadas, ou se para o crescimento acelerado fundado na poupança externa. Por isso, o memorialista fala sobre a luta dos nacionalistas ao lado da candidatura Lott, expondo as dificuldades de uma luta perdida por antecipação. Para ele,

“do nosso lado, as dificuldades materiais eram insuperáveis, do outro a campanha se marcava por cópia extraordinária de recursos, em opulência mais do que suspeita: a reação jogava em Jânio e jogava forte. O presidente Kubitschek parecia apreciar o quadro, continuava sorridente, otimista; não tinha nada a ver com aquilo. Preparei, um dia, o esquema de uma análise da situação. Decidira ser absolutamente franco com o marechal. Foi difícil encontrar oportunidade para isso. Aconteceu em seu apartamento, estava presente o deputado José Jofili. Segundo o esquema, mostrei como estava ele sendo traído, miseravelmente; a cada ponto concordava; esperei a sua reação, ao terminar. Foi tranqüila: estava cumprindo um dever, o povo ia decidir; se o resultado lhe fosse adverso, muito bem, iria encontrar o repouso de que necessitava de há muito; era forte, mas o exaustivo trabalho dos últimos anos, em sua idade, estava a exigir esse repouso; nada podia fazer para modificar a situação.” (1967:515)

Expressando o pensamento da face hegemônica da esquerda brasileira naquela hora, ligada ao PCB, Sodré critica a postura de outras tendências, quando diz que

“o que muitos esquerdistas não entendiam, no problema da sucessão, era que ele não pode ser medido, quanto a preferências apenas segundo o candidato, seus traços biográficos, suas características, seus pendores pessoais. Há que levar em conta, principalmente, a composição de forças que o lançam ou apóiam, o programa com o qual se compromete. Considerados tais aspectos, o ‘esquerdismo’ de Jânio Quadros mostrava seus disfarces. Quanto a nós, não havia o que disfarçar: queríamos aquilo mesmo, um candidato conservador - o que não deve ser confundido com reacionário; conservador e reacionário são coisas muito diferentes - um candidato cujas posições fossem autênticas, um soldado afeiçoado ao regime democrático, ainda que no nível a que esse regime atingira, entre nós, longe da perfeição; um candidato honesto em suas convicções. A honestidade é ponte segura para as mudanças; fora a ponte que permitira a Lott evoluir das posições tomadas em São Paulo, quando comandante da Região Militar, ou no Rio, em agosto de 1954, para as posições tomadas no Ministério da Guerra, particularmente em novembro de 1955 e que ele confirmou depois, em circunstâncias verdadeiramente difíceis. Não podíamos ter dúvidas entre Lott e Jânio.” (1967:517)

A vitória eleitoral de Jânio Quadros e do vice da chapa do marechal Lott, João Goulart, o seu breve governo e a problemática político-militar que envolveu a renúncia do presidente com a recusa - por parte dos ministros militares - da posse de Jango, mereceram de Sodré observações que evidenciam a distância que existia entre as concepções do *grupo militar nacionalista* e as da cúpula militar que insistia em controlar o processo político por meio da força das armas. Esse ato persistente, frustrado seguidamente desde 1954, prenunciava o limite crítico de resistência do arco de forças políticas que agiam no sentido oposto - o da preservação do regime civil -, limite esse que foi rompido, finalmente, pelo golpe militar de 1964. Mais uma vez, as posições políticas desse oficial militar indicam, com objetividade, os motivos de sua longa biografia junto aos organismos repressivos do Estado. Em sua visão, o processo político estava claro, pois

“nos primeiros dias, Jânio Quadros mostrou a que vinha: seu ministério, salvo uma ou duas figuras, era mais do que medíocre, constituído, além de tudo, sob as mesmas e velhas exigências e critérios. Para fazer jus às promessas de renovação do candidato, entrou a determinar alterações em detalhes desprovidos de significação - brigas de galo, horário de trabalho do funcionalismo, uniformes, etc. - deixando os grandes problemas de lado. (...) A estagnação ameaçava dominar o país, tal o vulto de empreendimentos paralisados. A inquietação começou a rondar por toda parte. E, para explicar esse desconcerto generalizado, começou a circular a informação de que ele era doido e ébrio, etc. Isto é, pretendia-se justificar o desastre de toda uma política apenas pelas culpas individuais e deficiências do comportamento do presidente.”(1967:526) (...) “Teria adquirido esses defeitos no semestre em que

governou o Brasil? Em 25 de agosto de 1961, sexta-feira, data consagrada como dia do Soldado, a notícia abalou o país: Jânio Quadros havia renunciado. (...) Recordo bem de que, nesse dia, estive em minha casa político ligado a Jango: preocupava-o a formação do novo ministério e achava que Denys deveria permanecer na pasta da Guerra. Disse-lhe que tal decisão importaria em rompimento com os nacionalistas. Não se impressionou. Tudo lhe parecia manso e pacífico. (...) Pouco depois, entretanto, estourava a bomba: os ministros militares decidiam impedir a posse do vice-presidente eleito que, se regressasse ao Brasil, seria preso; conceder-lhe-iam esse direito, o de regressar, se renunciasse ou se o Congresso votasse o seu impedimento; se o Congresso se furtasse a isso, seria fechado. (...) A renúncia de Jânio Quadros e a hipótese de sua substituição por João Goulart levava os conspiradores ao desespero: perdiam, de súbito, o controle do país, que tanto lhes custara. Não era possível, não aceitariam tal revés. (...) O fato era tão súbito, tão brutal, tão inesperado que a nação, ficou, de início, como que aturdida, atônita, paralisada. Os ministros militares consideraram que tudo estava decidido: haviam apenas usado o momento tradicional, já velho no Brasil, do golpe de cúpula, imposto ao país pelos próprios detentores do poder, restando ao povo conformar-se, sujeitar-se, agachar-se. Pois não era tudo para 'salvar o país do comunismo'?" (1967:534-35)

A resultante política dessa crise acabou na saída jurídica do parlamentarismo imposto a Jango, consequência direta da frustração do golpe militar de ministros abortado pela *Campanha da Legalidade*. Sodré, que logo depois da chegada de Goulart ao Brasil, foi preso sob a acusação de “conspiração e resistência aos atos das autoridades”, estabelece o confronto de modo direto:

“...acusação cínica: conspiradores amotinados pretendendo inculpar defensores da lei e das instituições do crime de que, eles sim, eram réus.” (...) Um “parlamentarismo de fancaria, gerado na calada da noite, discrepando da tramitação normal e do clima de liberdade que, legalmente, deve presidir tais alterações, destinava-se a conciliar os partidos em antagonismo - o dos amotinados e o dos defensores da lei e das instituições, como se fora possível acomodação entre o crime e a lei. O vice-presidente, escolhido em outro regime, sob outras normas, em obediência a outras leis, deveria conformar-se com a nova, submeter-se, abdicar dos poderes que lhe cabiam. É claro que, em tais circunstâncias, não cabia a discussão dos possíveis méritos do regime parlamentarista. Permitindo a posse do vice-presidente, a solução atendia, mas apenas no aspecto formal, as forças que se alinhavam em defesa do cumprimento da lei; podendo-lhe os poderes, a solução atendia, no conteúdo, o objetivo dos amotinados. Gerando um golpe político, no ventre apodrecido de um golpe militar, a solução assegurava a impunidade dos amotinados. Continuava a longa série de atentados ao regime, de atos subversivos impunes: era falso, nesse sentido, que o crime não compensa. Quando não compensava, por força da derrota, era acobertado pela impunidade, que permitia a preparação para nova tentativa futura - tal como viria a acontecer.” (1967:544-45)

Esse militar entendeu que tanto Juscelino quanto Jango contribuíram, pela via da omissão política, com o futuro golpe militar no interior do centro de poder brasileiro. Para ele, ambos carregaram a responsabilidade política pela derrocada da democracia em 1964 devido aos graves descuidos cometidos na escolha dos oficiais militares que deveriam ser guindados ao generalato. Segundo Sodré,

“as promoções de generais, nos governos Kubitschek e Goulart, foram, no geral, más, do ponto de vista político, mesmo quando foram escolhidos amigos pessoais. Neste caso, as escolhas foram, no geral, más, até do ponto de vista profissional que não deveria ser omitido, pois este esquecimento levava à chefia elementos sem autoridade; as de Goulart foram ainda piores que as de Kubitschek - mas ele só percebeu isso depois de abril de 1964. A conclusão essencial está em que, mesmo em fases como a de Kubitschek, com Lott no Ministério da Guerra, o controle doutrinário das Forças Armadas por parte do imperialismo não cessou. A médio e a longo prazos, isso constituía perigo a que não era possível desprezar.” (1967:566)

O episódio que foi decisivo para a vida de Sodré, o momento de sua decisão de pedir passagem para a reserva remunerada do Exército, evidencia, mais que um instante específico de sua vida privada, as manobras políticas da direita militar, que visavam, naquela hora, *matar dois coelhos com uma só cajadada*: o coronel “comunista” e o presidente “conivente”. Este depoimento situa com precisão o autor e a sua inserção no controverso momento político que o Brasil vivia, além de definir elementos importantes que possibilitam a compreensão da noção que a direita político-militar brasileira tinha sobre a ação dos que militavam nas posições que iam do centro para a esquerda naquele momento. Nesse sentido, Sodré diz não ter tomado essa decisão

“intempestivamente. Ela vinha amadurecendo de há muito: quatro anos de exílio na fronteira, cinco anos embalsamado - e pelos chefes amigos - numa Circunscrição de Recrutamento, duas promoções por antigüidade, novo exílio no extremo norte, tratamento de amigos e adversários na mesma batida, como se o julgamento de uns e outros fosse o mesmo, todos os cursos tirados com correção, instrutor de generais e, entretanto, sem perspectiva nenhuma na carreira - eis um balanço frio. (...) Minha vida militar coincidira com o período mais agitado da história republicana; em todos os episódios de crise, minha posição fora ao lado da lei; jamais participara de golpes contra as instituições - e eles haviam sido vários. Era, apesar disso, batizado como subversivo e justamente por aqueles que, auferindo proveito desses golpes, intitulavam-se defensores da disciplina. (...) Confesso que a discussão do

problema me perturbou e agravou meu estado de saúde. Ao entregar o meu requerimento, porque estava convicto do acerto da decisão tomada, comecei a reconquistar a tranqüilidade de espírito de que necessitava muito, aquela que repousa na harmonia entre o pensamento íntimo e a conduta pública. (...) Voltei-me, pois, para as minhas atividades intelectuais, cada vez mais absorventes. Para mim o assunto estava liquidado. (...) Estranhei, entretanto, a demora no despacho do requerimento de minha transferência para a reserva. Tais requerimentos, via de regra, são processados rapidamente, vencem os trâmites burocráticos em regime de urgência. (...) Foi na segunda quinzena de novembro que recebi uma ordem curiosa que me deixou um pouco preocupado: a de comparecer ao Palácio das Laranjeiras, no dia 27, às onze horas, onde o presidente da República desejava conversar comigo. Era honroso, mas estranho. (...) Cumpri a ordem: à hora marcada estava no palácio. Fui recebido pelo general Amaury Krueel. Era a primeira vez que conversávamos. Disse-me que o presidente desejava falar-me a respeito de meu requerimento solicitando passagem para a reserva, que mandara reter, quando submetido a despacho. Indagou de minhas razões. Contei-lhe tudo, serenamente, mas com todas as cores. Decidira dizer basta à reação. (...) O presidente - preveniu-me - tentaria demover-me do meu propósito de passar à reserva. (...) Pouco depois o presidente mandou chamar-me. (1967:551-555)

O diálogo de Sodré com o presidente Goulart evidencia o momento delicado no plano político, demonstrando o que era o parlamentarismo naquelas circunstâncias:

- Mas então, coronel, justamente quando estamos começando o nosso trabalho e tendo tantas dificuldades é que o senhor quer ir para casa?

Contei, novamente, a história toda, procurando ser rápido pois via que ele precisava ainda receber muita gente. Ouviu tudo, sem demonstrar impaciência, o que era prova de sua cortesia natural. Antes de mostrar-lhe que minha decisão repousava em boas e sólidas razões, agradei a atenção de seu gesto, perdendo, com um problema pessoal, tempo tão precioso, em situação que exigia todas as suas horas e energias. Ficava-lhe muito grato pela deferência, mas o problema era como lhe expunha e eu não via outra saída.

- Não, não concordo - respondeu. Temos de encontrar outra saída. Peço-lhe, entretanto, que compreenda a minha situação, no governo parlamentarista, em que todas as decisões devem surgir de consenso entre o presidente, o primeiro-ministro e o ministro de cada pasta a que cada problema está afeto. Eu não faço o que quero. Gostaria que o senhor considerasse a solução de seguir para Belém, a fim de não proporcionar nenhum problema na área do ministro da Guerra. Tão logo lá chegue, para atender essa formalidade, eu me comprometo a trazê-lo de volta. Vamos ficar assim?

- Presidente, pela sua atenção e deferência e ainda pela situação que me expõe, o senhor tem o direito de me pedir muita coisa. Lamento, porém, que me peça o que não posso lhe dar. Não pense que se trata de pura teimosia; trata-se de questão de princípio: não irei a Belém nem por uma hora, não coonestarei o que está no conteúdo dessa questão, de forma alguma. Creia que me é extremamente desagradável retribuir a sua gentileza com esta recusa. Mas não posso agir de outra maneira. O caminho da acomodação leva ao desastre, presidente. Não se preocupe com o problema: ficarei

agradecido da mesma forma se o senhor assinar o despacho do meu requerimento. Estou farto de pagar por culpas que eu não tenho.

-Ora, vamos, deixe disso. Se a sua decisão é esta, dê-me tempo para encontrar outra solução. O seu requerimento vai ficando aí, na pasta do general Krueel. Eu não o despacho mesmo. Quem sabe se o senhor aceitaria uma função civil? Já pensou nisso?

- Confesso que não. Jamais me passou pela cabeça exercer função civil.

- Pois então vá pensando, de seu lado, enquanto eu vou pensando, do meu.

Era inútil tentar demovê-lo, era descortês recusar essa alternativa, que de forma alguma me seduzia. E era tempo de me retirar. (1967:555-556)

Chega-se, assim, à passagem dos anos de 1962 para 1963, momento no qual a espionagem política grassava sem controle no âmago do próprio Estado, procurando sistematicamente elementos justificadores para o golpe militar em estado de gestação, ação que viria a se concretizar em março de 1964. A combinação política explosiva de grupos de extrema-direita civis e militares, agindo sem controle, começava a dar sinais claros ao país que não toleraria mais a “*agitação*” do chamado “*perigo comunista*”, “*solto*” na vida política, por muito mais tempo. As seções secretas das três Forças Armadas - as *Segundas Seções*, denominadas de S.2 - trabalhavam incansavelmente nas mãos dos interessados no golpe de Estado, espionando ao arrepio da lei, ao mesmo tempo em que os Departamentos de Ordem Política e Social das Polícias Civis dos Estados produziam farto material secreto de investigação política. Se o presidente da República e seus ministros eram continuamente vigiados pelos aparelhos policiais do Estado que governavam, outros cidadãos também o eram. É o caso evidente de Sodré, vigiado de longa data como militar, e espionado continuamente como professor do ISEB e intelectual militante, como demonstram os relatos de seu dossiê²²:

“Informação reservada de 27/03/63, referindo-se às atividades da ‘Sociedade Amigos do Povo do Paraguai’, organizada pelo PCB, diz que, por iniciativa de um grupo esquerdista de SP surgiu nessa capital a “Comissão Paulista de Solidariedade aos Presos Políticos do Paraguai” e que as referidas entidades, de acordo com suas congêneres no Chile, Uruguai; Argentina e Cuba, acabou de convocar o

²². “Pastas do Arquivo do Setor de Ordem Política e Social - DEOPS/SP”.

“1º Encontro latino-americano Pela Liberdade dos Presos Políticos do Paraguai”, a realizar-se nos dias dois e 3 de abril. Entre os que aderiram a convocação é citado o General Werneck.

O jornal “Correio da Manhã”, de 28/04/1963, sob o título “Documento revela trama comunista no Brasil e identifica seus agentes”, diz que importante documento sobre a infiltração comunista nos diversos setores de atividades do país, encontra-se em poder das autoridades civis e militares, encarregadas da segurança nacional. Referido documento descreve as vinculações internas e externas do PCB, assim como identifica um grupo de pessoas por terem participação ativa nos diversos órgãos e setores de classes, no qual figura Nélson Werneck Sodré.

Relatório sobre o XXVI Congresso da UNE, realizado em Santo André-SP, arquivado nesse setor em 08/08/1963, informa entre outras coisas, que a UNE tem por mentores intelectuais o pessoal do ISEB, destacando-se Álvaro Vieira Pinto, Nélson Werneck Sodré, Paulo de Castro e outros intelectuais marxistas, que orientam e preparam as teses.

Ainda em 1963, consta-nos um Boletim de Informações da Comissão Organizadora do “Congresso Continental de Solidariedade a Cuba”, no qual o marginado figura entre os intelectuais que manifestaram solidariedade ao povo cubano.

Seu nome (Nélson Sodré) figura na “Caderneta de Prestes n° 15”, como General reformado e que pode trabalhar na ‘Revista de Estudos Sociais’, como Diretor”.

Em paralelo ao texto do relatório do DEOPS, busca-se novamente o depoimento autobiográfico de Sodré para chegar ao contexto político de 1963 e da crise de governabilidade instalada no centro de poder do país naquele momento, crise aquela, de um lado, motivada pela constante atividade da direita civil-militar, e de outro, estimulada pela cisão política que afetava as chamadas *forças populares*²³. O governo de João Goulart, qualificado como “*fraco*” por Sodré, balançava como nau sem rumo ante a tempestade política, sendo incapaz de atender às crescentes demandas de que lado fosse do espectro político-ideológico. A visão privilegiada desse observador-militante no tocante a essa conjuntura evidencia, ao mesmo tempo, a dramaticidade do processo político no momento anterior ao golpe militar e a sua própria perspectiva sobre esse instante crítico:

“...No início de 1964, os horizontes estavam já sombrios; o governo Goulart, que emergira fortalecido do plebiscito que liquidaria o parlamentarismo de fancaria instalado em 1961, apresentava-se, agora, em acelerado processo de debilitamento. Não é este o lugar para discutir as razões desse debilitamento, restando apenas a necessidade de constatá-lo. Eu estava em Cambuquira, quando ocorreram os incidentes de Belo Horizonte, em que o deputado Leonel Brizola foi impedido de falar ao

²³ . Thomas E. SKIDMORE: *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964, passim.*

povo; não compreendi bem a gravidade do sintoma. Lá permanecia ainda quando, em 13 de março, realizou-se o comício em frente à estação da Central do Brasil, mobilização popular de amplas proporções que escondeu a realidade a muita gente. Pouco depois de meu regresso ao Rio, deram-se os acontecimentos no Sindicato dos Metalúrgicos, com marinheiros e fuzileiros rebelando-se e colocando o governo em situação difícilíssima. O teor dos editoriais da imprensa não escondia a extrema gravidade da situação. O governo parecia não se dar conta dessa gravidade, ou inclinava-se, premeditadamente, a um choque, buscando a decisão. Chegara a um ponto, realmente, em que devia realizar opções decisivas, mas não estava preparado para realizá-las. Anunciava a realização, em Belo Horizonte, com a presença do presidente da República, de comício idêntico ao do Rio. A um amigo militar, tive oportunidade de dizer, nessa ocasião, que me parecia não dispor o governo de condições para chegar àquele comício. A solução da rebeldia dos marinheiros e a manifestação dos sargentos ao presidente, no Automóvel Clube, logo depois, colocavam como inevitável e intransferível a solução da crise. Quando li, no Correio da Manhã, certo dia, o editorial intitulado "Basta!" e, no dia seguinte, o editorial intitulado "Fora!", compreendi que a sorte estava lançada. Soara a voz do dono. Na manhã de 31 de março, estava em minha sala de trabalho no ISEB, quando fui informado do levante em Minas. É interessante lembrar que a notícia me preocupou; desde esse momento, tive a intuição do desastre que se aproximava. O clima de março de 1964 era muito diverso do de agosto de 1961, ainda, que, naquele, o governo fosse de Goulart e neste, da junta golpista. O fato é que o governo estava politicamente derrotado; restava-lhe a derrota militar, como simples confirmação. Permaneci no ISEB durante todo o dia, procurando me informar dos acontecimentos. Um dos professores daquele centro de estudos integrava a Casa Civil do presidente da república; interpelado pelo telefone, deu informações animadoras. Ao fim da tarde, encerrados os trabalhos fui para casa. Minha mulher havia saído. Arrumei algumas roupas e dinheiro em pequena valise e decidi abandonar a minha residência".

(1967:571-73)

A reconstrução presente dessa parte da biografia política de Sodré deve ser, necessariamente, contextualizada a partir do que é chamado de *pensamento nacionalista* brasileiro dos anos cinqüentas e sessentas, pensamento esse que deve ser entendido, no caso específico da compreensão werneckiana, enquanto estratégia autonomista voltada para fins políticos maiores, uma vez que, para ele, esse ideário não se esgotava em si mesmo - apenas no desenvolvimento do capitalismo brasileiro em bases auto-sustentáveis e conduzido pela burguesia nacional -, mas sim abria as possibilidades para a aceleração do desenvolvimento pleno das *forças produtivas* capitalistas no Brasil, modo pelo qual seria possível apressar - pelo esgotamento ulterior dessas mesmas forças -, o advento histórico da etapa socialista, fase

posterior principal do processo definido conceitualmente por ele como “*Revolução Brasileira*”.

Os últimos anos de sua vida, ainda preocupado com os problemas da sociedade brasileira, Nélson Werneck Sodré viveu na cidade do Rio de Janeiro. Manteve-se como intelectual ativo e, em suas raras falas públicas, insistia em questionar vigorosamente a chamada *onda neoliberal* de nossos dias, entendendo ser ela “*um embuste*”²⁴. Suas palavras revelam um pensador de nosso tempo que se conservou fiel a seus princípios filosóficos e imune ao que ele mesmo definiu como “*meros modismos*”:

“...Eu, agora que virei vadio de tempo integral, leio todo dia Machado de Assis, sobretudo os contos. Ele é um dos maiores contistas do mundo em todos os tempos. Não acompanho muito a produção literária atual, que sei ser muito volumosa, mas pelo que vejo nas resenhas dos jornais não devo estar perdendo grande coisa. Não leio mais nada do que se escreve nas ciências sociais, cujos textos me parecem charadas, com os autores preocupados em ser ininteligíveis, com uma terminologia feita para assustar os leigos. Estou aproveitando para viajar mais pelo Brasil e encontrar um país que não está nos livros, cravejado de cidades de um desenvolvimento impressionante. Conheci o Pantanal em 1938, quando era desabitado. Tenho uma deficiência terrível, que pretendo corrigir: nunca fui a Ouro Preto. E o resto vai ficando como está. Continuarei enraizadamente socialista. Acho que as sociedades precisam de política, que o mercado não resolverá problema nenhum. Mas isso são digressões. O futuro a Deus pertence”.

²⁴ . Marcos Sá CORREIA. In: Revista Veja: São Paulo, 27/09/95, p. 07-10, Seção Páginas Amarelas, entrevista concedida.

2.2: A Produção Intelectual Werneckiana: Conceitos e Teoria.

“...A História não se ocupa de injuriar personagens, mas de situá-las em seu tempo e compreendê-las.” (1987:124)

A segunda parte deste capítulo consiste, como já foi mencionado, no resultado do trabalho com uma parcela da produção intelectual de Nelson Werneck Sodré. São privilegiados os núcleos conceituais, teóricos e históricos de sua produção, com ênfase nos conteúdos ligados ao período compreendido entre 1954 a 1964, ressaltando, ainda, as temáticas ligadas à questão do nacionalismo brasileiro.

Lida-se aqui com parte das fontes bibliográficas que dão sustentação a esta dissertação, sendo a divisão em núcleos conceituais estabelecida para atender aos objetivos que estão expostos a seguir. As obras ora apresentadas constituem um recorte da produção werneckiana, estabelecido a partir da totalidade da produção desse autor - cinquenta e seis livros lançados entre 1938 e 1998 -, e os critérios para a obtenção deste recorte, de modo a configurar o *corpus* de apoio para este trabalho, foram os seguintes: o primeiro, de ordem temporal, delimitando entre 1954 e 1964 o campo de busca dos pontos de vista desenvolvidos por Sodré ao longo desses dez anos de sua vida intelectual, campo esse posteriormente alargado pela pesquisa bibliográfica - em decorrência da importância das obras - no sentido de abarcar partes da sua produção até o final do ano de 1998; o segundo critério, de natureza conceitual, fundamentou a investigação dessa importante parcela da produção werneckiana no sentido de compreender a sua perspectiva teórica e as suas concepções de *nacionalismo*, *política* e *democracia*. Sendo assim, as obras selecionadas refletem a busca de compreensão de três aspectos que representam, em relação à totalidade da obra desse autor, os pólos centrais que orientaram a sua extensa produção: o embasamento teórico fundado no materialismo dialético, o nacionalismo e a produção entendida enquanto militância intelectual engajada nos processos sociais de luta política pela democracia e pelo socialismo.



Os trabalhos de fundamentação teórica aparecem devido à necessidade do entendimento quanto aos princípios marxistas que fundamentaram o pensamento de Sodré, sendo apresentados quatro livros, três de uma série por ele denominada de “*Fundamentos*”, todos editados em 1968, nos quais o autor selecionou e organizou coletâneas de textos de vários pensadores marxistas, a partir de temáticas centradas nas categorias do materialismo histórico, do materialismo dialético e da economia marxista, e, por último, o livro “*História e Materialismo Histórico no Brasil*”, saído do prelo em 1985.

As obras de cunho histórico foram selecionadas com o objetivo de detectar a perspectiva histórica desenvolvida por Sodré a respeito da História Política do Brasil contemporâneo, buscando conceitos relativos às temáticas acima levantadas. Nesse item estão apresentadas três das obras de sua autoria, iniciando com *A Ideologia do Colonialismo: Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro*, de 1961, passando por *História da Burguesia Brasileira*, de 1964, e, finalmente, *História da História Nova*, lançada em 1987. Os trabalhos restantes dessa seleção estão inseridos no capítulo seguinte, de acordo com o assunto a ser tratado.

Fruto de um longo trabalho intelectual de sessenta anos, a obra werneckiana atravessou e refletiu períodos e momentos cruciais da vida política e cultural brasileira, encontrando conjunturas políticas e condições de produção que nela influíram decisivamente. De 1938 a 1945, enquanto o cenário político era ditado pelo *Estado Novo*, que colocou em execução algumas das concepções burguesas do corporativismo varguista, Sodré, jovem militar e intelectual, estava voltado para o estudo das grandes vertentes da literatura brasileira, da história do período imperial, refletindo sobre o latifúndio pastoril, estudando o pensamento político brasileiro e a formação de nossa sociedade.

O período entre 1946 e 1964, caracterizado pela vivência democrática, foi o momento no qual o autor trabalhou alguns dos conceitos centrais de sua obra, aqueles que mais marcaram a sua presença na história de nossa vida intelectual, como o de *revolução*

brasileira, a concepção estratégica de *nacionalismo* autonomista e popular, os conceitos de *povo*, *burguesia*, *cultura*, *ideologia do colonialismo* e *transplantação cultural*, além dos estudos sobre a *Formação Histórica do Brasil* e sobre teoria marxista, simultâneos à militância no Partido Comunista Brasileiro, refletindo essa militância em sua atuação docente no ISEB, em sua atuação no oficialato do Exército Brasileiro e no papel que desempenhou no âmbito da vida cultural e política do país.

O golpe militar de 1964 interrompeu, pela derrota dos projetos das esquerdas, parte de sua ação política, sem quebrá-la no tocante à sua copiosa produção escrita, que continuou a sair do prelo quase que exclusivamente pela Editora Civilização Brasileira, do editor Ênio Silveira. Foi o momento dos longos IPMs, dos assistentes da *História Nova* presos ou no exílio, da clandestinidade, da prisão e do ostracismo forçado pela ditadura, condições de trabalho que, ao invés de arrefecer a sua produção, cumpriram o papel de intensificá-la, como atestam os seus doze livros editados entre 1964 e 1968, versando sobre temas como as *Histórias da Burguesia Brasileira e Militar do Brasil*, pensando a respeito da *Evolução Social e Política do Brasil* e do *Naturalismo* em nosso país, escrevendo sobre o *Ofício de Escritor* e em relação às *Razões da Independência*, refletindo sobre a *História da Imprensa no Brasil*, registrando as suas *Memórias de um Soldado*, e, finalmente, organizando as quatro coletâneas relativas aos seus estudos de teoria marxista.

Após 1968, iniciando-se a fase cruenta do regime militar, os seus próximos trabalhos são de 1970, *Síntese de História da Cultura Brasileira* e *Memórias de um Escritor*. A partir desse momento, abriu-se um novo núcleo temático na obra de Sodré, que perdurou até os seus últimos livros publicados, nos quais ele passou a se preocupar com a publicação dos seus registros a respeito dos efeitos da ditadura militar sobre a sociedade brasileira. Daí o seu estudo de 1974, tentando determinar a “*Radiografia de um Modelo*”, passando posteriormente a pensar nas relações entre *Geografia e Ideologia* (1976), nas *Histórias do ISEB* e de *Oscar*

Niemeyer (1978), da *Coluna Prestes* (1979), do regime militar em “*Vida e Morte da Ditadura*” (1984), do *Tenentismo* e do *Partido Comunista Brasileiro* (1985), concluindo com as questões teóricas sobre a *História e Materialismo Histórico no Brasil*, também de 1985.

Os *anos de chumbo* passaram, a ditadura entrou em processo de progressiva deterioração política a partir de 1977, e o regime militar se viu esgotado pelo desenvolvimento de um processo de retomada da democracia a partir de 1985. No entanto, nesse ínterim, a produção desse autor conseguiu perpassar a própria ditadura militar, registrando-a em alguns dos seus aspectos importantes, deixando relevante aporte documental para estudos posteriores. Essa a importância dos trabalhos publicados a partir de 1987, como *História da História Nova*, *O Governo Militar Secreto*, *A Ofensiva Reacionária*, e a *Fúria de Calibã: Memórias do Golpe de 1964*, editado em 1994. Ao mesmo tempo, não deixou de trabalhar com outros grandes temas, como *A Intentona Comunista de 1935*, *Literatura e História no Brasil Contemporâneo*, *A Marcha Para o Nazismo*, *A República*, *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil Contemporâneo*, publicado em 1990.

De posse dessas observações, que configuram uma visão geral dessa importante produção, é possível adentrar na parcela teórica da obra werneckiana.

O livro *Fundamentos do Materialismo Histórico*²⁵ é a primeira das três coletâneas de textos de teoria marxista organizadas por Sodré. Nele é feito um apanhado teórico da tese do materialismo histórico a partir das concepções originais de Marx e Engels. Para o autor, a finalidade dessa obra é a seguinte:

“Entre as coleções de textos marxistas que vimos organizando, nenhuma nos parece mais útil do que esta. Em que assenta uma afirmação assim clara? No fato de que, enquanto, a propósito de estética, ou de economia, ou do próprio materialismo dialético, partes do marxismo, não há muito que esclarecer, porque muito pouco é conhecido e, portanto, não há grandes distorções a desmentir, acontece com o materialismo histórico a singularidade de que muitos são os seus pretensos sabedores, entre os que o seguem e entre os que o combatem”. (p.1)

²⁵ . 1968.

No intuito de combater “o enorme obstáculo que é o conhecimento rudimentar, às vezes firmemente ancorado”, é que essa obra veio a ser organizada, a partir das fontes originais do pensamento marxiano, com a inclusão de outros pensadores marxistas contemporâneos. Foi

“pela necessidade de limpar este campo que nos vimos compelidos a organizar um capítulo inicial, neste livro, mostrando como evoluiu a concepção do materialismo histórico, no pensamento e nas formulações de Marx e de Engels, que as reviram por várias vezes, em trabalhos destinados ao público e na correspondência; e como evoluiu ela, posteriormente, em formulações como aquelas que apresentamos, de Gramsci, de Garaudy, de Althusser, escolhidos entre tantos outros por serem mais acessíveis aos leitores brasileiros. Trata-se, preliminarmente, portanto, de eliminar dos que estudam o materialismo histórico - conquista científica, conforme foi bem observado por um mestre, da importância da lei da conservação da energia - a idéia de que se resume no simplismo esquemático da ligação direta entre base e superestrutura, mecânica e estática, imutável, eterna, isolada. Pois essa caricatura do marxismo, no que se refere ao materialismo histórico, tem sido moeda corrente, entre nós, e não só entre nós, evidentemente”. (p.II)

Essa coletânea foi organizada pelo autor a partir dos seguintes centros de interesse: Formulação Teórica, Base e Superestrutura, As Personalidades e as Massas, A Dialética da História, A Historicidade, O Meio Natural, A Sociedade de Classes, Classe e Consciência de Classe, Ideologia e Política, A Luta de Classes: o Estado, O Problema do Poder: A Revolução, O Problema da Liberdade.

Os diversos textos trabalham essas temáticas centrais definindo teoricamente, e de forma seqüencial, os seguintes pontos principais: os resultados dos estudos de Marx sobre economia política, com um resumo teórico da formulação marxista sobre essa questão; os princípios epistemológicos da filosofia marxista; a concepção marxista da História; o conceito de “*bloco histórico*”; a reflexão sobre Marx e a filosofia; a definição sobre o tema central do materialismo histórico; a definição materialista de História; a crítica ao modelo marxista de linha do tempo da História; a reflexão crítica sobre materialismo histórico e mecanicismo; o conceito sobre a relação de determinação entre estrutura e superestrutura; o nexos entre base e superestrutura; a concepção da sociedade em três visões - idealista, “*materialista vulgar*” e

marxista; o conceito de formação econômico-social; os conceitos de sociedade e classe social; sobre o materialismo e a experiência humana - relação entre sujeito e objeto; quanto à definição e o caráter de classe da ideologia; no que toca às relações entre ideologia e verdade, e História e ideologia; sobre a função e a definição de Estado; quanto ao fim do Estado; a respeito da revolução social; sobre o imperialismo, segundo Lênin; a respeito da lei da revolução; e, finalmente, sobre a liberdade.

A coletânea *Fundamentos do Materialismo Dialético*²⁶ refere-se ao entendimento dos paradigmas fundamentais da construção filosófica marxista. A finalidade dessa compilação de textos foi delimitar epistemologicamente os pontos de apoio das cosmovisões idealista e materialista do mundo, ao mesmo tempo em que procurava definir o alcance teórico e filosófico da dialética a partir de Engels e de outros autores como Rosental, Straks e Konstantinov. Nesse sentido, os textos estão estrategicamente organizados por Sodré em itens, e na seguinte ordem seqüencial: Matéria e Materialismo, Materialismo e Consciência, Origem da Dialética, Leis da Dialética, Teoria do Conhecimento e Categorias da Dialética. Aqui, a proposta fundamental foi a de trabalhar a fundamentação teórico-filosófica do ponto de vista da dialética marxista, de uma cosmovisão materialista de mundo e das relações sociais.

*Fundamentos de Economia Marxista: a Economia Capitalista*²⁷ é uma coletânea que se propôs a proceder a um levantamento de como o capitalismo é analisado à luz das concepções originais do marxismo. A finalidade dessa obra foi, segundo o autor, compreender que

“... uma antologia destinada a proporcionar conhecimento de economia marxista acentua aquele traço de diversidade de escolha. Há, assim, sempre muitas soluções; esta é apenas uma delas. Pretende, ainda assim, proporcionar um conhecimento mínimo de economia marxista, o conhecimento de suas categorias fundamentais”. (p.1)

²⁶ . 1968.

²⁷ . 1968.

Por outro lado, o critério de organização tomado para a obra foi o seguinte:

“a obediência do critério histórico levou à divisão do trabalho em três partes, a de formação, a de caracterização e a de agonia do capitalismo, que é a que estamos vivendo”. (p.2)

Sodré, ao mesmo tempo, relativizava a função de textos como este, definindo que

“nem mesmo os clássicos do marxismo podem ser relegados à situação de fontes de receituários, menos, esta antologia pode desempenhar tal papel”. (p.3)

Essa advertência é relevante por indicar a concepção do autor quanto ao seu modo de encarar o marxismo. Para ele, a teoria marxista deve ser objeto de conhecimento que pressupõe postura e compreensão dialética, não sendo jamais receituário mecanicista, ou reducionismo político voltado para soluções de problemas políticos, econômicos ou sociais imediatos.

O estudo dessas obras, bem como a análise dos autores utilizados por Sodré para organizar essas coletâneas, tornou viável o ato de delimitar a configuração do que é o marxismo na concepção desse intelectual. Nesse sentido, é possível sustentar que Sodré defendeu uma leitura do marxismo que pode ser entendida como sendo *próxima* de Marx, uma vez que, ao organizar em livros os seus anos de estudo em teoria marxista, ele tomou opções que o definiram tanto do ponto de vista teórico quanto político. Nessa perspectiva é que devem ser vistos os autores dos quais Sodré lançou mão enquanto fontes, entendendo que as opções por uns e não por outros significaram, antes de tudo, posicionamentos teóricos e políticos assumidos dentro do vasto campo filosófico e político abrangido pelo pensamento de esquerda.

Sendo assim, o olhar lançado sobre as fontes teóricas utilizadas por Sodré nesses trabalhos é elucidativo, tornando pertinente seu agrupamento para posterior comentário. De Afanasiev, as obras são *Fundamentos de Filosofia* e *A Mudança Revolucionária Realizada por Marx e Engels na Economia Política*; de Althusser, *Análise Crítica da Teoria Marxista*; de Avarin, *Decomposición del Sistema Colonial*; de Dange, *O Papel da Classe Operária na*

Luta Contra o Colonialismo; de Draguilev, *La Crisis General del Capitalismo*; de Engels, as obras *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, *La Révolution Democratique Bourgeoise en Allemagne*, *Anti-Dühring: La Subversión de la Ciencia por el Señor Dühring*, *Dialéctica de la Naturaleza*, *Ludwig Feuerbach y el Fin de la Filosofía Clásica Alemana*, *Contribuição ao Problema da Habitação*, *O Capital de Marx*, e *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. De Garaudy a obra citada é *Karl Marx*; de Gomulka, *A Competição Pacífica e os Países Subdesenvolvidos*; do pensador italiano Gramsci, *A Concepção Dialética da História*; de Gromeka, vem o trabalho *A Economia Política Burguesa e as Conseqüências Sócio-Econômicas da Atual Revolução Técnico-Científica*; de Kaigl, *Particularidades Novas do Sistema Capitalista Mundial*; do russo Konstantinov, *Los Fundamentos de la Filosofía Marxista*; de Kotska, *Um Problema Maior do Capitalismo Contemporâneo*; de autoria de Lênin, as obras *Aliança Operário-Camponesa*, *A Doença Infantil do 'Esquerdismo' no Comunismo*, *O Estado e a Revolução*, *Marx-Engels-Marxisme*, *Obras Completas*, *O Trabalho do Partido entre as Massas*, *Cuadernos Filosóficos*, *Materialismo y Empiriocriticismo*, e *El Imperialismo: Fase Superior del Capitalismo*. Da obra de Marx são citadas *Morceaux Choisis*, *Oeuvres Complètes: Le Capital*, *La Ideología Alemana*, *La Sagrada Familia y Otros Escritos Filosóficos de la Primera Época*, *Manifesto do Partido Comunista*, *Obras Escolhidas*, *Trabalho Assalariado e Capital*, *Trabalho, Preço e Lucro*, *As Lutas de Classe na França*, e *Crítica ao Programa de Gotha*. De Nikitin, o trabalho é *Fundamentos de Economia Política*; de Perlo, *Fisionomia Econômica do Imperialismo Americano de Após-Guerra*; de Plékanov, *Essais Sur L'Histoire du Materialisme*, *L'Art et la Vie Sociale*, e *Les Questions Fondamentales du Marxisme*; de Rosental são citados *Les Problèmes de la Dialectique Dans Le Capital de Marx* e *Categorias del Materialismo Dialéctico*; de Rubinstein vem o trabalho *Alguns Problemas Econômicos*; de Shajnazarov são três textos, *Los Hombres*, *La Ciencia*, e *La Sociedad*; de Straks, em co-

autoria com Rosental *Categories del Materialismo Dialéctico*; de Tuchinov, *Sobre o Trabalho de Marx "Teorias da Mais-Valia"*; de Vigodski, *Teorias do Desenvolvimento Econômico*; e finalmente, de Yajot, *Que es el Materialismo Dialéctico*.

Seguindo uma ordenação estabelecida pelo critério do número maior de citações encontradas, levando-se em conta o conjunto das três coletâneas acima apresentadas e evidenciando o fato de elas terem sido organizadas por Sodré a partir de transcrições literais de todos esses autores, é possível demonstrar o quanto as suas opções o definem, tanto em sua perspectiva teórica quanto na sua visão política. Marx e Engels entraram com 42,57% dos textos transcritos, enquanto os estudiosos *soviéticos* do marxismo participaram de 32,26% das transcrições, perfazendo ambos o percentual de 74,83% do conjunto das três coletâneas, ficando para o restante dos autores citados - entre franceses, ingleses e italianos - o percentual complementar de transcrições, da ordem de 25,17%. Assim, cabe a questão: o que esses dados percentuais revelam? Em primeiro lugar, e isto é evidente pelo conjunto dos autores citados, uma escolha inequívoca de fontes de interpretação fiéis ao núcleo original do pensamento marxista. E, em segundo, o somatório absolutamente majoritário obtido entre Marx, Engels e os estudiosos *soviéticos* é significativo, pois coloca de forma evidente a perspectiva werneckiana ligada à concepção marxista russa, ressaltando a forte e inapagável influência dos autores *soviéticos* - os que mais apareceram foram Lênin, Konstantinov e Afanasiev - nos estudos realizados por Sodré. Esclarecidos esses aspectos, fica evidente como Sodré, vinculado às concepções soviéticas do marxismo, entende a política e os seus desdobramentos sociais, tais como o papel exigido das esquerdas no processo político, a função histórica dos partidos e os principais conceitos construídos pela sua visão da realidade sócio-política brasileira: *revolução brasileira*, a concepção de *nacionalismo* autonomista e popular, as definições de *povo e burguesia*, de *cultura, ideologia do colonialismo e transplantação cultural*.

Uma vez que o objetivo principal do estudo dessas coletâneas é a compreensão dos princípios marxistas que influenciaram as concepções histórico-políticas de Sodré, torna-se possível depreender o sentido dos posicionamentos defendidos por ele nos debates que ocorreram no interior da esquerda brasileira, posicionamentos esses que ficarão ainda mais evidentes na obra que é trabalhada a seguir.

História e Materialismo Histórico no Brasil, publicado em São Paulo pela Global Editora, em 1985, é uma obra fruto da junção de uma série de artigos, chamados de “pequenos ensaios” pelo autor, e escritos com o objetivo de “chamar a atenção para a dialética da sociedade e para a História, que é a sua ciência”. (p.11)

Do interior de cada um dos treze textos, entre artigos e depoimentos, colocados nesse livro, é possível compreender o eixo epistêmico no qual Sodré se fundamentou em relação ao conceito de História com o qual operou suas análises e quanto aos papéis científico e político do materialismo histórico. O que se tem aqui é um pequeno e denso material que evidencia a visão desse autor em um momento maduro de sua vida intelectual - a publicação desse livro encontrou Sodré nos seus setenta e quatro anos de vida, tendo quarenta e sete anos de produção intelectual quase que ininterrupta. Assim, se 1968 ainda era o momento dos resultados de estudos teóricos politicamente engajados que justificaram o seu trabalho de organização e compilação da série “*Fundamentos*”, acima apresentada como orientação filosófica básica do seu pensamento, 1985 era o momento da defesa convicta de suas concepções teóricas e das polêmicas vigorosas com os defensores de outras posições dentro do conjunto do pensamento marxista brasileiro.

O artigo “*Reação Contra a História*” é uma breve análise sobre “o nível de degeneração a que desceu a História, aqui, nos tempos que correm”, buscando entender porque “a ciência das ciências, a mais política das ciências”, é vítima da reação contra ela própria. Para essa análise foram tomadas três obras, sendo dois compêndios escolares -

“História do Brasil”, de Vicente Tapajós; e *“História Geral da Civilização Brasileira”*, de Roberto Accioli e Alfredo d’E. Taunay -, e uma coletânea temática - *“1822: Dimensões”*, organizada por Carlos Guilherme Mota em 1972.

Sobre os dois compêndios, explica Sodré, um *“rápido percurso nos textos”* demonstra como a História, *“vitimada por tantas mazelas e alterações, fica relegada a uma sistemática de perguntas e respostas, em que se torna facilímo separar o certo do errado”*, em operações mecanicistas que não deslindam a dialética dos processos históricos.

Já quanto à coletânea temática organizada pelo historiador Carlos Guilherme Mota, Sodré diz estar

“diante de um trabalho fácil, o de reunir contribuições diversas, sem qualquer critério de uniformidade ou de homogeneidade. Isto está sendo habitual, particularmente em São Paulo, girando em torno de grupos de professores, que se constituem em pequena organização de auxílios mútuos e procuram ingressar, assim, no rol dos contribuintes idôneos para a cultura brasileira. Não se trata de obra coletiva, mas de obra reunindo contribuições de autores diferentes: o denominador comum é a independência; o motivo, as comemorações do sesquicentenário. Este livro é traço inequívoco do nível em que tais comemorações foram realizadas, sepultando os conhecimentos e procurando gerar nova escala de valores.” (p.17)

Em relação ao nível de abordagem histórica da obra, a crítica de Sodré é direta ao colocar que *“o nível baixíssimo do livro é caracterizado plenamente”* na tentativa e no

“propósito deliberado de estabelecer uma escala doméstica de valores, subordinada aos critérios de grupo, incompatíveis com o desenvolvimento que já atingiram os estudos históricos entre nós.” (p.17-18)

Decorrente dessa *visão*, a conclusão do crítico é aguda. Para ele,

“esta moxifinada foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, através de Bolsa de Iniciação Científica. Assim, dinheiros públicos (o meu e o teu leitor) foram destinados a iluminar a tolice erigida em dogma.” (p.18)

“Revisão de Valores” é um texto que discute a problemática das fases de transição política que se tornam

“teatro de um processo comum, o da revisão de valores, valores históricos, em particular, desde personagens até acontecimentos, valores artísticos, desde autores até movimentos.” (p.19)

É possível inferir neste ponto a visão de Sodré sobre a dialética dos processos de transição histórica, pela qual a

“exigência de estabelecer uma escala em que os fundamentos reais não ficam esquecidos corresponde a uma situação nova, que não reconhece a escala tradicional, nela não se revê nem se encontra.” (p.19)

Por isso, essas alterações não seriam

“apenas de toda uma escala de valores, mas da necessidade de discutir as origens, as bases e os critérios da escala antiga, subvertendo os seus julgamentos.”

Para Sodré,

“está claro que isso não abrange apenas o passado histórico, aquilo em que a discussão não arranha ninguém, mas ainda o presente, a atualidade, quando tudo é colocado na pauta das dúvidas e se estabelece uma nova escala, pouco a pouco”. (p.20)

Não deixado claro para o seu leitor a respeito de qual período de transição estava se referindo nesse artigo, Sodré entendeu que essa *“alteração estrutural profunda”* era pautada pela

“Revolução Brasileira, título que encontrou grande resistência à aceitação, de início, e está hoje consagrado, mesmo por aqueles que estão interessados em se opor a tudo o que ela significa.” (p.20)

No artigo denominado *“O Conhecimento Histórico”* o autor analisa o interesse dos meios universitários estrangeiros, em especial os norte-americanos, pelo Brasil. Referindo-se ao trabalho dos *Brazilianists*, Sodré entende que essa produção - Stepan, Fishlow, Foster Dulles, dentre outros, não é interessante *“pela quantidade, pelo sentido de que se revestem, pelo que revelam de interesse pelo Brasil”*, mas sim *“pela forma, pelo tipo, pelo modelo, por assim dizer”* (p.23), enquanto produto do conhecimento científico.

E qual seria esse modelo? Na concepção de Sodré, ele consiste na *“considerável acumulação de fatos ou dados.”* Por isso,

“de um lado, os trabalhos resultantes são necessários e úteis, porque, via de regra, constituem fontes indispensáveis de informações; de outro lado, não acrescentam nada de nada ao esclarecimento do fenômeno ou processo proposto. Não é a quantidade de informações que torna claro um problema

científico. É evidente que é preciso sempre partir do particular - e o particular é o fato ou o dado -, mas se o conhecimento não superar o particular ou não atingir o geral ou universal, torna-se inócuo. Uma quantidade de fatos não é História, por exemplo, embora não se possa fazer História sem conhecimento dos fatos. A ciência está longe de ser quantitativa: ela é essencialmente qualitativa. Os que não superam o particular não são cientistas. Podem, quando muito, reunir material preparatório para a ciência.” (p.25)

O sentido desse posicionamento de Sodré é voltado também para uma crítica aos modelos brasileiros de produção acadêmica das décadas de setenta e oitenta, no que toca ao trabalho desenvolvido na área das ciências humanas e sociais. Este é o ponto no qual apareceu a vigorosa polêmica travada com a chamada *escola uspiana*, que envolveu o problema das controvérsias em relação às diversas interpretações possíveis do marxismo, e que aqui interessa no que possa revelar das posições teóricas defendidas por Sodré. Nesse sentido a sua crítica, que aparecerá mais vezes nos outros artigos, é direta:

“...o que está ocorrendo, entre nós, por força da imitação ou da simples adoção do modelo norte-americano, é a confusão entre tese e ensaio. Os ensaios oriundos dos quadros universitários, e particularmente da USP, estão, sempre e cada vez mais, parecendo teses. No que estas apresentam, fora daqui, como superado, como obsoleto, na forma e no conteúdo.” (p.25) (...) “Tais exemplos, aliás - como já vinha sendo referido em relação aos trabalhos dos Brazilianists em relação à estrutura universitária norte-americana -, refletem a estrutura universitária brasileira e, em particular, o tipo de ensino e método relacionado com a História em nossa universidade, particularmente na USP”. (p.26)

Ao referir-se ao trabalho da professora Maria da Conceição d’Incao e Mello, “*O Bóia-fria: Acumulação e Miséria*”, na conclusão deste artigo, Sodré demonstra a sua concepção geral de pesquisa em ciências humanas:

“Tendo realizado a pesquisa necessária, elaborou a análise, passando, com segurança, do particular - os dados - para o geral - o quadro social que condiciona o fenômeno. Isto é cultura, quando o percurso do conhecimento se completa”. (p.26)

“*Fato, Processo & Aparência*” continua a refletir sobre a produção histórica brasileira, pontuando críticas metodológicas e filosóficas que tornam mais evidentes as posições do seu autor. São quatro os aspectos desse artigo que, situados em pontos diferentes,

poderiam passar despercebidos a olhos menos atentos, mas que ligados entre si revelam o seu pensar. No primeiro, Sodré diz que nada é

“mais complexo do que estabelecer a relação causal em História, isto é, o encadeamento que, na continuidade do desenvolvimento histórico, estabelece os laços entre os acontecimentos”.

Por isso é que

“é importante, e sempre, discutir a relação causal, os nexos que presidem o encadeamento dos acontecimentos, gerando-se uns nos outros, num processo sujeito a leis e, portanto, acessível ao conhecimento. Nesse processo, os fatos se apresentam como a face superficial do que ocorre. Eles não são a essência, deixam apenas os rastros do conteúdo, desde que analisados no que têm de comum, no que apresentam de geral ou universal. Os meros arrolamentos de fatos, pois, por mais numerosos que sejam os fatos arrolados, e por mais precisas que sejam as suas referências particulares (lugar, tempo, personagens), não pertencem aos domínios da História, não fazem a História”. (p.27)

Em seguida, diz Sodré, *“a História é muito mais do que a sucessão dos fatos, como esta sucessão é apenas o traço exterior, superficial e visível do processo histórico, traço que pode, inclusive, esconder a realidade do processo”.* (p.31) Sendo assim, em conclusão, aparece a crítica à produção historiográfica brasileira:

“...é preciso distinguir entre os fatos - mesmo em coleção - e a História. Estão associados, mas não se confundem. Entre eles se estabelece uma relação dialética, a relação entre particular, geral e universal. E o que a maioria dos que trabalham no campo da História, em nosso país, agora, vem fazendo é muito mais ligado ao fato do que à História”. (p.31)

O texto *“A Fascinação Weberiana”* é uma crítica ao livro *“Os Donos do Poder”* de Raymundo Faoro e ao uso de modelos teóricos weberianos no trabalho de análise histórica. Referindo-se ao livro, que teria sido apontado pela crítica como *“original”*, Sodré diz que isso é um *“exagero, pois aplicar categorias weberianas, nesta altura dos acontecimentos, embora de forma heterodoxa, não é originalidade”*. Por isso, acusa que *“ao autor repugna a categoria classe social”*, preferindo *“estamento”*. (p.33) Daí ser *“fácil identificar, mais que a fascinação weberiana, já de si definidora, o apego a tudo aquilo que signifique gestão de cima para baixo, minoritária, elitista”*. (p.35)

Além da recusa prévia daquilo que estaria por trás das posturas teóricas weberianas, definidoras por si mesmas do primado da ação do indivíduo sobre a sociedade, o que aqui aparece é a recusa política de Sodré em aceitar o papel “*subalterno*” que seria atribuído por Faoro ao povo brasileiro em seu processo histórico. Essa recusa, engajada com a necessidade de compreensão da ação das classes populares nos processos históricos - que seria inviável com o uso dos modelos weberianos - aparece em torno da seguinte citação feita a Faoro:

“...no final, o autor escreve essas linhas elucidativas (não do processo, mas de sua posição): ‘E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política e a nacionalização do poder, mais preocupado com os novos senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, paternos, como o bom príncipe, dispensários de justiça e proteção’”. (p.34)

Esse é o fulcro da pesada crítica, pois, para Sodré, “*essa posição se define, ainda pelo desprezo às manifestações do povo brasileiro, sua incompreensão ante tudo o que é popular, em suma*”, sendo fruto “*de sua incompreensão essencial do que é História*”. (p.34) Daí ele dizer que... “*depois de escrever sobre Os Donos do Poder, ele será, certamente, um deles.*” (p.36)

“*A Quantidade e a Qualidade*” procede a uma análise da obra de José Honório Rodrigues, em específico a sua “*História do Brasil*”, nos volumes que tratam sobre a Independência. Partindo de uma questão teórica, e de sua imediata resposta, Sodré revela, mais uma vez, posições definidoras:

“...que ligação existe entre quantidade e qualidade? Normalmente, a ligação dialética que permite passar da quantidade à qualidade, que acompanha o processo de passagem do particular ao geral e deste ao universal”. (p.40)

Denunciando que Honório não consegue, em seu trabalho, sair do particular, Sodré entende que “*a História, entre nós, passou do estágio do arrolamento dos fatos para o estágio do esclarecimento dos fatos*”. Para ele, José Honório “*pretende erigi-la em algo mais, a explicação dos fatos*”. Justamente o que ela não é, na concepção de Sodré, pois “*ela se*

ocupa dos fatos para, com eles, isto é, com o particular, compor o processo, o geral ou o universal”, tratando “de passar do concreto ao abstrato, da enumeração à linguagem conceitual” - aquela que “permite definir o processo”. (p.40)

Se for assim, como é que Sodré entende o processo histórico? Para ele, compreender o processo histórico significa apreender o *“desenvolvimento da sociedade ao longo do tempo”*. (p.41) E para isso seria necessário ter uma atitude científica firmemente interessada nas contradições que a sociedade apresenta, pois *“sem o entendimento dessas contradições, não é possível compreender, interpretar e analisar o processo histórico, nesse caso e em qualquer outro”*. (p.41)

O artigo *“As Desventuras da Marxologia”* é o centro de uma polêmica que foi travada com Jacob Gorender sobre a sua obra *“O Escravismo Colonial”*. Esse debate, envolvido por dois outros mais amplos, o já anteriormente mencionado com a *escola uspiana*, e o teórico no interior do marxismo brasileiro, ainda remonta de alguma forma ao impacto do grande *racha* ocorrido em 1967 no Partido Comunista Brasileiro - PCB -, a partir de seu 6º Congresso, quando algumas de suas tendências internas saíram, com a discordância de grande parte do Comitê Central liderado por Prestes, para a luta armada contra a ditadura militar e, dentre elas, a corrente liderada por Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Mário Alves, que fundou o PCBR. Sodré, alinhado filosoficamente com a corrente hegemônica do PCB, tinha uma posição absolutamente crítica em relação à tese da luta armada, qualificada dentro daquilo que ele denominou genericamente de *“esquerdismo furioso”*. A partir dessa posição, ele aponta, nesse debate, o que denomina de *“esquerdismo gorenderiano”*. Se for tomado esse referencial, é possível compreender as suas posições teóricas dentro do debate marxista brasileiro e a sua crítica aguda aos chamados *marxólogos*, dentre os quais ele incluiu Gorender.

Começando por dizer que *“nos grandes centros universitários europeus e nos Estados Unidos o fenômeno começa a alastrar-se também”*, pois *“surgiram e desenvolveram-se correntes diversas do marxismo, algumas suficientemente heterodoxas para despertar calorosa simpatia nas áreas mais reacionárias”* (p.43), Sodré aponta as duas *“grandes e generalizadas controvérsias”* que preocupavam àquela hora o marxismo: a primeira, girando *“em torno do Modo de Produção Asiático, sobre a qual existe, agora, bibliografia extensa”*; e a segunda, *“sobre a passagem de um Modo de Produção a outro e a obrigatoriedade ou não da passagem pelos Modos de Produção sucessivos, segundo as formulações marxistas”*. (p.44) Essas primeiras controvérsias estariam colocadas em termos internacionais, enquanto no Brasil a polêmica girava - segundo Sodré - *“em torno, primeiro, da definição dos Modos de Produção em nossa História e, segundo, e mais restritamente, da existência ou não de feudalismo aqui”*. (p.44) Esse é o esboço do quadro geral, traçado por Sodré no sentido do enquadramento dos limites específicos do seu debate com Gorender, e que aqui também continua a interessar pelo que possa delimitar dos contornos epistêmicos do modo pelo qual o autor encara essas questões.

Sodré entende serem esses

“temas muito ricos, quando as pessoas são suficientemente dotadas da humildade exigida pelo tratamento científico do problema, mantida a controvérsia em nível que, sem retirar a cada um os méritos de seu esforço e de sua contribuição, permita que a discussão se mantenha, apesar de aguda, em termos razoáveis”. (p.44)

É aí que está o problema para Sodré, pois para ele *“tudo vinha de ser subvertido”*, à medida que havia aparecido *“alguém que, neófito no terreno e no assunto, surgiu com um novo Modo de Produção debaixo do braço e o atirou à mesa, não para ser discutido, mas para ser aceito”*. (p.44) Respondendo à entrada de Gorender no debate, a seu modo de ver, intempestiva, Sodré revela a sua maneira de encarar - na sua perspectiva, fiel a Marx - o marxismo. Para ele, o que definia e dimensionava o caso brasileiro era a

“sua apresentação marxiana, para falar como os italianos, de vez que não podemos, por licenciosidade, aceitá-la como marxista”. (p.44)

A compreensão de Sodré sobre Gorender e o seu trabalho não foi complacente, pois no seu modo de ver

“tudo isso teria pouca importância se o novo Marx, inventor de um novo Modo de Produ o, não fosse identificado, em áreas menos informadas, como intelectual marxista. Ele o foi, realmente, em certa época, especializado, não em Filosofia, como se apresentava, mas em História da Filosofia, o que   bem diverso. Naquela época, suas características estavam ligadas particularmente a um sectarismo ves nico, rigoroso, implacável, que se exercia através de severa vigilância e pertinácia. Passou dessa ortodoxia extremada para o mais desvairado ecl tismo. E   na qualidade de eclético, embora disfarçado de marxiano, que emenda Marx e cria um apêndice aos textos marxistas relacionados com os Modos de Produ o”. (p.45)

Aprofundando a crítica, deixando mais clara a sua recusa filosófica em rela o ao “reformulador” das teorias em questão, Sodré diz que o

“autor não se propõe apenas a reformular o marxismo, introduzindo um novo Modo de Produ o na seq ncia dos propostos por Marx e Engels, ele quer ir mais além e ‘arrancar a teoria marxista do atoleiro dogmático em que o stalinismo a mergulhou’.” (p.46)

O que fica claro nessa discussão carregada de problemas teóricos e de posi es relativas? Além do posicionamento radicalmente divergente de ambos os estudiosos, que   evidente, no caso de Sodré    bia a posi o de que a “defini o dos Modos de Produ o em nossa História” (p.44) deve seguir a formula o marxista original, e não as concep es defendidas pelos chamados *marxólogos*, modo como ele qualifica Gorender.

“A Luta Ideológica”, artigo publicado pela primeira vez na revista “Temas de Ciências Humanas”²⁸, em 1978, foi texto no qual Sodré refletiu sobre “um dos aspectos mais interessantes da etapa histórica que estamos atravessando - 1977 -, no Brasil”. Em referência a esse momento, com respeito ao aprofundamento da luta política contra a ditadura militar, o autor tomou duas obras para análise, segundo ele “muito características: o primeiro do tipo aberto, o segundo do tipo travesti. A obra que define o primeiro   “História da Inteligência

²⁸ . n  3, p. 119-53.

Brasileira”, de Wilson Martins (...); a obra que define o segundo é *“Ideologia da Cultura Brasileira, de Carlos Guilherme Mota”*. (p.56) Sendo ambos os trabalhos lançados em São Paulo, no ano de 1977, Sodré estabeleceu, de modo prévio, uma conexão entre tempo, local e processo histórico ao colocar essa cidade como o *“centro de gravidade da luta ideológica”* que se processava no Brasil naquele momento.

Sobre o autor da primeira obra, o analista diz não ser desconhecido, pois

“escrevia rodapés de um reacionarismo cru e aberto em matutino paulista; da sua bibliografia, em que ele arrola até artigos de revista e os prefácios à obra de outros autores, consta uma preciosidade: The Incompetence of the Left, publicado em 1970, nos EUA”. (p.56)

Quanto à obra, após crivá-la por inteiro, a partir de citações comentadas e criticadas, conclui que *“se caracteriza, precisamente, pelo seu rasteiro formalismo e por tudo que o define”* (p.64), conceituação que, por si só, desqualifica - na concepção do crítico - o campo da reflexão conservadora em relação aos processos históricos e culturais.

O subtítulo que definiu a análise da segunda obra, *“Um Travesti Impune”*, dá o tom de uma nova polêmica com o historiador Carlos Guilherme Mota, aqui retomada de forma radical. Introduzindo a sua análise, Sodré reflete sobre o que acontecia - em sua percepção - na universidade brasileira daquele momento, voltando o foco do seu olhar para São Paulo, e debatendo nas entrelinhas com a *escola uspiana*, da qual o autor por ele analisado fez parte como professor. Diz Sodré que

“as universidades, entre nós, dispõem ainda de valores, mas isolados e limitados em suas manifestações. Constituem exceções e são, na maioria, recentes, isto é, professores que ingressaram no magistério superior no último decênio. O que restou das universidades, pelo menos na área das Ciências Humanas ou da sociedade - mas não só nelas -, foi, sem dúvida o rebotinho”. (...) “Uma estrutura universitária que comportou delações e expurgos de fundo ideológico não poderia apresentar outro quadro”. (p.65)

Na perspectiva do intelectual que atuava fora da academia, o quadro político e ideológico da universidade brasileira no final da década de setenta era grave, pois

“à sombra daquelas condições surgiu e cresceu a intriga, que, disfarçada sob roupagem cultural e mesmo ideológica, permitiu a ascensão de alguns espertos, em detrimento de alguns valores autênticos. Criou-se - e em São Paulo isso é notório - uma espécie de máfia docente, agrupando certas figuras que só podem sobreviver, como os carneiros, arrebanhando-se e valendo-se da proteção mútua, inclusive para vedar a entrada de outros, mais credenciados. O provimento de cadeiras ficou, em boa parte, submetido às injunções da máfia; a escala de valores a ela ficou submetida e mesmo em detalhes sua ação se faz sentir. Nas indicações bibliográficas, por exemplo, a máfia utiliza o processo largamente, indicando os livros de seus cooperativados e excluindo sistematicamente os de outros, e particularmente os dos concorrentes, os trabalhadores do mesmo campo. A máfia opera meticulosamente e, só existente por força das limitações à liberdade e do rebaixamento da cultura, apresenta-se como contestatória, libertária, ‘progressista’. Daí o tipo travesti. A reação, beneficiária direta dessas anomalias, servida gratuitamente por esses processos torpes - mas possíveis em condições de ausência de liberdade -, delicia-se em assistir à surda luta em que travestis, apresentando-se como renovadores da cultura e batalhadores da liberdade, esmeram-se sistematicamente em destruir aqueles que a reação realmente teme”. (p.66)

Sodré encarava a Universidade no momento que iniciava o esgotamento da ditadura militar de modo rigoroso. Ao mesmo tempo, o nível a que haviam chegado as discussões no campo interno da esquerda brasileira não permitia avanços significativos na compreensão dos processos. O debate teórico foi usado muitas vezes para dar vazão a paixões e ressentimentos - a despeito das razões que cada um entendia ter nos seus argumentos teóricos - e ao exercício político da desqualificação e da destruição das diferenças. Onde, e com quem, estava a chamada razão objetiva da compreensão da História é a questão que, ainda hoje, parece não ter encontrado resposta satisfatória.

Entrementes, e de modo secreto, a polícia política do regime militar registrava em seus arquivos os reflexos da polêmica. Nas palavras do Dops paulista:

*“No relatório da Div. de Informações de 29/07/78, de nº 853, consta que o referido - Sodré - figurava num cartaz afixado na Faculdade de História e Geografia da USP/SP que tinha os seguintes dizeres: ‘...Fora Carlos Guilherme Mota, deflorador de meninhas, falso esquerdista, denunciado por Néelson Sodré, socialista autêntico’”.*²⁹

Segundo Sodré, *“o inimigo, para tais intelectuais”* - os que ele chama de travestis -

²⁹ . Pasta nº 52-Z-0 / 14.937, Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Div. Info. - CPI-DOPS / SNI, 22/02/79.

“não é o regime que restringe a liberdade, o inimigo somos nós, aqueles que, sem guarida em jornais, revistas, televisão, rádio, cátedras universitárias, não dispõem sequer das condições para dizer que as coisas não são bem assim”. (p.67)

Foi nesse contexto que Sodré analisou a obra *“Ideologia da Cultura Brasileira”*, atribuindo ao pensamento do *“Sr. Mota”* a característica de ser

“quase sempre confuso e fugidio, tornando-se difícil saber não só o que ele quer, como o que ele é, do ponto de vista ideológico”. (p.74)

Dá a sua crítica, reveladora de suas posições teóricas. Nesse sentido, a primeira discordância de Sodré recaiu sobre o uso, por Mota, das categorias de *“populismo”* e *“autoritarismo”*, *“categorias que tem sido largamente embaladas por certa área acadêmica paulista”*. Sobre o uso delas, o crítico diz que

“qualquer iniciado em Ciências Humanas sabe que populismo é a vacuidade no estudo das contradições que a sociedade brasileira apresenta e que obrigam, cada vez com mais força, os intelectuais a opções abertas e à negação de ambigüidades”. (p.68)

Um outro aspecto relevante é relativo ao uso, por parte do autor criticado, de um *“instrumento de aferição ideológica”* que Sodré denominou, ironicamente, de *“motímetro”*. Segundo o crítico, esse instrumento foi usado para privilegiar os amigos, qualificando alguns deles *“como tendo pago preço mínimo a ‘ideologias nacionalistas, ou ao marxismo ortodoxo, ou ao neocapitalismo desenvolvimentista’.*” (p.69) Por outro lado, esse mesmo instrumento teria sido usado para qualificar aqueles *“pelos quais o Sr. Mota professa desapeço.”* (p.69) Esse ponto revela uma outra face, aquela que registra como Sodré foi visto pelos seus críticos.

As palavras são dele próprio:

“...honro-me de estar entre eles, - os desqualificados por Mota -, brindado, ao longo do livro, com freqüentes menções, que variam de ‘esquemático e apressado’ (p. 25) a ‘stalinista’; minha obra é situada como ligada ‘aos parâmetros pedestres da vertente populista’ (p. 39), ou associada a uma ‘perspectiva marxista ortodoxa e linear’ (p. 42), ou ligada a ‘velhos quadros teóricos de explicações’ (p. 50), para só mencionar essas referências”. (p.69)

Seguindo a controvérsia com Carlos Guilherme Mota, Sodré aponta mais uma questão relativa ao seu posicionamento teórico, a que definiu - e discutiu - a *necessidade* histórica da revolução burguesa no Brasil, dentro das premissas da *"História em etapas"*, e de acordo com a *"sucessão normal dos Modos de Produção, segundo o que ocorreu no ocidente europeu"*. (p.74) Ao rebater Mota, a visão de *"realidade"* de Sodré era inequívoca, na medida em que ele dizia que

"quanto a necessidade, 'previamente, da revolução burguesa', o problema é diverso; uma coisa é a realidade, outra coisa é o desejo: não se trata de opinar sobre a necessidade 'prévia' da revolução burguesa no Brasil; trata-se de constatá-la. Se o Sr. Mota não acha que isto é assim, está em luta contra a realidade. E caracteriza-se a si próprio como esquerdista, isto é, aquele que confunde a realidade com os seus desejos e só vê a última etapa do processo".

Segundo Sodré,

"o Sr. Mota não sabe o que é dialética, não conhece o materialismo histórico e não está informado sobre o stalinismo. De qualquer forma, não se sabe se ele é contra o materialismo histórico, contra a concepção deste pelo stalinismo (mas a favor dele sem stalinismo) ou o que quer que seja". (p.74)

Efetivamente, a temperatura do antigo debate sobre a *necessidade* da revolução burguesa no Brasil andou alta naquele momento, causando rupturas profundas, por paradoxo, no interior das esquerdas.

O último título desse artigo, *"O Problema do ISEB"*, trata da *"Luta Ideológica"* em torno das análises e do julgamento histórico sobre o papel desempenhado por esse *Instituto* na vida política brasileira dos anos cinqüentas e sessentas. Tratar desse assunto foi, para Sodré, participar da própria luta ideológica que se estabeleceu em torno dele, à medida que ele parte da seguinte questão: *"...valem as observações dos que desconhecem o assunto e não aquelas dos que o viveram?"* (p.80) A partir daí, Sodré fecha o seu debate com Mota e abre polêmica com Caio Navarro de Toledo, autor do ensaio *"ISEB: Fábrica de Ideologias"*. A discussão ácida com Mota é encerrada de um modo que envolve - no que tange às formulações críticas - a polêmica com outros setores da USP. Para Sodré, o fato de Mota ocupar-se em seu

“Ideologia da Cultura Brasileira” do ISEB, “reflete, e muito, a incompreensão e a animadversão ao ISEB que foram notas dominantes no círculo docente universitário paulista”. (p.77) Ao condenar o fato de Mota atribuir a Hélio Jaguaribe o papel de ser um dos *“ideólogos mais expressivos”* do ISEB, vendo em seus livros *“elementos fundamentais para a compreensão do significado”* dessa instituição, Sodré aponta que essa atitude revela o *“desconhecimento da matéria”* por parte daquele autor. E responde:

“...sem nenhum demérito para Hélio Jaguaribe, mas por mero respeito à verdade, é bom frisar que, se fosse como afirma o Sr. Mota, o ISEB não teria provocado as furiosas campanhas que visavam destruí-lo”. (p.77)

E completa, aplicando peso à pena que escreve:

“...na época dessas campanhas, como se nada tivesse com isso, e marcando posição - a cumplicidade dos omissos - a chamada intelectualidade paulista e os quadros universitários docentes assistiram a tudo do ponto de vista de Sirius. A tempestade arrasou o ISEB, depois arrasou também a USP e a enxurrada carregou os omissos - não todos, evidentemente, pois salvaram-se, isto é, permaneceram em suas cadeiras, alguns rapazes de bom comportamento”. (p.77)

Retomando o eixo em relação ao trabalho de Mota, Sodré diz que ele

“prossegue em referências descabidas quando se refere à ‘passagem de Furtado pelo ISEB’ e à minha passagem ‘não tangente, antes secante’, mencionando que eu ‘representaria nessa equipe a vertente marxista-populista: um ideólogo marcado antes pela ideologia da consciência nacional que pelas teorias sobre as classes e sobre a consciência de classe’.”

A resposta werneckiana a essa compreensão de seu papel na equipe isebiana foi às vias de fato, mas revelava, outrossim, a sua posição filiada às categorias filosóficas ortodoxas do pensamento marxista, que era avessa às *novas* leituras realizadas pelos que Sodré denominava de *marxólogos*. Quanto ao seu posicionamento nacionalista, além da óbvia constatação de que *nacionalismo* para Sodré não era o mesmo que foi para Jaguaribe, o que ele pareceu recusar foi o fato de ser colocado no mesmo lugar da ideologia nacionalista burguesa pensada por Jaguaribe, que é como Carlos Guilherme Mota parece - politicamente - situar a sua localização ideológica. O *pano de fundo* dessa discussão, com ambos em posição antagônica,

remete a uma outra polêmica maior que ocorreu internamente às esquerdas: alguns pontificavam que o nacionalismo, enquanto ideologia, só poderia estar a serviço de uma burguesia decadente em via de sucumbir à revolução proletária que batia às portas, sendo, portanto, algo a ser descartado na lata de lixo da História como dejetos burgueses; enquanto, para outros, o nacionalismo era elemento ideológico e estratégico fundamental a ser estimulado na direção do fortalecimento da burguesia nacional, no sentido de que ela assumisse o seu papel no processo histórico, que caminhava, dialeticamente, a passos firmes e sucessivos na direção do esgotamento das forças produtivas do *modo de produção* capitalista, e, portanto, do futuro socialista.

Os últimos textos de “*História e Materialismo Histórico no Brasil*” assumem o formato de pergunta-resposta e estão colocados na sua segunda parte, denominada “*Depoimentos*”. São entrevistas concedidas por Sodré, que foram agrupadas por causa de sua pertinência em relação à temática geral do livro. Alguns conceitos emitidos pelo autor nesses depoimentos são relevantes no sentido do aprofundamento da compreensão daquilo que, no início, foi chamado de *eixo epistêmico em torno do qual Sodré estruturou o conceito de História com o qual operou a sua reflexão e a sua análise*. Dessa forma, os conceitos expostos nessas entrevistas e em uma carta no final, tratam das seguintes questões: classe média e pequena burguesia, processo histórico brasileiro, História, História do Brasil, marxismo e História, e Modos de Produção.

Sobre classe média e pequena burguesia, Sodré entendia que essa

“definição deve ser procurada no próprio processo histórico. Classe média, como o nome indica, é uma classe intermediária. Em todas as etapas históricas há duas classes fundamentais (no regime escravista: senhores e escravos; no regime feudal: senhores e servos; no regime capitalista: proprietários e assalariados). Em todos eles houve camadas intermediárias. A essas camadas intermediárias, pelo menos desde o séc. XIX, os cientistas denominaram classe média”. (p.104)

Caracterizando o conceito na época moderna, sob o capitalismo, Sodré diz que, nesse caso,

“o problema se apresenta de maneira completamente diferente. Porque a classe dominante já é a burguesia. A sociedade apresenta a burguesia, o proletariado e trabalhadores no campo, em escala muito variada e em camadas muito variadas. As camadas intermediárias continuam a ser chamadas de classe média. (...) É importante lembrar que a essas camadas intermediárias, na época moderna, numa sociedade capitalista, se dava também, e com frequência crescente, o nome de pequena-burguesia. O conceito afina mais com a realidade social, a da sociedade capitalista, do que o de classe média”. (p.104)

Se assim o é, pequena-burguesia na concepção esposada pelo autor

“...é a classe que, na partilha dos bens, dos lucros do trabalho, recebe uma parcela. Fornece, também, trabalho, trabalho via de regra diferente daquele fornecido pela classe assalariada ou pelo trabalhador no campo”. (p.104)

De posse do conceito, o entrevistador pergunta a Sodré se *“a pequena-burguesia pode ser considerada como grupo organizado, que defende um projeto político próprio”*. A resposta, em linhas gerais, define que não, argumentando que *“as camadas intermediárias, em todas as etapas da História - e assim a pequena-burguesia, na etapa atual da História, e na etapa atual da História brasileira - sempre procuraram assimilar o projeto histórico da classe dominante”* (p.105) em suas características gerais.

Definindo o que poderia ser chamado de *papel histórico pendular nos processos de luta social*, Sodré diz que

“pouco a pouco, na medida em que há um processo revolucionário, ela se aproxima do projeto político da classe dominada. Temos assistido no Brasil a essa evolução, ao longo de episódios os mais conhecidos, marcantes em nossa História. A pequena-burguesia, no Brasil, balança entre um projeto e outro. Nos momentos de crise, adere a um deles e desequilibra o quadro político”. (p.105)

Por isso, ele explica que

“o papel da pequena-burguesia naquilo que convencionamos conhecer como revolução brasileira é importante, é muito importante. Claro que muito mais importante é o papel da classe trabalhadora. Desprezar o papel da pequena-burguesia, entretanto, é eliminar subjetivamente um dado que a realidade apresenta. É, portanto, uma posição anticientífica”. (p.106)

Sodré assumiu uma posição pragmática, do ponto de vista dos setores moderados da esquerda brasileira, que encarava a pequena-burguesia como um grupo social que teria

inclinação a optar pelo projeto tendente à hegemonia nos processos de luta política. Nesse sentido, a partir dessa visão estratégica, esse grupo acabaria por se constituir no fiel da balança do poder. A força social que conseguisse a sua cooptação desequilibraria o quadro político a seu favor, daí a sua importância.

Quanto ao processo histórico brasileiro, Sodré definia - em meados da década de oitenta - que o Brasil passava por um processo

“de revolução burguesa, ainda incompleto, que avança por patamares, aos solavancos, por crises sucessivas, diferente, portanto, dos modelos do ocidente europeu, os modelos clássicos. Conservamos, de um ensino falso de História, a idéia de subtileza da revolução burguesa clássica, ligada a datas finais, a etapas históricas em coroamento”. (p.108)

Para sanar esse problema, que em sua visão era um grave equívoco, Sodré defendeu ser

“preciso que a historiografia brasileira se preocupe com mais afinco sobre os traços específicos da revolução burguesa aqui, que é um fenômeno extemporâneo, historicamente. Um dos grandes problemas, ainda com respeito ao avanço das relações capitalistas aqui, é a heterocronia, isto é, o fato de estarmos em avanço no desenvolvimento capitalista, quando o capitalismo, em escala mundial, está em declínio”. (p.108)

Na polêmica questão da *revolução burguesa* no Brasil, subjaz o problema do encadeamento sucessivo dos Modos de Produção na História, e nesse caso a posição de Sodré é inequívoca, uma vez que ele a entende, como já mencionado, enquanto algo não sujeito a opiniões, porque já devidamente constatado pela História. O problema novo que ele apresenta nessa reflexão, porém sem desenvolver a argumentação, é o do descompasso entre o desenvolvimento ascendente do capitalismo brasileiro e o declínio correspondente do capitalismo global, talvez querendo entender que a ascensão da *periferia* do sistema teria uma correspondência dialética com o declínio do *centro*.

Relativamente ao conceito de História, Sodré posicionou-se ao lado das afirmações marxistas que propugnam ser a História um processo de luta de classes. Para ele,

“no estudo das sociedades, devemos dar atenção aos grupos profissionais, sem dúvida alguma, e, particularmente quando passamos do geral ao particular. Mas a essência do processo histórico e, portanto, a essência de sua interpretação, reside no estudo das classes. Ninguém vive fora das classes; os grupos profissionais também pertencem às classes”. (...) “Retirá-los das classes, eliminar a categoria classe social na interpretação da sociedade e da História é, a meu ver, erro fundamental”. (p.109-10)

Na concepção werneckiana,

“a História é a apresentação do movimento das classes sociais ao longo do tempo, como mudam, umas em relação às outras. Se extraímos das classes sociais alguns elementos ou parcelas e as estudamos como autônomas, independentes, ou denominamos ‘elites’ a determinados elementos ou, mesmo, grupos ou camadas, deformamos um processo que é íntegro, contínuo e complexo”. (...) Por isso tudo, “é fundamental ‘ir ao concreto’, pesquisar a formação do capital, as relações de produção, o trabalho no campo e na cidade, a diferença entre o escravismo clássico e o moderno”. (p.112 e 116)

Indagado pelo entrevistador se *“os fios condutores, as leis da História Brasileira já estão compreendidas”*, Sodré respondeu a partir de dois aspectos importantes: no primeiro, demonstrando a sua visão sobre *o estado da arte histórica* nos inícios da década de oitenta; e no segundo, demonstrando o *freio político* colocado pelas ditaduras no desenvolvimento da pesquisa histórica. Para ele, esses dois aspectos são imbricados, e por isso

“o historiador está passando freqüentemente do particular ao geral, e deste ao particular, num processo dialético. Sem esse processo não há História. Temos já condições de proceder a uma teorização da História brasileira, para lhe conhecer as leis. Sabemos suficientemente do particular, em quase todos os campos e níveis, embora esse conhecimento do particular seja inesgotável. A passagem ao geral, porém, demanda um conhecimento científico superior, pouco comum entre nós. Na fase que estamos atravessando, por força da presença de forças obscurantistas, que freiam, quando não impedem, o desenvolvimento científico, o esforço dos pesquisadores brasileiros, no campo da História, desenvolve-se no nível do particular, na busca de dados, na acumulação de informação. Daí a importância dos documentários, das obras que armazenam dados, o conhecimento empírico. Estamos trabalhando mais na quantidade que na qualidade”. (p.113)

No texto denominado *“Carta a Uma Jovem Estudante de História”*, Sodré expôs a sua visão em relação a dois derradeiros problemas: Marxismo e História, e a questão da sucessão dos Modos de Produção, que é retomada. Quanto ao primeiro, aparece a sua concepção sobre o que ele chama de essência do marxismo, *“que consiste em situar historicamente os fatos,*

episódios e processos". (p.115) Com base nessa afirmação, que privilegia a compreensão da História para o entendimento das relações e dos processos sociais, Sodré aconselha a "*jovem estudante*" a

"fazer o seu próprio julgamento, mas sempre considerando, como dizia o mestre: no quadro histórico, em conexão com outros e à luz da experiência concreta da História, uma vez que tudo se relaciona com tudo e está historicamente condicionado. Extrair do encadeamento histórico um episódio e julgá-lo isoladamente não é marxista". (p.115)

Retomando a questão da sucessão dos Modos de Produção, Sodré deixa claro para a sua missivista a sua posição diante do problema que, em suas palavras, "*está no centro das discussões do materialismo histórico, desde o início da desestalinização*". (p.116) Para ele existem, nesse caso,

"dois aspectos fundamentais a considerar: o primeiro diz respeito à lei do desenvolvimento desigual (certas áreas sob um Modo de Produção, enquanto outras já estão em outro); o segundo diz respeito à própria conceituação de Modo de Produção, sua caracterização. Deixemos de lado aquele, lembrando apenas que a acumulação do capital se vale, inclusive, das formas pré-capitalistas periféricas e até está interessado em mantê-las. Tratemos da segunda. O engano comum dos principiantes (e por isso é que se torna indispensável, para quem quer conhecer História, conhecer Lógica Dialética) consiste em pretender encontrar nos casos particulares concretos aqueles traços que surgiram da linguagem conceitual, isto é, das abstrações científicas. Alguém disse esta coisa óbvia: não há matéria senão no concreto, mas a categoria pertence à linguagem conceitual, isto é, à abstração científica". (p.117)

O que está em jogo nessa argumentação teórica é, além da afirmação de convicções filosóficas já amadurecidas, a defesa de posições assumidas dentro do campo das esquerdas, posições que, para os que Sodré qualificava de "*esquerdistas furiosos*", eram "*stalinistas*".

Sendo assim, por seu lado, Sodré diz não ter escrito

"que os Modos de Produção, no Brasil, seguiram o andamento escravismo-feudalismo-capitalismo, tão simplesmente. E não o fiz por política (...) Eu o fiz por convicção científica. E não segui o modelo europeu. É afirmação gratuita, comum numa cátedra universitária carunchosa. Quem lê meu livro sabe que procurei mostrar a contemporaneidade aqui, de relações escravistas e de relações feudais; que apresentei a singularidade brasileira de um Modo de Produção mais avançado, o feudal, acarretar atraso na economia, tratado, por isso, no meu livro, como regressão feudal; que busquei mostrar a singularidade brasileira do aparecimento da pequena burguesia antes da burguesia, como ocorreria no modelo europeu. O que eu aceitei, e muitos negam - mas sem apresentar alternativa -, foi a existência,

aqui, ao longo da História, daqueles modelos, daqueles Modos de Produção. Fico com essa fórmula até que me apresentem outra melhor". (p.117)

Parece vir daí a rejeição teórica de Sodré aos que ele genericamente chamou de "marxólogos", que tentavam, de acordo com suas palavras, "inventar novos Modos de Produção". Segundo esse autor, aqueles

"negam a existência de escravismo, de feudalismo, mas não apresentam a alternativa. Outros, muito weberianamente, só admitem classes sociais a partir das sociedades capitalistas. Antes, não havia classes; quando muito, estamentos. É uma posição. Mas não é marxismo." (p.118)

Esses embates relativos às diversas posturas teóricas existentes dentro do marxismo, revelando aqui as posições assumidas por Sodré, parecem querer definir, em última instância, dentro da esquerda brasileira, a fidelidade original em relação ao que seria ser marxista. Questão complexa: os que se colocavam mais *próximos* de Marx viam-se, e em muitos casos de forma pertinente, como defensores da pureza conceptual do seu pensamento; enquanto outros que partiam do mesmo Marx na direção de novas leituras menos ortodoxas acreditavam, e muitas vezes de forma não menos pertinente, estar contribuindo para a necessária oxigenação teórica do próprio pensamento marxista. Recheados pelo tempero caloroso da luta política, tanto em âmbito interno quanto externo, esses embates minaram, por muitos momentos, a energia de ação da esquerda brasileira.

Delimitados os principais pontos da concepção teórica do pensamento werneckiano, torna-se viável avançar na compreensão de sua perspectiva histórico-política, e, para dar curso a esse processo, outros trabalhos de Sodré passam a ser objeto de atenção no que possam ter de relevante em relação a essa finalidade principal.

Ideologia do Colonialismo: Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro, publicada pelo Ministério da Educação e Cultura em 1961, é uma obra na qual Sodré trabalhou dois conceitos que foram caros ao conjunto do pensamento nacionalista isebiano, em suas principais vertentes: o de "ideologia do colonialismo", a partir da sua reconstrução histórica,

e o de “*transplantação cultural*”, que aconteceria pelas vias da política e da arte, enquanto veículos de penetração da ideologia colonialista em nosso país.

Nesse sentido, o objetivo de seu trabalho é explícito, pois trata

“de mostrar os reflexos, no pensamento brasileiro, de uma ideologia elaborada pela expansão colonialista européia, a partir do século XVI. Pelo estudo sucessivo de autores marcantes, verifica-se a presença daquela ideologia, cujos mitos e preconceitos pretendem infundir a convicção, inclusive revestindo-se de aparências científicas, de que há países naturalmente destinados a dirigir e países naturalmente destinados a subordinar-se aos primeiros”. (p.12)

O autor definiu o conceito de “*ideologia do colonialismo*” a partir de dois núcleos: sua origem histórica e seu papel político. Sobre a origem dessa ideologia, ele diz:

“A ideologia do colonialismo começa a aparecer quando a expansão européia se define nas descobertas ultramarinas. Adquire suas dimensões mais amplas, entretanto, quando, com a Revolução Industrial, determinadas áreas do mundo, a americana principalmente, emancipam-se de suas metrópoles, constituindo-se novos países”. (p.12)

Quanto ao seu papel político, a colocação é clara, pois,

“através da ideologia do colonialismo, a camada culta dos povos oriundos da fase colonial estrita é ganha - preparada que está pela sua condição de classe - para aceitar a subordinação econômica, atribuindo-a fatores não-materiais: superioridade de raça, superioridade de clima, superioridade de situação geográfica, que predestinam as novas metrópoles. É, em suma, a preparação ao imperialismo, a cuja agonia estamos assistindo, nesta fase de decomposição das áreas coloniais, sob novas condições”. (p.12-13)

Para Sodré, é do interior da *ideologia do colonialismo* que brota o conceito de “*transplantação cultural*”, em relação direta com essa ideologia, porque dela derivado. Sendo assim,

“a transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos, no campo político como no campo artístico, deriva de tudo isso: é a forma como penetra a ideologia do colonialismo. Os povos subordinados não a escolhem por um ato de vontade. São naturalmente conduzidos a recebê-la porque, ao mesmo tempo em que justifica a supremacia de nações colonizadoras, justifica, internamente, a supremacia da classe ou das classes que se beneficiam da subordinação, associando-se às forças econômicas externas que a impõem”. (p.13)

Para ele,

“a transplantação cultural correspondia a introduzir, em organismo colonial, aquilo que convinha aos organismos metropolitanos e, por isso mesmo, configurava uma deformação cultural em que o autêntico, o local, o nacional eram inteiramente deslocados. E isso aconteceu precisamente porque a classe dominante da área colonial era mandatária da classe dominante no exterior, nas áreas economicamente metropolitanas”. (p.14-15)

Definidos os conceitos, Sodré expôs o plano geral desse seu trabalho, defendendo que nele

“procuramos, pela escolha das figuras e das obras estudadas, mostrar o processo de desenvolvimento da ideologia do colonialismo, no caso brasileiro, e não foi por coincidência que enfileiramos um economista da fase final do processo de autonomia política, Azeredo Coutinho, um romancista do início da segunda metade do século XIX, José de Alencar, um crítico do fim do mesmo século, com uma obra publicada no ano da abolição, Sílvio Romero, um ensaísta do início do século XX, quando a mudança de regime indicava alteração na estrutura econômica e social, Euclides da Cunha, e um intérprete da terceira década do século atual, quando começam a definir-se os rumos novos a que obedecerá o Brasil, Oliveira Viana”. (p.13)

Se for possível vislumbrar a atualidade dos conceitos e problemas levantados por Sodré, levando-se em conta as especificidades histórico-conjunturais de cada período da vida política brasileira, será possível também compreender a importância do estudo do conjunto de sua obra. Daí a conclusão da introdução desse livro ser fonte relevante de elucidação dessa forma de ver o Brasil:

“...A análise da ideologia do colonialismo, que teve tão poderosa capacidade de infiltrar-se que se apresenta nos autores mais destacados do nosso passado, termina com Oliveira Viana, que a levou a marcantes extremos. [...] tipifica, não apenas o que aquela ideologia tem de mais vulgar, mas, e principalmente, o cipoal de falsidade de que precisa lançar mão para manter-se, já em sua fase de agonia.” (p.14) *Foi propositadamente deixada de parte a fase atual, quando o imperialismo se apresenta com formulações já diversas, perfeita e nitidamente encadeadas com as anteriores entretanto. Hoje, já é difícil difundir teorias de superioridade de raça, de clima, de posição geográfica. A resistência que elas encontram cresceu de tal maneira que já perderam a efetividade, deixaram de ser úteis aos fins a que se destinavam. Tornou-se imperioso substituí-las por outras, particularmente no campo econômico. Daí assistirmos, agora, a rápida transição delas para novos dísticos. Mas parece perfeitamente claro que os pregadores da inferioridade brasileira quanto à possibilidade de explorarmos as nossas riquezas com os nossos próprios recursos e em nosso próprio benefício, os que acreditam e proclamam que só podemos nos desenvolver com a ‘ajuda’ estrangeira, os que confiam apenas nos capitais externos para fomentar o nosso progresso, são herdeiros diretos daqueles que pregavam a superioridade racial, a superioridade climática, a superioridade geográfica, da parte dos*

países dominantes. E a nossa conseqüente inferioridade. Os pessimistas de hoje, que vêem o Brasil 'à beira do abismo', os que não acreditam em povo, os que só confiam em elites, em predestinados, em bem-aventurados, os que nos supõem condenados à perdição econômica, os que se desalentam com os 'desatinos' do nacionalismo, são herdeiros naturais dos que proclamavam a preguiça do brasileiro, a incapacidade do brasileiro, a cobiça do brasileiro. Traços de classe que, pretendiam e pretendem generalizar a todo um povo".

Para Sodré,

"este livro é um retrato de mazelas, portanto, destinado a mostrar que, muito ao contrário do que supunham alguns dos nossos antigos homens de pensamento, o Brasil podia progredir e tornar-se uma grande nação. Podia vir a ser aquilo de que nos aproximamos, agora, apesar dos esforços internos dos porta-vozes atuais da agonizante ideologia do colonialismo". (p.15-16)

No livro *História da Burguesia Brasileira*, publicado no Rio de Janeiro pela Civilização Brasileira, em 1964, Sodré, no prefácio da obra, revela e justifica motivo, explicita intenções e preocupações que refletem a sua visão do engajamento necessário para o trabalho do intelectual. Por isso, ele diz que *"este livro representa um esforço de interpretação no sentido de ajudar o desenvolvimento da Revolução Brasileira"*. (p.11) Ao reconhecer suas possíveis falhas na elaboração desse trabalho, o autor procura deixar patente *"a precariedade dos elementos de informação em que se apóia"*, mas define com clareza o seu campo de estudo e o seu objetivo teórico, colocando que *"parece necessário situar devidamente a burguesia brasileira no seu desenvolvimento histórico para uma compreensão melhor do quadro atual que a nossa sociedade apresenta"*. E que, *"para isso, era imprescindível apreciar a sua gênese e acompanhar a sua evolução"*. (p.12) Nesse sentido, segundo Sodré,

"este estudo pretende ser mais do que uma investigação científica porque pretende contribuir para a prática, isto é, para uma conceituação objetiva do papel da burguesia brasileira no quadro da transformação por que passa o nosso país". (p.12)

Definido, no âmbito de sua concepção textual, em etapas sucessivas que levam o leitor a perceber uma *"evolução histórica"* que engendra o surgimento da classe burguesa no Brasil, esse livro analisa em seu corpo temático os *"Antecedentes"*, a *"Gênese"*, a *"Infância"*, *"A*

Luta Pelo Poder”, e as “*Perspectivas*” sócio-políticas abertas a essa classe social a partir do início da década de sessenta do século vinte.

O primeiro ponto trata da conceituação desenvolvida por Sodré em relação à composição social da burguesia brasileira, a partir de uma citação que remete a Fernando Henrique Cardoso, quando este define “*a nova fazenda de café do Oeste Paulista*”.³⁰

“A generalização - diz Sodré - da economia mercantil, do mercado interno, abrange, pois, muitos dos elementos que a imigração introduzia e que não se conformavam com o destino único a que estavam condenados: muitos acolheram-se, por isso mesmo, a atividades urbanas, entre elas as de troca. Daí surge a segunda camada que vai constituir a burguesia brasileira, ao lado daquela que se recruta no ventre do próprio latifúndio: a dos imigrantes enriquecidos no comércio e, depois, transformados em industriais. Ao lado de nomes tradicionais, vinculados a uma sociedade antiga, cujas raízes estavam na propriedade da terra, apareceram os nomes estrangeiros, na relação dos capitalistas que impulsionam a industrialização. Chegam depois, portanto, do que os nacionais, e vão, em alguns casos, superá-los justamente porque não trazem a herança dos primeiros, não têm nenhum compromisso com o passado”. (p.271)

Trata-se de estudo relevante, a despeito de sua discutida e controvertida tese - defendida logo ao seu início - sobre os *traços e relações feudais no campo*, a partir do século XVI, nas atividades criatórias pastoris do sertão.

O depoimento *História da História Nova*, publicado pela Editora Vozes, em 1986, é um livro que trata do antes e do pós-64, pretendendo

“mostrar a montagem do golpe reacionário, com a campanha contra o ISEB e a sua destruição, a instauração do terrorismo cultural, com o obscurantismo vesânico desencadeando uma onda de atos contra todas as manifestações da cultura brasileira, e o caso particular da História Nova, sintomático do que se fez, então”. (p.9-10)

Sodré propôs, no prefácio dessa obra, uma periodização para a escrita da história da ditadura militar de 1964, definindo três fases para o seu processo:

“a inicial, de 1964 a 1968, quando restavam ainda alguns vestígios de liberdade, no país, apesar da terrível onda de terrorismo desencadeada; a média, de 1968 a 1974, quando se instaurou a ditadura fechada e absoluta, terrorista e fascista, com a institucionalização da tortura; a final, de 1974 aos

³⁰ . “*Condições Sociais da Industrialização em São Paulo*”, in Revista Brasiliense, nº 28, março-abril, São Paulo, 1960, p. 35

nossos dias (1985), quando o regime entrou no declínio a que foi dado o título muito discutível de 'abertura'". (p.9)

O autor tem como objeto a *"primeira dessas fases"*, justificando o seu depoimento no *"grande interesse"* que ele contém, *"particularmente para os que estudam e ensinam História"*. (p.10) A obra é estruturada em três partes: *"A Verdade Sobre o ISEB"*, *"O Terrorismo Cultural"*, e *"História da História Nova"*, das quais a primeira, já comentada acima, é reedição do livro com o mesmo nome, editado pela Avenir, em 1978.

Na segunda parte, *"O Terrorismo Cultural"*, Sodré tratou do *"desencadeamento do terrorismo"* militar e da resistência do jornal carioca *Correio da Manhã* (p.55-6) - particularmente dos articulistas Alceu Amoroso Lima e Carlos Heitor Cony - a uma ação de guerra sem quartel contra a cultura. Por isso, o relato da perseguição aos intelectuais e da *"destruição"* dos estudantes, da pesquisa, da cátedra e das letras.

Para trabalhar com essas questões, Sodré usou o recurso da citação de notícias de jornais, valendo-se extensamente do *Correio da Manhã*, e da *Última Hora* e *Jornal do Brasil* em menor número de referências. Assim, ele diz no início desse capítulo:

"não vamos, aqui, apresentar impressões pessoais, nem alinhar idéias nossas, mas citar fatos, comprovando-os pela citação sistemática da fonte. Cabe-nos, portanto, apenas o trabalho de compilação". (p.49)

Sodré desenvolveu uma concepção, fruto de sua convivência conflituosa com o regime instaurado em 1964, que contradiz com idéia comum de que *"o golpe de 1º de abril de 1964 foi pacífico"*. Sobre essa questão ele diz que

"uma coisa precisa ficar bem clara: o golpe de abril não foi manso; muito ao contrário foi sangrento, terrorista, brutal. A ilusão de que foi manso deriva do fato de que foi ganho sem luta armada. Mas é isso, precisamente isso, que caracteriza a sua brutalidade, a sua violência, o seu traço sanguinolento e terrorista: porque tudo foi cometido contra pessoas inermes, contra pessoas indefesas, contra pessoas cuja capacidade de resistência não existia". (p.50-51)

Para Sodré, *"o golpe militar de abril visou particularmente ao operário, ao camponês e ao intelectual; no fim das contas visou ao Brasil no que tinha de mais válido"* (p.52), ou

seja, ao trabalho urbano sindicalizado, aos que lutavam no campo pela posse da terra, e àqueles que trabalhavam no desenvolvimento da consciência social estimulando a livre agitação cultural nas artes e nas ciências.

A seu ver, o que aconteceu no Brasil logo após o golpe militar foi um “*imenso, gigantesco e ignominioso IPM contra a cultura*”, modo pelo qual “*a civilização cristã e ocidental mostrou, aqui, como é defendida e preservada*”. (p.114-15)

A terceira parte, conclusiva desse depoimento, tentou estabelecer um primeiro balanço - em 1965, quando foi escrita na forma de artigo - sobre o que aconteceu, nas mãos do regime militar, com os autores da *História Nova*. Professor e chefe do Departamento de História do ISEB, Sodré organizou em 1962 uma equipe de jovens historiadores - Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, Pedro de Alcântara Figueira, Maurício Martins de Mello, Rubem César Fernandes e Joel Rufino dos Santos - com as seguintes finalidades: dar seguimento aos cursos regulares oferecidos e ministrados pelo ISEB, e atender às solicitações de cursos extracurriculares de demanda da sociedade. Alguns (p.119-20) cursos e conferências foram dados a trabalhadores e estudantes fora das salas do ISEB, em 1963. A questão da *História Nova* surgiu após, no decorrer de 1963, como trabalho adicional para os historiadores do ISEB. Sobre a origem e o trabalho na *História Nova*, o depoimento de Sodré elucidava:

“...é que Roberto Pontual, estagiário do ISEB, assumira a direção da CASES, no Ministério da Educação e Cultura, levando a idéia de algumas realizações. Entre elas a publicação de monografias que permitissem a renovação dos estudos de História no nível médio. A situação desse ensino era lastimável, reconhecidamente: nele a História não passava de mero arrolamento de dados, de mistura com algumas anedotas, desprovida a matéria de qualquer interesse. Tratava-se, enquanto não era possível refundir totalmente tal ensino, de proporcionar aos professores de nível médio, entre os quais havia muitos elementos capazes, textos que lhes permitissem fugir à rotina dos compêndios didáticos adotados, ampliando as perspectivas da História e proporcionando, mais do que conhecimentos, um método capaz de, ainda no nível médio, mostrar aos jovens as verdadeiras razões históricas dos acontecimentos, atraindo-os para uma ciência apta a enriquecer-lhes os espíritos. É aqui lugar para destacar não só a lucidez da iniciativa de Roberto Pontual, a sua capacidade realizadora e renovadora, como a tenacidade com que conseguiu obter dos elementos do Departamento de História do ISEB, por tão pouco dinheiro, um trabalho tão penoso. Realizamos esse trabalho apenas pela compreensão do

nosso dever para com as gerações mais novas, para ajudar uma gestão fecunda, que vinha renovar velha repartição burocrática, carunchada de rotina". (p.121)

No momento da publicação pelo MEC das primeiras monografias da *História Nova*, março de 1964,

"estava em andamento a ofensiva de publicidade que se destinava a criar as condições para o golpe de abril. Um dos alvos dessa ofensiva era o ISEB, porque pertencia a um alvo maior, o Ministério da Educação e Cultura. A História Nova foi, dentro daqueles planos meticulosamente montados e desenvolvidos, colhida como pretexto." (p.121)

Vem daí o sentido desse depoimento de Sodré. À medida que ele conta a "*História da História Nova*", fala também sobre a "*Depredação do ISEB*", a "*Prisão de Professores*", sobre "*as infâmias a mais*" praticadas pelos militares contra os professores isebianos, e sobre os "*alcagüetes*" (p.147) professores, escritores e intelectuais que se voltaram contra a *História Nova*, alguns por motivos inconfessáveis, e outros por estarem já a serviço da nova ditadura.

Para Sodré,

"a História Nova tem deficiências e até erros; os autores são os primeiros a proclamá-los; pediram, esperaram e, em alguns casos, receberam reparos, emendas e críticas, que aceitaram, acataram, discutiram e agradeceram. Um de seus aspectos criticáveis está, realmente, em ter dado ênfase especial e espaço relativamente grande aos aspectos materiais - não apenas aos econômicos. Mas isso obedeceu também a uma intenção, que nada tem com o materialismo histórico: a de proporcionar aos professores de nível médio textos alternativos ou complementares, contendo aquilo que os textos que lhes eram postos na mão deliberadamente omitiam". (p.145-46)

Em função dessas questões, todas elas com implicações políticas inegáveis e profundas, em relação ao confuso momento conjuntural que o país vivia logo após o golpe militar, é que é preciso compreender o papel desempenhado pela *História Nova* e por seus autores. Nesse sentido, a pena contundente do autor, na conclusão do seu depoimento, revela o sentido dos ataques ideológicos que a *História Nova* sofreu. Sodré diz, esperando "*não voltar ao assunto História Nova*", que os seus

“autores sabiam, ao escrevê-la, que seriam combatidos pela historiografia oficial e particularmente pela cátedra universitária, esse bizantinismo que está corroendo a educação brasileira e que só privilégios, esses sim verdadeiros, antigos e enormes mantêm. Esqueceram apenas uma coisa: chocar-se-iam também com o negócio do livro didático, uma das mais antigas, articuladas e superadas organizações existentes no país. Pisamos, realmente, em calos demais, e estamos pagando por isso...”
(p.146)

Colocados, por esse percurso nesses livros, selecionados dentro do conjunto dessa obra, alguns dos elementos fundamentais que constituem a base para a compreensão da *perspectiva política werneckiana*, tais como a visão marxista dos processos sociais, os conceitos de *ideologia do colonialismo e transplantação cultural*, e ainda os de *burguesia e cultura*, torna-se possível o trabalho específico com três dos pontos fundamentais que configuram o pensamento político de Sodré: *Nacionalismo, Política e Democracia*, assuntos do capítulo conclusivo.

CAPÍTULO III

A PERSPECTIVA POLÍTICA DE NÉLSON WERNECK SODRÉ

3.1: Questão Nacional e *Nacionalismo*.

Werneck Sodré formava entre aqueles que defendiam um caminho nacional-autonomista para o Brasil, posição que foi esposada até o final de sua vida. Para ele, como já foi colocado no capítulo anterior, o *nacionalismo* era uma ideologia estratégica e fundamental, destinada a agitar e acelerar o processo político brasileiro na direção da conquista da autonomia em relação ao capitalismo internacional. Isso se daria, nos planos político e econômico, por meio do fortalecimento da burguesia nacional, no sentido de que ela assumisse efetivamente o seu papel no processo histórico da revolução burguesa (*Revolução Brasileira*), acelerando a realização plena da *etapa burguesa* das transformações necessárias ao encaminhamento do advento futuro do socialismo. De acordo com essa concepção, o *nacionalismo* significava um instrumento de luta política e tinha uma função objetiva: ser o esteio ideológico dessa luta.

Na obra *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, editada em 1959, Sodré aponta o porquê de suas posições, deixando claros significados e funções. O livro é o produto escrito de uma aula inaugural do “*Curso Regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros*”, ministrada no dia 12 de março daquele ano, no auditório do ISEB, pelo autor. Publicado o texto pelo ISEB, este encontrou lugar na coleção denominada “*Textos de Formação Histórica do Brasil*”, destinada ao fomento da discussão sobre os problemas fundamentais da sociedade brasileira, a partir de uma ancoragem histórico-política. A finalidade daquela aula e do texto correspondente era “*atender ao interesse generalizado que o nacionalismo vem despertando entre nós*” e “*analisar as suas raízes, uma vez que, na vida das coletividades, nada acontece por acaso, tudo tem o seu momento próprio e decorre de condições concretas*”. (p.9) Por isso, sua tese foi

“demonstrar, pela análise histórica, que o nacionalismo não só tem raízes profundas entre nós, como ainda, o que é fundamental, só poderia ter ocorrido agora, e não antes, e não poderia deixar de

apresentar-se, nesta fase, com a força que não lhe podem negar, mesmo os seus mais ferrenhos adversários". (p.10)

Sodré partiu, em termos teóricos, da postura dialética de análise dos processos sociais, buscando abordar dessa forma a questão do nacionalismo. Nesse sentido, justificando o seu posicionamento, ele defende que

"em todos os momentos, na vida individual como na vida coletiva, há, realmente, uma contradição entre o que está morrendo e o que está nascendo, entre o que pertence ao passado e o que pertence ao futuro. Quando o que nasce adquiriu a força necessária para vencer a resistência do que morre, diz-se que 'perderam o fio da história' aqueles que se apegam ao que morre. Os últimos desaparecem com o próprio passado. Vivem agarrados ao que se dissolve a cada dia, defendendo-se por vezes bravamente, e outras vezes valendo-se apenas de teorias confusas, formulações abstratas e doutrinações subjetivas, em que, não raro, existe o brilho aparente do virtuosismo e uma esmerada técnica no tratamento dos assuntos. (...) O novo corresponde, por isso mesmo, a uma visão de conjunto, em que as partes se compõem na sua relatividade, e denuncia todas as idéias como historicamente condicionadas, isto é, peculiares a determinado tempo e a determinado meio, e jamais eternas e absolutas, receitas universais diante das quais todos se deveriam curvar sem análise". (p.10-11)

Ao adentrar no centro do problema proposto, Sodré adverte que *"seria difícil fazer a análise desse fenômeno político acompanhando a sua lenta e laboriosa gestação, quase sempre inconsciente"*. (p.11) Por isso, a sua proposta metodológica para essa palestra foi a de proceder a recortes históricos destinados a revelar as *raízes profundas* do nacionalismo no Brasil. Sendo assim, foram delimitados três recortes temporais, *"em três fases características de transformação institucional: o da Independência, o da República, e o da Revolução Brasileira"*. (p.12) Na concepção do autor,

"pela simples comparação dos quadros, verificaremos o que era novo em cada momento, e o que era velho, e como, inevitavelmente, o velho cedeu lugar ao novo - e que o novo de determinada etapa passa a ser o velho da futura, e assim se desenvolve a História, e por isso mesmo é que é História". (p.12)

Os dois primeiros recortes - *Independência e República* - foram caracterizados de modo insuficiente para que o ouvinte/leitor estabelecesse, *"pela simples comparação dos quadros"*, a tensa relação dialética entre velho e novo como motor das transformações políticas de ambos períodos. Elementos outros, imprescindíveis para esse tipo de

compreensão, ficaram de lado, talvez pela exigüidade de uma aula inaugural que, ao mesmo tempo, continha a verve da fala política.

Por outro lado, o terceiro recorte - *Revolução Brasileira* - contempla o centro da discussão, uma vez que nele Sodré definiu objetivamente a forma pela qual ele concebeu a função histórica do nacionalismo no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta. Em consequência disso, talvez pudesse ele ter denominado essa aula-texto de "*Papel Histórico do Nacionalismo Brasileiro nos anos cinquentas e sessentas: Uma Perspectiva Histórico-Política*".

No momento conclusivo de sua aula, além de demarcar o instante que determinou, a seu ver, o início do processo político da *Revolução Brasileira* – a Revolução de 1930 – Sodré apontou o porquê do nacionalismo naquele momento, justificando o fato de ele ser uma saída socialmente pertinente e estratégica para aquela hora política, e ao mesmo tempo definiu a dialética velho-novo com a força da fala militante. Nesse ponto, após as ressalvas apontadas acima, o professor conseguiu demonstrar a sua tese inicial, deixando reflexões importantes para estudos posteriores.

Referindo-se ao momento político vivido pelo país no final dos anos cinquentas, precisamente 1959, a relevância do tema vem à tona:

"O amadurecimento proporcionado pelo novo cenário em que vivemos, quando as classes definem precisamente os seus campos e mobilizam-se para a defesa dos seus interesses, intervindo na escolha eleitoral e na composição de forças e na constituição do poder, configura o espetáculo de tomada de consciência a que vamos assistindo. É nesse espetáculo que aparece, como uma singularidade para os desatentos, com profundas razões para os pesquisadores, o problema do nacionalismo". (p.34)

Sodré via na normalidade institucional democrática o leito único e necessário para o encaminhamento do processo político impulsionador do que ele definia como *Revolução Brasileira*. Daí a referência ao "*amadurecimento proporcionado pelo novo cenário*", que

colocava no palco as candidaturas à presidência da República. As candidaturas de Jânio³¹, lançada pela UDN, em novembro de 1959, e do marechal Lott³², pela aliança PTB-PSD, vieram para o cenário da disputa eleitoral impregnadas do discurso nacionalista. O viés conservador que ambas as candidaturas carregavam não diminuía, na visão do autor, a importância do “*espetáculo de tomada de consciência*” que a discussão da *questão nacional* trazia para o processo político, uma vez que se tratava, nada mais, nada menos, do avanço da *revolução democrático-burguesa* no Brasil.

Esse é o sentido da pergunta, cuja resposta declara o sentido do *nacionalismo* na concepção werneckiana:

“... Por que o Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica à que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitalização. O que, para eles, eram as relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. De seu conteúdo libertador provém o teor apaixonado de que se reveste e que leva os seus opositores a considerá-lo mais como paixão do que como política. Conviria acentuar, no caso, que não existe paixão pelo abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade - a verdade do quadro histórico, e a verdade é concreta”. (p.34)

Ora, se o *nacionalismo* tinha um sentido e um “*conteúdo libertador*”, traduzindo “*uma verdade*” que refletia o “*quadro histórico*” daquele momento político, como operacionalizá-lo no âmbito econômico? Nesse ponto fica evidente a *inevitável* relação estabelecida entre política e economia. Sodré não admite nenhum deslocamento nessa relação. Realizar-se como *Nação* significa administrar com plena autonomia as duas faces de uma mesma moeda: política e economia estão inexoravelmente imbricadas, ausência de liberdade em uma significa impossibilidade de gestão autônoma da outra e vice-versa. Para ele, os que

³¹ . Miriam Limoeiro CARDOSO. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ. A ideologia do fortalecimento nacional sob a presidência Jânio Quadros, passim.*

³² . Capítulo II, p.41.

“ sentem dificuldade em situar o Nacionalismo no campo econômico, julgando falsas as afirmativas de que se apresenta como um escudo ante formas variadas de verdadeira agressão externa, é talvez mais claro o quadro político cujas linhas estão precisamente definidas. Nesse cenário, o Nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir e colocar de público. Precisam, mais do que tudo, do apoio popular, e só isso revela o caráter democrático, essencial, da posição nacionalista. As forças opostas, muito ao contrário, perderam as condições para a vida ostensiva e exercem variadas e repetidas tentativas de limitação de franquias, de restrições às opiniões, de redução do jogo político às velhas fórmulas da combinação de poucos, das decisões clandestinas, das articulações de cúpula, com um horror característico ao que é popular”.
(p.35-36)

Eis a pauta essencial do *nacionalismo* werneckiano: “*ideal democrático*” sustentado pelas “*classes em ascensão*”. Isso deve ser entendido pela necessidade da ampla liberdade de organização para os setores da sociedade engajados na *Revolução Brasileira*, o que constituiria em fator de oxigenação e avanço do processo político no sentido da mobilização livre de cada setor na defesa e na conquista dos seus interesses. Esse *ideal* estaria a serviço tanto da burguesia nacional quanto da classe trabalhadora, *setores modernos* da sociedade, ambos carentes “*da liberdade como o organismo humano de oxigênio*”: no âmbito econômico, para a burguesia, a liberdade de iniciativa que liberasse efetivamente as forças do mercado; pelo lado político, para a classe trabalhadora, a liberdade de organização política que permitisse que ela pudesse avançar na luta pela transformação da sociedade na direção socialista. Sodré via no *nacionalismo* o amálgama que tornaria possível uma aliança estratégica entre essas duas classes, no sentido da superação do *atraso* e da *estagnação*. Em sua concepção,

“o Nacionalismo surge da necessidade de compor um novo quadro conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta

o Nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra". (p.37-38)

Tratava-se, sem dúvida, de um projeto deveras ambicioso. Compor os interesses distintos das *classes em ascensão*, superar contradições históricas até então resolvidas pela coerção e administrar a estratégia de cada setor em tentar fazer valer os seus interesses em primeiro lugar. Sodré entendia que, por meio dessa conjugação de "*interesses de classe*", seria possível superar as dificuldades de condução de uma luta com tamanha amplitude. Essa seria a função política do *nacionalismo*: unir diferentes classes em uma luta comum pela "*defesa do que é nacional em nós*". O que foi afirmado acima ganha, aqui, o seu sentido explicativo. O *nacionalismo* encontrava a sua razão enquanto *instrumento de luta política*. E sua função objetiva era ser o *esteio ideológico dessa luta*.

Em decorrência disso, na visão de Sodré,

"o Nacionalismo aparece, pois, num cenário histórico em que é a saída para uma situação real difícil, cujos sintomas ocorrem na existência cotidiana. Corresponde a um quadro real, a necessidades concretas - não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria mas da prática. É uma solução espontânea, e esta aparece como das suas limitações e traduz a dificuldade em assumir formas organizadas de luta política. Organizado, é invencível. O teor de paixão que o acompanha, sinal positivo de sua força e não sintoma de fraqueza, assinala a generalidade e a profundidade de seus efeitos: revela que o Nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém uma vez que só é nacional o que é popular". (p.36)

Por outro lado, uma luta com tais dimensões abria, inevitavelmente, flancos que mesmo os mais experientes estrategistas políticos teriam dificuldades em fechar. Sodré parecia ter consciência do quanto esses flancos complicavam o processo, uma vez que tentava, por meio da força do argumento e da chamada à consciência política, fechar algumas dessas aberturas. Sua denúncia pública da ação daqueles que seriam os *inimigos do nacionalismo* foi uma constante:

"...Criar todos os obstáculos à composição de um quadro em que se harmonizem as forças interessadas no desenvolvimento nacional, torna-se, assim, a tarefa essencial dos que lutam contra o Nacionalismo, dos que nele vêem a ameaça direta ao que representam, dos que verificam a existência de uma

possibilidade para o Brasil superar o que nele existe de colonial, realizando-se como nação. O processo mais simples para dividir as forças cuja tendência natural é a articulação, consiste em estabelecer como fundamental a contradição que as separa, agravando as condições de vida, para levar ao desespero os que trabalham e à angústia os que compõem a gama variada da classe média. Daí os perigos de uma política econômica e financeira que gera as condições de incerteza e propicia as de subversão, e as anomalias de exportar capitais um país faminto de capitais, de criar dificuldades ao aparelhamento das empresas que operam com capitais nacionais, de sistematizar a desesperança dos que têm o direito de esperar tratamento igual, quando não preferencial, pelo simples fato de aqui viverem, investirem e trabalharem". (p.38)

Há aqui uma tentativa de capitalizar o apoio da *classe média* e da *burguesia nacional* à tese nacionalista. Ao mesmo tempo, o autor demonstra ter consciência objetiva de que, para a *classe trabalhadora*, o *Nacionalismo* devia ser adotado "*como expressão oportuna de uma política*". Finalmente, sua crítica à política econômica adotada pelo governo J.K. e a defesa da necessidade de tratamento *preferencial* ao capital nacional revelam a amplitude do que se queria alcançar. As grandes lutas parecem exigir alianças muito amplas. Muitos, à esquerda e à direita, não conseguiam acolher tanta diversidade contida nas propostas defendidas pelos que militavam na constituição das *Frentes*. Sodré agia nesse sentido, uma vez que pertencia ao núcleo articulador dos três principais centros irradiadores da tese nacionalista: o ISEB, o PCB e a corrente militar nacionalista. Daí os flancos abertos aos ataques adversários, que vinham, primeiramente, das pontas extremas do espectro político. Nesse sentido, a ampla dicotomia estabelecida pelos nacionalistas quanto ao que seria "*velho*" e o que *deveria* ser o "*novo*" para a sociedade brasileira, revela a complexidade, a amplitude e as dificuldades reais de operação política do conceito "*nacionalismo*" nas décadas de cinquenta e sessenta. O autor mostra³³ essa dicotomia com clareza.

Para ele, *velha* era a situação no campo, ainda sobrecarregada de *relações semifeudais* que impediam a *ampliação do mercado interno*. Era a *política de socializar prejuízos*, que pressionaria para baixo o *poder aquisitivo da massa demográfica ascendente*, e a ação de

³³ . *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, p.38-40.

relegar o Estado à inércia. Voltada para o campo econômico, sua crítica nacionalista atacava ainda outros elementos:

“o mercantilismo que se traduz numa curva ascensional em volume e decrescente em valor; a norma que nos aprisiona nos moldes de fazenda tropical produtora de matérias-primas para industrialização externa; o que nos subordina a razões externas, por legítimas que sejam no exterior; a idéia de que o Brasil só pode se desenvolver com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros”.

Na outra ponta da análise werneckiana, o *novo* foi definido a partir de uma forte ligação entre o âmbito político e a esfera econômica:

“... nova é a composição social que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que a sua oportunidade é agora ou nunca, e que apresenta a classe média atenta e ideologicamente receptiva, pela maior parte de seus elementos, ao clamor que se levanta do fundo da história no sentido de que nos organizemos para a tarefa que nos cabe realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico. Novo é, pois, o povo. Nada ocorrerá mais sem a sua participação. Nova é a indústria nacional, superada a etapa de bens de consumo e iniciada a de bens de produção, limitada embora pelo atraso na capacidade aquisitiva do mercado interno e onerada por uma política de obstáculos e de dúvidas. (...) Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para a frente e rompe com o que nos entrava e entorpece”.

O problema apontado por Sodré da *velha* ação de “*relegar o Estado à inércia*” é complexo. Weffort³⁴, por exemplo, coloca que

“os nacionalistas, e o conjunto da esquerda predominantemente influenciada por eles, fecharam os olhos à natureza real do conflito e se agarraram firmemente à sua própria mitologia. Confiantes em que o ‘povo’ estava a seu lado jogaram todas as suas esperanças no Estado. É preciso entender claramente a possibilidade real deste notável equívoco. Em circunstâncias deste tipo, o Estado pode tornar-se com efeito um mito poderoso. É a expressão política dos interesses da classe dominante mas pretende também ser expressão dos interesses gerais da sociedade. Esta ambigüidade - ser expressão da dominação econômica da classe burguesa e aparecer como representação de todo o povo - é constitutiva da realidade do Estado em qualquer sociedade capitalista.

... O fascínio diante do Estado, no qual punham todas as esperanças, não permitiu aos nacionalistas perceber que o Estado, tal como estava estruturado, já não era capaz de nenhuma ação. Estava de fato paralisado diante da crise vivida pelo País, equilibrado pela impotência dos grupos que o compunham. O Estado ‘de todo o povo’ estava imobilizado pelo equilíbrio da expressão política das contradições dentro da sociedade que supunha representar”.

³⁴ . *O populismo na política brasileira*, p.43.

Quanto à entrada de capitais externos no processo de desenvolvimento, Benevides³⁵ define a ação pragmática do Ministro da Guerra de Juscelino, futuro candidato *nacionalista* na eleição que foi vencida por Jânio:

“a sintonia entre o Presidente e seu Ministro da Guerra ficou patente na questão mais polêmica da política econômica: o capital estrangeiro. Lott permaneceu na mesma linha do ‘discurso ideológico’ do desenvolvimentismo juscelinista ao declarar que ‘... na prática e a rigor não há capital estrangeiro e capital nacional. Há simplesmente o capital, que, ao lado do trabalho, é uma mola do progresso. O dinheiro que vier de fora, com o objetivo real de incrementar nosso desenvolvimento, só pode ser bem recebido. O que se faz mister é que a maior parte dos lucros obtidos seja aplicada na expansão e aprimoramento do investimento’. Igualmente quando se manifesta sobre a Reforma Agrária, recomendando o máximo de prudência ao Congresso: ‘... um estudo acurado é imprescindível para evitar, que uma lei precipitada resulte no caos...’ - vai ao encontro da política dos ‘adiamentos estratégicos’ do presidente em relação aos problemas rurais, devido ao apoio do PSD”.

Por outro lado, os elementos configuradores do *novo*, propostos acima por Sodré, eram todos dotados de tal amplitude conceitual que, nas condições críticas de operação política que a longa crise impunha, acabavam por deixar a visão nacionalista carregada pelo eivo da ambigüidade. É possível comprovar essa afirmação destacando alguns pontos principais do texto werneckiano citado acima:

- *“...burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que a sua oportunidade é agora ou nunca”*: parece lógico que, para a burguesia nacional, sua realização enquanto classe se esgotaria na conclusão do processo de sua própria *revolução*. A partir daí, seria a institucionalização do seu *status quo*, não cabendo mais a continuidade de alianças estratégicas com setores que pretendessem avançar esse processo, ainda mais na direção do socialismo. Sendo assim, para alguns setores da burguesia brasileira, o *nacionalismo* seria muito mais do que uma *“expressão oportuna de uma política”*, como propôs Sodré para a classe trabalhadora. Ele seria, como efetivamente foi, a *expressão oportuníssima de uma política*, fato sobejamente comprovado por autoras como Benevides e Limoeiro Cardoso.

³⁵. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, p.183.

- "...*classe média atenta e ideologicamente receptiva*": pensar dessa forma significava imaginar que a *classe média* fechasse daquela hora em diante com o ideário nacionalista. Embora o *nacionalismo* tenha sido, como definem alguns autores, uma *ideologia dominante* nas décadas de cinquenta e sessenta, um dos seus aspectos parece ter sido a vitoriosa *campanha pelo petróleo*, outro muito diferente foi a vitória eleitoral de Jânio Quadros contra Lott. Talvez tenha sido ambiciosa a afirmação, feita por um ideólogo preocupado em atribuir o comportamento político necessário a cada setor da sociedade no caloroso decorrer de um processo de luta política – a *Revolução Brasileira* –, que ele acreditava ser realmente revolucionário.

- "...*classe trabalhadora que adquiriu consciência política*": nessa afirmação, uma questão toma vulto. Parcela importante dos votos dos trabalhadores foram para Jânio e não para Lott, que era o candidato apoiado pelas esquerdas e nacionalistas. Por que o aval da classe trabalhadora foi dado a um político populista e não a um nacionalista de currículo comprovado, de modo a abrir, como propôs Sodré, reais "*perspectivas ao seu papel histórico*"? Os estudiosos do populismo responderam essa questão. De seu lado, os intelectuais nacionalistas recusaram as análises desses estudiosos, principalmente as ligações que foram estabelecidas entre *populismo* e *nacionalismo*. O que se pode inferir de tal problema é que, entre a *consciência desejada* e a *consciência possível* à classe trabalhadora naquelas circunstâncias políticas, havia um abismo, e esse abismo não foi transposto pela compreensão dos nacionalistas.

- "... *novo é, pois, o povo. Nada ocorrerá mais sem a sua participação*": aqui a ambigüidade reside no próprio conceito *povo*, uma vez que sua abrangência torna complexa a delimitação das alianças e dos adversários no processo político. Esse conceito foi caro ao conjunto dos nacionalistas e da esquerda, justificando uma atenção maior a ele nesse momento, uma vez que a tese nacionalista era defendida em nome do *povo*, fundamentando-se

no lema “*só é nacional o que é popular*”. O livro *Quem é o Povo no Brasil?* foi editado pela Civilização Brasileira em 1962, publicado em uma coleção destinada à popularização e à discussão de conceitos sociológicos e históricos. A sua finalidade principal foi demonstrar a formação da camada popular no Brasil e estabelecer o conceito do que é “*Povo*”. Nesse sentido, Sodré trabalhou, em primeiro lugar, com um conceito teórico e genérico de “*Povo*”, para, em seguida, elaborar o conceito de “*Povo no Brasil*”, finalizando o seu trabalho com uma discussão sobre as relações entre “*Povo e Poder*”. Segundo o autor, o conceito principal desse livro define que

“...em todas as situações, Povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”.
(p.14)

No intuito de fornecer suporte teórico para a sua construção conceitual, o autor fixou alguns outros elementos que são relevantes para a compreensão da configuração do seu modo de ver o nacionalismo. O primeiro deles é relativo ao conceito de História, que é mais uma vez definido a partir do princípio da “*história da luta de classes*”, na concepção marxista. Em seguida aparece a definição que estabelece o nexos entre o nacional e o popular, fixada no fundamento que compreende “*só ser nacional o que é popular*”, um dos paradigmas principais da vertente esquerda do pensamento isebiano. Em terceiro lugar, foi feita por Sodré uma reflexão sobre a *ação econômica do imperialismo* no Brasil dos anos sessentas, fundamentada na análise da ação política dos EUA sobre o *Terceiro-Mundo* dentro do quadro da conjuntura internacional da *Guerra Fria*. Outro ponto relevante é o que tratou da *divisão do poder no Brasil dos anos sessentas*, pensada pelo autor a partir da aliança política estabelecida entre o latifúndio, o imperialismo e a burguesia, nas suas frações comercial e exportadora. Em relação às *possibilidades históricas do Brasil nos anos sessentas*, ele defendeu, mais uma vez, o processo da revolução democrático-burguesa como alternativa possível de transformação das nossas estruturas sociais naquele momento. Sobre a

problemática relativa a *eleições e representatividade popular*, esse intelectual apresenta dados estatísticos para interpretação, dados esses que pretendem demonstrar, segundo a sua visão, o abismo político que existia entre o ato eleitoral e a efetiva representação do *povo* nos mecanismos de poder do Estado.

Segundo a sua *análise da conjuntura política nacional na primeira metade dos anos sessentas*, havia chegado,

“sem a menor dúvida, a fase em que as tarefas progressistas e revolucionárias desta etapa histórica, em nosso País, têm de ser cumpridas, em que o seu cumprimento é inevitável. Se elas se cumprirão por um processo meramente político ou se serão cumpridas por um processo violento, depende das classes dominantes superadas e do imperialismo a que servem, sendo certo que o povo prefere o caminho pacífico. As classes dominantes, no Brasil, assumem cada vez mais o papel de forças subversivas - elas sim - porque desrespeitam a lei, sempre que o cumprimento lhes fere ou ameaça os interesses. São elas que fomentam a agitação no País, pelo uso e abuso da autoridade e da violência, criando situações de intranquilidade e ferindo todos os direitos. São elas as minorias insatisfeitas. São elas que servem a interesses estrangeiros, por eles subvencionadas largamente. São elas a antinação, rasgando e negando tudo o que é nacional, o interesse nacional, a riqueza nacional, a cultura nacional”. (p.59)

A definição de *povo e revolução popular* que Sodré estabeleceu na conclusão desse texto foi construída a partir desses posicionamentos anteriores, sendo configurada por meio da seguinte pergunta:

“Quem é o povo, hoje, no Brasil? São as partes da alta e da média burguesia que permanecem fiéis ao seu País, é a pequena burguesia que, salvo reduzidas frações corrompidas, forma com os valores nacionais e democráticos, é o numeroso campesinato que acorda para a defesa dos seus direitos, é o semiproletariado e, principalmente, o proletariado, que se organiza amplamente e comanda as ações políticas. É este o povo que vai realizar a Revolução Brasileira”. (p.60)

Outra questão a ser apontada refere-se ao que ficou conhecido como *processo de incorporação das massas na vida política brasileira durante o ciclo populista*, problema controverso e não resolvido efetivamente, nem pelos governantes populistas, nem pelas esquerdas. É suficiente, nesse caso, a constatação comprovada por analistas de todos os matizes de que o *proletariado* não comandava *as ações políticas* naquele momento. Não por acaso era disseminado o uso das chamadas *categorias genéricas* por elementos de todas as

tendências políticas, uma vez que, por meio das definições dúbias, as soluções de compromisso e os recuos táticos sempre foram facilitados. Nesse aspecto, a crítica de Weffort³⁶ é precisa:

“O equívoco original está na concepção de povo: os nacionalistas, mesmo os mais radicais, falaram sempre em nome do povo, em nome da comunidade nacional. Por certo nunca se propuseram, nem o poderiam, representar o povo atual, concreto, contraditório, pois isso seria levar a uma prática absurda a idéia inconsistente do povo-comunidade. Na prática que, bem ou mal, conseguiram desenvolver, a ideologia sempre embotou-lhes a percepção da nação dividida e em conflito”.

Talvez tenham sido essas algumas das maiores dificuldades do *nacionalismo*: a amplitude do seu leque de ação e o vulto das suas pretensões. Atrás da prescrição de uma ideologia que resolveria os problemas do país, da defesa de seus princípios e sem alternativas políticas próprias³⁷ que demonstrassem viabilidade de conquista efetiva do poder de Estado, vicejou em torno deste, andando em círculos ao sabor das conjunturas e dos momentos de crise, apoiando aqui e criticando acolá, recebendo e distribuindo ataques restritos ao âmbito ideológico e, por final, ainda carregando o peso político de ser, como define Weffort, “*uma espécie de ideologia oficial*” interna ao Estado populista. Por outro lado, a aguda observação desse mesmo autor³⁸ demonstra o âmago dos problemas que essa ideologia enfrentou. Para ele,

“nascido no âmbito do Estado, o nacionalismo se tornou um populismo teórico. Presos a uma ideologia formal, os nacionalistas não percebem que no populismo é o líder quem efetiva a ideologia através de ações que se transfiguram em princípios. Dependentes do Estado ou de quem detenha o poder no Estado, os nacionalistas pagam com a ineficiência pela ambigüidade de sua ideologia: irracionalismo sob forma racional”.

As vicissitudes vividas pelo *nacionalismo* são as mesmas pelas quais passaram os seus ideólogos e autores, no tocante às suas obras. A obra werneckiana é profundamente tocada pela *questão nacional*, e a sua forma peculiar de encará-la, vendo no *nacionalismo* o elo de

³⁶ . *O populismo na política brasileira*, p. 37-38.

³⁷ . Vide referência de Sodré à candidatura nacionalista de Lott: Capítulo II, p.41.

³⁸ . *op. cit.*, p.42.



união entre diferentes classes colocadas em uma luta comum ancorada pela sua ideologia, fez com que ela ficasse inevitavelmente impregnada pela marca do seu tempo. Como diz Sodré³⁹,

“... há, em tudo o que escrevi, uma direção e um sentido, uma coerência profunda e não intencional, mas ancorada naquilo que tenho de mais característico. É só tomar conhecimento das posições que tinha em 1942 com as que tenho hoje (1998). Há uma linha reta, unindo-as. Não tenho muitos méritos, certamente, mas tenho esse: mantive uma linha de permanente defesa dos interesses populares”.

Não é cabível discutir, como coloca Ivan Alves Filho⁴⁰, *“o rigor intelectual do autor, a sua honestidade pessoal e o seu compromisso inabalável com as causas nacionais e populares”*, mas sim compreender, por meio da análise, os limites, as possibilidades e o significado do *nacionalismo* no Brasil dos anos cinqüentas e sessentas, a partir da ótica werneckiana. Esse é o percurso ora traçado por essa incursão no primeiro dos três eixos que estruturam a sua obra. Nesse sentido, ligado diretamente ao que acaba de ser tratado, o próximo passo está voltado para a definição de como Sodré enxergou o papel do *desenvolvimento econômico* no processo político brasileiro.

³⁹ . *Tudo é política*, p.7.

⁴⁰ . *Tudo é política*, p.10.

3.2: O Problema do Desenvolvimento.

O *populismo*⁴¹ latino-americano encontra o seu nexu no contexto do início do processo de industrialização nos países capitalistas subdesenvolvidos, fato que tem as suas origens nas duas primeiras décadas do século vinte e que se intensificou após o final da segunda grande guerra. Naquela hora, o capital internacional, em processo avançado de monopolização, passou a investir diretamente naqueles países que davam os seus primeiros passos no sentido acima apontado, acarretando diretamente um aprofundamento das relações de interesse com os Estados e as burguesias nacionais. Esses Estados, em consequência, passaram a desempenhar um papel crucial no processo de desenvolvimento industrial desses países, investindo nos setores básicos da economia, nas obras de infra-estrutura e promovendo medidas fiscais e tributárias que viriam a beneficiar amplamente os investidores internacionais.

Correspondendo, no âmbito econômico, aos interesses do setor industrial das burguesias nacionais e do capital internacional, no campo político o *Estado populista* desempenhou uma ação peculiar, colocando-se como representante de todas as classes, indistintamente, como que acima dos conflitos sociais decorrentes desse processo. Sua sustentação, no entanto, passava a depender de um equilíbrio cada vez mais precário entre interesses de forças heterogêneas – os do capital, representados por grupos que detinham posições estratégicas no aparelho estatal, e os do trabalho, notadamente do operariado urbano, que vinha crescendo em número e em importância política, devido à sua *incorporação* ao cenário em decorrência do voto. Utilizando categorias genéricas, como “*povo*” e “*nação*”, os governantes populistas pregavam, em termos gerais, a harmonia entre as classes e a paz social como condições necessárias ao bem-estar coletivo. Tal discurso – aliado ao ideário

⁴¹ . Francisco WEFFORT: *O populismo na política brasileira, passim*. Octávio IANNI: *A formação do Estado populista na A. Latina, passim*.

nacionalista, à estrutura sindical herdada do Estado Novo e à ação de dirigentes sindicais ainda vinculados – conseguia manter sob certo controle as reivindicações do trabalho, encaminhando-as para a via institucional, na qual os conflitos com os interesses da burguesia eram diluídos. Assim, com concessões ocasionais ao mundo do trabalho, foi possível manter, por algum tempo, um equilíbrio que garantiria a *estabilidade* para que o *Estado Populista* operasse um modelo de desenvolvimento visto como necessário ao avanço do capitalismo nesses países, em conformidade com os interesses dominantes externos e internos.

No Brasil, especificamente no segundo governo de Getúlio, o modo populista de fazer política passou por sérios problemas, todos decorrentes do seu comportamento dúbio no tratamento das questões oriundas dos conflitos de interesse entre as classes. A chamada burguesia “*nacional*” aprofundava, na medida do avanço do processo de industrialização, as suas *relações de interesse* e de vínculo com o capital investidor internacional. Enquanto isso, por outro lado, cresciam as demandas oriundas do mundo do trabalho. Setores autonomistas ligados aos sindicatos tentavam quebrar o cabresto imposto pelo controle estatal, ao mesmo tempo em que a pressão social aumentava por meio de movimentos grevistas. A ruptura do frágil equilíbrio político mantido até então pelo *populismo* certamente levou Vargas ao desenlace, que aconteceu quando a ampliação do processo reivindicatório passou a abalar aquilo que estava previsto no tocante às taxas de acumulação de capital internas ao sistema. Ato contínuo, em nome da *ordem* e da *estabilidade*, começaram as articulações que levaram, dez anos mais tarde, ao golpe de Estado de 1964, que encerrou um longo período no qual o *populismo* ditou o ritmo e o rumo das relações políticas no país. O interregno de tempo entre 1954 e 1964 presenciou uma constante alternância entre *crise* e *estabilidade* do *modus faciendi* do sistema populista, prenunciando, de forma cada vez mais grave, o seu esgotamento político. Em seu momento de maior *estabilidade*, o governo J.K. levou ao auge⁴²

⁴². Capítulo I, *passim*.

a política de *desenvolvimento* que, até então, seguira o seu curso com altos e baixos. Esse é o quadro político-conjuntural no qual Werneck Sodré atuou, sendo um dos principais ideólogos da posição nacionalista.

Partindo desse quadro, a posição dos nacionalistas, especificamente de Sodré, em relação ao problema do *desenvolvimento econômico* foi ferrenha, no sentido de entendê-lo como meio principal para a conquista da autonomia nacional e para o avanço, portanto, do processo político da *Revolução Burguesa*. Os caminhos tortuosos que a proposta nacionalista percorreu naqueles anos decorrem diretamente de sua proximidade com o agir dos governantes populistas. A observação, a que diversos autores procederam, do fazer político populista, caracterizando-o pelo ato de *dar sempre uma no cravo e outra na ferradura*, evidencia o caro tributo cobrado ainda hoje da *ideologia nacionalista*, pela maior parte daqueles que a analisaram após 1964.

Sodré não ficou imune a essas cobranças, uma vez que suas posições eram evidentes e foram estudadas. Pelo que se pode depreender dos seus escritos, sua posição em relação a Getúlio⁴³ era de simpatia e apoio, notadamente em relação ao período 51-54 e apesar de suas críticas em relação ao pós-trinta e ao Estado Novo. O nacionalismo varguista parecia constituir, para nacionalistas e comunistas, uma ponte segura para o desenvolvimento do processo da *Revolução Brasileira*, uma vez que, no poder, continuaria a cumprir o papel de agente de ruptura com o passado oligárquico e agroexportador, em função de propor um *modelo de desenvolvimento* próximo daquele defendido pelo *pensamento nacionalista*⁴⁴.

Ocorre que o fechamento trágico da *era Vargas* levou a um longo ciclo de crises políticas e à busca da *reorientação*, acima comentada, do curso do processo de *desenvolvimento*. Nesse sentido, a posição werneckiana diante das opções de política econômica tomadas pelos governos seguintes, de Café Filho a Jânio Quadros, foi de crítica

⁴³ . *Tudo é política: A Época de Vargas*, p. 61-79.

⁴⁴ . Capítulo I, p. 18.

frontal, acusando-os diretamente de serem *entreguistas*. Como é evidente, isso quer dizer que a mudança de curso desse processo levou a posição nacionalista à defensiva e à busca de novas alternativas de ação dentro do quadro institucional.

Quanto ao governo Kubitschek, no entanto, os problemas foram maiores e mais complexos: apoio expresso durante o processo eleitoral e duras críticas à conduta *entreguista* do governo no exercício do mandato. Ora, se o papel previsto pelos *nacionalistas* para o *desenvolvimento econômico* no processo político era acelerar o ritmo da *Revolução Brasileira*, levando o regime da livre acumulação ao seu pleno desenvolvimento e à autonomia em relação aos centros hegemônicos do capitalismo, o simples presenciar da *ação desenvolvimentista* de Juscelino só poderia levar Sodré a uma posição: a da contrariedade em relação aos rumos que o país tomava.

Aqui, o estabelecimento do contraditório auxilia a elucidar o problema. Para Sodré⁴⁵,

“o governo de Juscelino Kubitschek encerrava uma insanável contradição: de um lado, na campanha e na composição de forças que lhe conferiam base política, continha um componente democrático; de outro lado, na programação econômica e nas decisões relacionadas ao desenvolvimento material do país, continha um componente antidemocrático. (...) Essa forma de realizar o desenvolvimento correspondeu, inevitavelmente, a uma gigantesca deformação da própria estrutura econômica do país e teve como consequência a concentração da renda, o sacrifício do salário e a transferência ao exterior da acumulação interna”.

Francisco Weffort⁴⁶ encara a questão por outro lado, aprofundando a crítica ao *modus operandi* nacionalista, aproximando-o da política acima descrita de *dar uma no cravo e outra na ferradura*. No seu modo de ver,

“desarmados pela própria ideologia e sem qualquer ligação profunda com as massas populares, os nacionalistas, desde o governo Kubitschek sempre se colocaram como ‘força auxiliar’ do Governo Federal. E sempre de forma equívoca: incapazes de aderir plenamente e incapazes de se opor de maneira efetiva. Tendo em conta os muitos ‘desvios’ de Kubitschek e de Goulart, o apoio se fazia quase sempre com ressalvas; mas nunca puderam romper definitivamente com nenhum dos dois. Ficaram sempre a meio caminho pois nunca possuíram raízes populares bastante fortes para se manterem fora

⁴⁵. *Tudo é política: JK*, p.56 e 58.

⁴⁶. *O populismo na política brasileira*, p.42.

da sombra do Estado e porque nunca puderam resistir ao fascínio reformista que a proximidade do governo estimula. Sua grande esperança era a de avantajá-los como representantes da 'atmosfera' ideológica que os governos estimulavam para mascarar o sentido real de sua política".

Por seu turno, Benevides⁴⁷ sustenta que o *desenvolvimentismo* apresentava vantagens sobre o nacionalismo, *"que o tornaram mais atraente, tanto do ponto de vista puramente ideológico, quanto em termos pragmáticos"*. Para ela, a partir do enfoque do governo, que foi o *"grande difusor dessa ideologia, é possível afirmar que o desenvolvimentismo foi usado como um recurso para a garantia da estabilidade do sistema, em termos de mobilização e legitimação"*. Isso terá acontecido pelos seguintes motivos:

" - para a burguesia industrial em expansão o desenvolvimentismo, ao contrário do nacionalismo getulista, evitava a ênfase na intervenção estatal na economia;

- para a classe trabalhadora, se o nacionalismo era uma 'abstração', o desenvolvimentismo era concreto: a classe é mobilizada através do exercício do trabalho pela crença num futuro melhor pelos frutos do desenvolvimento (maiores possibilidades de empregos etc.);

- para as Forças Armadas, como já foi visto, o desenvolvimento econômico era indispensável, em termos de defesa nacional (transportes, comunicações, energia, material bélico em geral etc.);

- e quanto à 'esquerda', o debate situa-se no campo ideológico, onde a fraqueza é grande pois seus defensores não conseguiram elaborar formulações práticas e programáticas em relação à economia nacional; o próprio PC defendia uma posição de aliança e de conciliação, uma vez que a política econômica de Kubitschek, mesmo com capital estrangeiro, era um passo à frente para a 'Revolução Burguesa' e um mal bem menor do que a oposição udenista, antipopular, antiprogressista e anti-getulista".

A contrariedade manifesta dos nacionalistas de esquerda com os rumos tomados pela *ação desenvolvimentista* pode ser vista de diversos ângulos. O problema é que, apesar de ter posição convicta quanto ao papel ativo do *desenvolvimento econômico* no caudal da *Revolução Burguesa*, os ideólogos nacionalistas não apresentaram, efetivamente, uma *agenda positiva* para a condução do processo com a racionalidade necessária. Daí a contradição aparente, que se revela no próprio fragmento acima citado de Sodré: como é que os nacionalistas e as esquerdas apoiaram uma candidatura que sinalizava com um *"componente*

⁴⁷ . *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, p.240.

antidemocrático” naquilo que era tido como principal para eles, ou seja, a política de desenvolvimento econômico? É possível inferir que a política de *dar uma no cravo e outra na ferradura*, conduzida com tanta habilidade pelos populistas, trouxe mais resultados adversos do que satisfatórios para os defensores da saída nacional. A ambigüidade e a ausência de propostas cobram caro daqueles que se propõem à lide no campo político, notadamente quando se toca na seara da subsistência material.

Por outro lado, de acordo com o que está mencionado acima⁴⁸, a política econômica desenvolvimentista conduzida pelo governo Kubitschek foi eficiente no sentido de promover e incorporar boa parte das propostas do *pensamento nacionalista*, internalizando-as para o âmbito e para o controle, portanto, da ação do Estado. Essa incorporação, além de cooptar a parcela liberal do movimento nacionalista, paralisou a ação em outros setores, como os militares⁴⁹, por exemplo, já tocados pelos princípios “*nacionalistas*” esguianos. O que ocorreu foi que a posição nacionalista de esquerda foi sendo, com habilidade, conduzida gradativamente pelo governo para o isolamento político e para a paralisia de ações, em decorrência de sua postura pragmática (“*o mal menor*”) em relação ao candidato que havia apoiado nas eleições. Esse é, pelo que parece, o sentido da crítica tecida acima por Weffort aos nacionalistas.

Sodré manteve-se na defesa de seus postulados e em posição defensiva, que se estendeu também ao governo Goulart. Operava-se naquela hora um conflito essencial, para o qual não foi dada a devida importância: o que pode ser chamado de *ideário nacionalista* era disputado por todas as forças do espectro político, da direita à esquerda. A sua incorporação

⁴⁸. Capítulo I, p.18.

⁴⁹. Para Benevides, um dos pilares da política militar desse período foi “*a convergência quanto aos interesses econômicos, no plano dos valores e das práticas, vista*” a partir do “*interesse dos militares na política desenvolvimentista (Programa de Metas) uma vez que se respeitassem os interesses ‘não negociáveis’ (Petrobrás, etc.) defendidos pelos setores nacionalistas*”. Por outro lado, “*o apoio dos militares à intervenção do Estado no processo econômico (principalmente quanto às indústrias básicas: ferrovias, energia, petróleo e aço) não provocou conflito com os industriais porque, em primeiro lugar, a intervenção não ia contra os interesses do capital nacional ligado à produção e distribuição de bens de consumo; em segundo lugar, a carência de capital para a rápida expansão da indústria pesada exigia o apelo ao capital externo*”. O governo Kubitschek: *desenvolvimento econômico e estabilidade política*, p.149 e 172.

pelo Estado, a partir dos pressupostos de *desenvolvimento e segurança*⁵⁰, significou a retirada dessa bandeira da mão das esquerdas, uma vez que o que estava em jogo era, nada mais, nada menos, o controle hegemônico sobre os parâmetros e os rumos do processo de desenvolvimento econômico do país. É claro que as forças dominantes não pretendiam abrir mão desse controle, como efetivamente não aconteceu. Pelo lado das esquerdas, o que ficou, durante e após o *desenvolvimentismo*, foi a atitude perplexa de seguir a reboque de um processo que, em última instância, elas julgavam comandar. Os textos de Sodré demonstram, além das suas posições, essa perplexidade diante das direções tomadas pela *Revolução Burguesa Brasileira*.

O tempo de crise que foi o governo Goulart apenas acirrou aquilo que vinha acontecendo às esquerdas desde Juscelino. Como Sodré define, referindo-se à conjuntura anterior ao golpe de Estado, já estava a ecoar “*a voz do dono*”. O papel atribuído pelos nacionalistas de esquerda ao desenvolvimento econômico no processo político brasileiro foi justamente a armadilha que os aprisionou e os conduziu a sucessivas derrotas políticas desde o início dos anos cinquentas. A armadilha da ideologia, talvez mesmo da “*falsa consciência*”, manteve essa força política no estado de *perplexidade*⁵¹ acima definido e, diante do fim abrupto do governo Goulart, levou à desarticulação de uma luta já histórica: o projeto da via nacional-autonomista de desenvolvimento econômico cedeu lugar, talvez definitivo, a uma proposta de desenvolvimento associada e vinculada à utilização permanente da poupança externa⁵².

⁵⁰ . Capítulo I, p.21-22.

⁵¹ . Capítulo II, p.47-48.

⁵² . De acordo com Celso Lafer, “*a mudança do sistema político brasileiro, a partir de 1964, e que acabou por se constituir no novo, não deixa de encontrar, no Governo JK, em algumas de suas vertentes, uma possível antecipação. De fato, a moeda da coerção organizada (poder militar) não circulou apenas num padrão e numa pauta do tipo moderador, como apontam muitos analistas. Ocorreu a intervenção política dos militares através do General Lott na manutenção da ordem, e também a cooptação dos militares numa aliança com a tecnocracia, induzida pelo governo para assegurar a estabilidade política e promover o desenvolvimento econômico*”. In: Maria Victória Benevides, *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, p.17.

3.3: A Política:

Partindo do conceito de política proposto por Bobbio⁵³, pretende-se demonstrar o que é *política* na concepção de Néelson Werneck Sodré, buscando compreender e explicar como é que ela é configurada no seu pensamento e qual é o sentido que ele atribui para a ação política.

Segundo Bobbio, na época moderna, o termo política *“perdeu seu significado original, passando a ser comumente usado para indicar atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado”*. A partir daí, *“a pólis é, por vezes, o sujeito, quando referidos à esfera da política atos como o ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social...”*, ao mesmo tempo em que, *“outras vezes ela é objeto, quando são referidas à esfera da política ações como a conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal, etc.”*. Dessa forma, *“o conceito de política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder...”*, e esse poder *“é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento”*. Para Bobbio, *“a política não tem fins perpetuamente estabelecidos, e muito menos um fim que os compreenda a todos e que possa ser considerado como o seu verdadeiro fim: os fins da política são tantos quantas são as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias”*.

Ao comentar as definições de política fundadas na *“relação amigo-inimigo”*, propostas por Carl Schmitt e Julien Freund, Bobbio ressalta que eles consideram a política *“de uma perspectiva unilateral, se bem que importante, que é a daquele tipo particular de*

⁵³. Norberto BOBBIO: *Dicionário de Política, passim*.

conflito que caracterizaria a esfera das ações políticas...”, que estaria a definir para a política apenas “a área em que se desenrolam os conflitos antagonísticos”. O autor assume uma perspectiva que pretende recuperar a tradição filosófica clássica que unia o “político” ao “social”, ao mesmo tempo em que aponta a sua análise para uma compreensão marxista do fim da política. Daí, em primeiro lugar, a sua observação: “... reduzir, como se fez a categoria da política à atividade direta ou indiretamente relacionada com a organização do poder coativo é restringir o âmbito do ‘político’ quanto ao ‘social’, é rejeitar a plena coincidência de um com o outro”. De forma conclusiva, a sua compreensão coloca que para “Marx e Engels na fase do comunismo plenamente realizado, não haveria mais política propriamente falando”. Por isso, diz Bobbio: “o que se disse até aqui sobre o significado restritivo de política (restritivo em relação ao conceito mais amplo de ‘social’), fim da política significa exatamente fim de uma sociedade para cuja coesão sejam indispensáveis as relações de poder político, isto é, relações de domínio fundadas, em última instância no uso da força. Fim da política não significa, bem entendido, fim de toda a forma de organização social. Significa, pura e simplesmente, fim daquela forma de organização social que se rege pelo uso exclusivo do poder coativo”.

O conceito de política com o qual Sodré trabalha⁵⁴ condiz com sua posição marxista, já delimitada no capítulo anterior. Nele, além da definição do objeto conceitual, toca-se na questão das relações entre Estado, política e economia. Para o autor,

“política, relações políticas, são, sobretudo, as relações entre as classes, a luta das classes pelo poder e pelo domínio da sociedade”.

Ampliando o conceito, fariam parte também da “esfera da política as relações entre os Estados e as nações”. No tocante à origem da política, esta teria surgido com “o aparecimento do Estado”, e “neste, a política representa sua principal tendência”. Do ponto de vista da relação entre as classes, a política seria “um produto da estrutura econômica da

⁵⁴. *Fundamentos do Materialismo Histórico*, p. 156-57. Citação a Afanasiev: *Filosofia*, p. 377-78.

sociedade, sua base". Por isso, diz Sodré, *"ao descobrir a origem da política e sua ligação indissolúvel com a estrutura econômica, Lênin definiu-a como manifestação concentrada da economia, sua generalização e término"*. Nessa concepção, a política seria o *locus* privilegiado no qual *"os interesses econômicos das classes"* encontrariam a *"sua expressão mais completa e multilateral"*. No entanto, *"embora nascida da economia, a política"*, necessariamente, exerceria uma *"enorme influência sobre ela e em toda a marcha do desenvolvimento social"*. Na linha da perspectiva defendida por essa leitura do marxismo, *"o desenvolvimento da economia"* seria a alavanca que impulsionaria *"a mudança do regime social"*, e essa transformação resultaria *"da atividade consciente do povo, baseada na política"*. Partindo da visão leninista, Sodré define que *"ao levar em conta o grande papel da política na vida e evolução da sociedade, Lênin considerava-a prioritária à economia"*. E explica: *"isto significa que a solução das tarefas econômicas, de produção, deve ser encarada de um ponto de vista político, ou de classe. 'Sem um enfoque político adequado - escreveu Lênin - não será possível a uma classe manter o seu domínio e, por conseguinte, tampouco será capaz de desempenhar sua tarefa de produção'"*.

Quanto às relações de determinação entre a política e a economia⁵⁵, de acordo com o autor, para o marxismo *"a economia é o fator primário"*, sendo ela o mecanismo *"que engendra as idéias e instituições políticas vigentes e dá o seu conteúdo à política"*. Dessa forma, *"ainda que a política seja algo secundário ou derivado, em relação à economia, repercute, por sua vez, indiretamente, sobre ela"*. Mais uma vez Lênin é citado, justificando teoricamente a posição defendida por Sodré: *"... a política é a expressão concentrada da economia. Na superestrutura política, expressa-se a dominação de uma classe social, afirma-se o império de determinadas relações de produção. É isto, precisamente, o que Lênin quer dizer quando fala da primazia da política sobre a economia"*.

⁵⁵ . *Fundamentos do Materialismo Histórico*, p. 43. Citação a Rosental e Straks: *Categorias*, p. 115-16.

Aqui está a concepção werneckiana de política. Fundada principalmente em uma leitura leninista do marxismo, essa compreensão estruturou, tal como uma viga mestra, o pensamento desse intelectual. Suas posições em frente às principais questões brasileiras evoluíram progressivamente, até o final de sua vida, de acordo com o avanço da sua compreensão do papel da política na vida social. Estudioso do marxismo, tal como foi demonstrado no capítulo anterior, Sodré via na política a única⁵⁶ possibilidade de tecer um caminho na direção do futuro socialista. Tal como Bobbio define acima, a política, embora fosse “*tudo*”, levaria, historicamente, ao fim de si mesma. Por tratar-se de uma forma de ver a política voltada para a ação centrada nas expectativas das causas populares, seus equívocos, reveses e conquistas devem ser tributados mais ao contexto conjuntural⁵⁷ no qual se processava a luta política entre as décadas de cinquenta e sessenta no Brasil, o que não minimiza responsabilidades nem maximiza atitudes desprezadas.

Uma vez que está dado o modo pelo qual Werneck Sodré compreendeu a política, cabe a questão seguinte: qual é o sentido que ele atribuiu para ela? Unicamente o sentido da ação para “*a mudança do regime social*”, que seria a resultante lógica “*da atividade consciente do povo, baseada na política*”. Ocorre que, para Sodré, essa ação diferia daquilo que era pensado e proposto por pessoas e grupos posicionados mais à esquerda do seu pensamento. Seu modo de encarar a ação política não permite que ele possa ser situado à extrema esquerda do espectro ideológico, como um *revolucionário*, na acepção radical comumente dada ao termo.

⁵⁶ . Em artigo de 1957, Sodré tece considerações acerca do “*problema da política em literatura*” que elucidam a sua visão: “*O grande escritor democrático Gottfried Keller disse, certa vez: ‘Tudo é política’. Ele não queria significar, entretanto, que tudo fosse diretamente política; mas que as forças sociais que determinaram, no seu desenvolvimento, os fatos políticos, influem também nas decisões da vida cotidiana, no trabalho, no amor, na amizade, na criação artística. Tais forças se traduzem em tipos humanos, que surgem em todos os campos, e em cuja conduta o conteúdo político é transparente. Tais tipos são diversos, conforme a atividade a que se dedicam e conforme a efetividade de sua influência. O escritor, que vive debruçado sobre a vida, recolhe em sua obra, se lhe não falta o talento, os traços da influência política que estão por toda a parte. Toda ação, todo pensamento, todo sentimento do homem - tenha ele disso consciência ou não - estão fundidos com a vida, com a sociedade em que trabalha, com a política. Tudo deriva da vida social, e a ela retorna e a vida social é eminentemente política*”. In: *Tudo é política*, p.31.

⁵⁷ . Como Sodré coloca, “*a realidade política nem sempre se apresenta clara, nítida, com forças dispostas simetricamente. Muito ao contrário, ela se apresenta quase sempre conturbada, confusa, escondendo a essência dos problemas, os fatos desmentindo as aparências*”. *Tudo é política: A Época de Vargas*, p.73.

Sua localização coincide com a posição moderada e pragmática defendida pelo PCB entre os anos cinqüentas e sessentas⁵⁸, à medida que, na condição de um dos principais ideólogos desse partido, Sodré certamente foi um dos articuladores das posições tomadas por seu Comitê Central naquele momento. Nesse sentido, a ação defendida por ele estava contida nos parâmetros definidos pela vida política institucional do país e investia na ampliação, aprofundamento e consolidação do regime democrático pela via do apoio estratégico ao processo da *revolução burguesa*. É aqui que o conceito *Revolução Brasileira* ganha, na visão werneckiana, o seu sentido maior, tornando pertinente o seu tratamento específico.

No livro *Introdução à Revolução Brasileira*, editado pela Civilização Brasileira pela primeira vez em 1958, Sodré coloca o seu trabalho de forma objetiva no prefácio, ao dizer que reuniu

“em livro algumas conferências pronunciadas entre 1954 e 1956, apreciando a evolução da sociedade, a evolução da economia e a evolução da cultura brasileiras, como a evolução racial, quanto ao aspecto da contribuição do negro em nossa formação. O título escolhido foi o de Introdução à Revolução Brasileira, categoria que, a partir de então, começou a se vulgarizar. Não sem resistência, particularmente da parte da cultura oficial, com reduto na Universidade, cujo ensino de História era tão ruim quanto o fora no Império”.

No primeiro capítulo, *“Evolução da Sociedade - As Classes Sociais no Brasil”*, Sodré faz um acompanhamento analítico do processo de formação das classes sociais brasileiras, abordando desde a inserção do Brasil colonial nos processos macroeconômicos da revolução comercial e do surgimento da modernidade burguesa, passando pelos problemas relativos às navegações oceânicas portuguesas e o desenvolvimento do capitalismo mercantil, que desembocou no surgimento das feitorias destinadas à exploração da madeira tintorial em nosso país. Acompanhando, por meio da análise, todo o período colonial e o pós-independência, o autor chega à República Velha e avança sua reflexão na direção da

⁵⁸ . Capítulo I, p.22-23.

Revolução de 1930, concluindo posteriormente com o fim da segunda Guerra Mundial, momento que, segundo ele, revela-se de forma aguda no Brasil

“o antagonismo entre a cidade e o campo, conduzindo à posição de espoliação deste por parte daqueles que têm no ambiente urbano a base de seus empreendimentos”. (p.58)

Na conclusão desse primeiro tema, o autor adverte quanto ao problema da análise histórica de períodos de longa duração feita de forma sumária, ao mesmo tempo em que define os fundamentos econômicos e sociais que permitiriam, naquela hora, o avanço do processo político da *Revolução Brasileira*. Nesse sentido, segundo a sua colocação, o

“Brasil denuncia, na inquietação do presente, a antinomia de sua estrutura econômica colonial, profundamente associada aos interesses do imperialismo, enquanto a sociedade, em seu desenvolvimento dinâmico, impulsiona a burguesia nacional e o proletariado como forças capazes de proporcionar uma política de transformação daquela estrutura nacional cujas linhas permitam a livre expressão dos interesses e força reais das classes em que se divide a sociedade brasileira. Surgem no campo evidentes sinais de mudanças e a massa de trabalhadores rurais define-se como importante componente no processo em desenvolvimento. O que significa, em suma, que existem agora, no nosso país, os fundamentos econômicos e uma repartição em diferentes classes suficientes para permitir aquele processo de renovação a que já se convencionou chamar Revolução Brasileira”. (p.58)

No segundo capítulo, *“Evolução da Economia - Formação da Economia Nacional”*, Sodré segue um roteiro cronológico de estudo do processo econômico brasileiro a partir de uma definição prévia de quatro grandes fases. A primeira, denominada de *“Economia Colonial”*, compreendida entre 1550 e 1780, caracterizada pelo regime da economia predatória; a segunda, definida como de *“Integração na Economia Mundial”*, indo de 1780 a 1850, estaria fundamentada na mineração e na permanência da estrutura colonial; a terceira fase seria a de *“Elaboração da Economia Nacional”*, que iria de 1850 a 1920, contextualizada pelo desenvolvimento da lavoura do café e pelo fim da escravidão, elementos definidores de importantes alterações no mercado de trabalho; e, finalmente, a quarta fase, conceituada como de *“Estruturação da Economia Nacional”*, delimitada a partir de 1920,

definida pelo processo de industrialização e pelo desenvolvimento do mercado interno, de um lado, e pela luta contra o imperialismo e o desenvolvimento da economia nacional, por outro.

O capítulo terceiro, *“Evolução da Cultura - Elaboração da Cultura Nacional”*, é precedido de uma discussão sobre cultura e ideologia, na qual Sodré tece severa crítica em relação a outras abordagens sociológicas da cultura, estabelecendo o conceito de *cultura* do qual ele parte, dizendo que

“não deve constituir dúvida que cultura significa o desenvolvimento das idéias, não de forma abstrata, supondo que elas possam surgir do nada ou que possam se difundir sem largas razões”. (p.116)

Partindo dessa premissa, o autor trabalha a sua concepção de cultura colonial, centralizando-a no mercantilismo luso e no *“papel do púlpito”* em relação à sociedade colonial. Em seguida, estabelece um *“esboço da cultura brasileira”* fundamentado na *“influência da revolução industrial”* e conclui trabalhando o conceito de *“transplantação cultural”* acoplado à idéia que define o conceito de *“ideologia do colonialismo”*.

No tópico denominado *“Evolução Racial - A Miscigenação e a Sociedade”*, Sodré define o que nomeia de *“quadro geral e quadro brasileiro”*, no tocante ao problema da inserção e contribuição do negro na formação social brasileira, partindo do princípio que pressupõe que as

“relações de raça jamais podem isolar-se das relações de classe”. (p.147)

A obra segue seu curso e no capítulo conclusivo, intitulado *“Perspectivas”*, busca, na edição de 1966, *“analisar a situação gerada com o movimento de 1964, que marchava, aceleradamente, para o AI-5 e para tudo o que dele decorreu”* (p.8). Nesse sentido, foram analisados quatro problemas: o das *Reformas*, o da *Pequena Burguesia*, o da *Burguesia*, e finalmente, o *Democrático*.

O tratamento dado pelo autor na questão das *“Reformas”* consistiu em uma análise crítica do problema das *Reformas de Base*, situando-o a partir dos pontos de vista da direita e

da esquerda brasileiras, estabelecendo duras observações ao comportamento político dos setores de ultra-esquerda, que estariam dominados, segundo Sodré - a partir da perspectiva leninista -, pela “doença do esquerdismo”.

No texto de análise sobre a “*Pequena Burguesia*”, o autor procurou definir o papel político desse segmento social no quadro geral da *Revolução Brasileira*, defendendo ser inválido

“o conceito pejorativo tradicional que tende a desqualificar sua contribuição”. (p.241)

Em relação ao problema da “*Burguesia*”, após definir em teoria três tipos fundamentais de *revolução burguesa*, é caracterizado o conceito de *Revolução Brasileira*, delimitando seus objetivos e finalidades, e atribuindo papel relevante nesse processo à burguesia nacional. Sendo assim, ele diz:

“A caracterização como democrática e nacional do tipo a que pertence a *Revolução Brasileira* significa que se trata de enfrentar o imperialismo, para a libertação econômica e política, de enfrentar o latifúndio, para liberar forças produtivas e possibilitar a ampliação da área democrática. E significa, pois, que se trata, não de introduzir alterações socialistas, mas de ampliar relações capitalistas onde elas são ainda desconhecidas ou repelidas... A constatação de que o caráter da *Revolução Brasileira* é democrático e nacional tem, pois, interesse. Não se trata de simples questão formal. Porque, como consequência, permite concluir que se trata do acabamento da *revolução burguesa*, em nosso País, de processo que a burguesia tem papel a desempenhar”. (p.246-47)

Ao tratar, por final, do problema “*Democrático*”, Sodré procurou analisar a derrota política das *forças populares* em 1964, constatando que essa adversidade “surpreendeu e deixou perplexos aqueles que supunham uniformemente positivo e ascensional o desenvolvimento histórico”. O autor reconstrói a “gigantesca moldura” (p.256) histórica interna e externa que justificou o advento do golpe militar de 1964, com a intenção de demonstrar que ela própria - a ditadura - realizou um milagre político:

“...ajudar as condições para a formação de frente democrática, cuja existência é de fato indiscutível, não surgindo de ações combinadas e menos ainda conspirativas de pessoas ou de grupos”. (p.256)

O objetivo do autor nessa obra foi o de estabelecer uma visão sociológica e política do conceito “*Revolução Brasileira*”, compreendendo-o em uma dimensão que contemplava a atuação de um amplo arco de forças políticas nesse processo, colocando sempre reservas à ação do, por ele denominado, “*esquerdismo furioso*”. Suas posições quanto a essa ação estão explicitadas ao final do prefácio à quarta edição, de 1978:

“...Na advertência da edição inaugural, há vinte anos, com a vigência das liberdades hoje desconhecidas, admitamos como fundamento mínimo da etapa que a Revolução Brasileira atravessava, dois pontos: manutenção e ampliação do regime democrático e solução nacionalista dos problemas de exploração econômica de nossas riquezas. Foi julgado modesto, na época: o esquerdismo furioso cuidava estar às portas da revolução socialista. Hoje, após a dura existência dos três últimos lustros, esse mínimo está de pé. Voltamos à estaca zero. Mas, na verdade, a Revolução Brasileira não parou: a negação originada em 1964, apesar de tudo, está nela inserida, integrou-se no processo. Quando o processo dá um passo atrás, necessita, depois, dar pelo menos dois adiante.”

Por conta da sua concepção de ação política, que privilegiava a concretização da *etapa da revolução burguesa*, a visão da necessidade da costura de uma ampla aliança (*frente*) de classes que tornasse viável a luta antiimperialista foi recorrente nos textos werneckianos, podendo ser encarada como um dos elementos centrais da sua proposta de ação política, conferindo-lhe, portanto, sentido. Sobre esse assunto, Sodré é claro:

“... Qual o principal inimigo no plano interno? Aquele que servia ao imperialismo. Quais forças que poderiam ser mobilizadas para, à base dessas contradições, resistir ao imperialismo? Em primeiro lugar, naturalmente, as forças de base popular, proletariado, campesinato, pequena burguesia; a burguesia, depois, tão fartamente sensibilizada pela questão do petróleo; e mesmo setores do latifúndio, eventualmente afetados pela política de preços dos produtos de exportação. Os objetivos que poderiam permitir uma aliança entre forças tão heterogêneas, separadas, as fundamentais, pela contradição de classe, eram visíveis: manutenção do regime político vigente, em primeiro lugar, impedindo a marcha para o golpe de força; solução nacionalista pelo menos do problema do petróleo; defesa do preço dos nossos produtos no mercados externos. Qualquer proposição mais avançada correspondia a afastar da aliança forças ponderáveis, particularmente, e na ordem, a classe latifundiária, a burguesia, e a pequena burguesia. O instrumento ideológico mais eficaz para desunir essas forças, separadas pela contradição de classe, era o anticomunismo, na medida em que as forças mais avançadas colocassem a contradição de classe como principal. Quando assim procediam, por palavras ou por atos, contribuíam para afastar da aliança aquelas que, de forma alguma, estavam interessadas em transformações que lhes afetassem os interesses e a primazia política”. (Memórias de um Soldado, p.334)

A apreciação rigorosa, dirigida por Sodré aos setores mais radicais da esquerda, demonstra a sua posição pragmática, defensora da ação política cautelosa e gradual diante do quadro conjuntural. Para ele não havia nenhuma impossibilidade, em função das condições conjunturais externas e internas, para se

“constituir ampla frente para a manutenção do regime político; das mínimas condições democráticas reinantes era possível partir para sua progressiva ampliação. Na medida em que as forças ideologicamente mais avançadas colocassem como objetivo daquela fase formas democráticas muito mais largas, importando mudanças na estrutura de poder, enfraqueciam as possibilidades da aliança. A maioria dos que formavam na esquerda - aceitando o termo convencional, que se presta, na verdade, a muitas confusões - não se haviam apercebido das mudanças entre a situação do fim da guerra e a situação um lustro (1950) depois. Naquela, o prestígio da vitória militar da União Soviética e o triunfo, em seguida, da revolução chinesa, davam colorido especial ao quadro, e alguns ingênuos esquerdistas supunham mesmo que chegara o momento de liquidação final do regime capitalista e generalização do socialismo em todo o mundo. (...) Essa mudança de condições não foi percebida ou, se o foi, a percepção não se traduziu na prática política. As forças esquerdistas desconheciam a nova correlação de forças, a externa e a interna. Influuiu nisso, no caso brasileiro, o peso que a pequena burguesia possuía, no conjunto da esquerda e até na direção de partidos de base proletária ou que a disputavam; esse derivava de condições peculiares ao nosso país, algumas antigas, outras circunstanciais.” (Memórias de um Soldado, p.334-36)

A ação política nas *frentes* é compreendida por Sodré como problemática, uma vez que ele entende claramente que os problemas decorrentes dessas alianças são ligados às divergências de interesses entre as classes, com já foi mencionado acima. A conjuntura, no entanto, as exigia, pelo menos no seu entendimento. Daí a centralidade do tema em seus escritos. Em seu modo de ver, o que caracteriza as

“frentes e as alianças políticas a que correspondem, é a modéstia de seus objetivos. Essa modéstia, analisada em profundidade, é apenas aparente. De imediato, entretanto, tais objetivos apresentam-se, às facções extremadas, como mesquinhos, indignos de esforço, caracterizadores do oportunismo, e até enganadores. Trata-se da ausência de perspectivas, peculiar às camadas pequeno-burguesas, inaptas à constatação do desenvolvimento dialético que aponta as transformações como oriundas umas das outras, por superações sucessivas, quase sempre necessárias, cada uma contendo o germe da seguinte. (...) Admitir que o que está na consciência de alguns está na consciência de todos, da maioria pelo menos, é erro palmar, embora não pareça acorde com a lógica formal. No dia em que cada um tiver plena consciência da realidade, a material e objetiva, a conceitual e subjetiva, a revolução é desnecessária: ela está praticamente realizada. Essa tomada de consciência, entretanto, é desigual,

desenvolve-se às vezes rápida, às vezes lentamente, e sempre com relação com a realidade objetiva". (Memórias de um Soldado, p.336-38)

Os ideólogos por via de regra atuam de modo prescritivo em suas formulações. Assim, tal como Lênin em seu conhecido texto denominado "*O que fazer?*", Sodré costumava indicar caminhos para a ação política. Nesse sentido, para ele, o que o *povo brasileiro devia fazer* no processo da *Revolução Brasileira* era, "*em termos políticos, (...) uma revolução democrático-burguesa, mas de tipo novo, em que a componente burguesa não*" teria "*condições para monopolizar os proventos da revolução. As possibilidades de operar o desenvolvimento material e cultural para proveito apenas da burguesia*" estariam, em sua perspectiva, "*encerradas*". (*Memórias de um Soldado*, p.39).

De outro lado, no âmbito das ações concretas, uma das instituições nas quais o trabalho político exercido por Sodré verteu de forma consistente foi, além do ISEB e do PCB, o Exército Brasileiro. Nele, essa ação aconteceu sempre no epicentro do embate ideológico entre "*nacionalismo*" e "*entreguismo*". O depoimento werneckiano que comprova esse envolvimento profundo remonta ao final de 1949:

"... certo dia, recebi em minha sala a visita de antigo companheiro do Colégio Militar e da Escola Militar. Depois de algumas palavras sem maior interesse, abordou o assunto que o levava: ia convidar-me para fazer parte da chapa de renovação da diretoria do Clube Militar, encabeçada pelo general Newton Estillac Leal. Apresentou rapidamente as informações: estava a encerrar-se a gestão do general Salvador César Obino, os mesmos elementos que haviam feito candidato aquele chefe militar e haviam composto a diretoria por ele encabeçada propunham-se, agora, a defender a candidatura do general Estillac, que vinha se destacando, há algum tempo, pelas posições nacionalistas que tomava, particularmente na questão do petróleo; formava-se, também, outra corrente que se propunha a defender a candidatura do general Osvaldo Cordeiro de Farias, corrente que, embora de maneira não explícita, encarava a questão do petróleo como simples agitação, preferindo a participação de capitais estrangeiros em sua exploração. Este era o problema central." (*Memórias de um Soldado*, p. 294)

Sete anos depois, o envolvimento era o mesmo, acrescido agora dos temores relativos às inquietações permanentes no meio militar. Sua presença no núcleo do debate político é incontestável, uma vez que esse debate acontecia com intensidade desmedida naquele meio.

Por isso, como articulador da corrente militar nacionalista, Sodré agia constantemente no sentido do exercício da interlocução, atividade política das mais características. Nesse sentido, em suas conversas, procurava influir no processo e alterá-lo a partir dos pontos de vista dos grupos nos quais militava. Exemplificando essa afirmação, com um desses interlocutores, o general Castelo Branco, ao conversar sobre as eleições que ocorreriam em 1956 no Clube Militar, Sodré diz que os seus *“argumentos eram centrados em torno da necessidade de pôr fim ao golpismo militar, às intervenções repetidas da força no processo político”*. (*Memórias de um Soldado*, p. 500)

As relações entre os militares e o âmbito da política carregavam o eixo da tensão cotidiana. Sua forte presença na vida política brasileira, constituindo-se muito mais em fator de crise do que de estabilidade, por meio da ação que Celso Lafer denominou de *“moeda de coerção organizada”*⁵⁹, explica a visão de Sodré sobre o que ele chamou de *“apoliticismo militar”*⁶⁰. Por partir de membro ativo desse meio, a consistente visão sobre uma questão séria é evidente:

“...O apoliticismo, por exemplo, fundava-se em concepção vulgar de política, encarada à superfície, tomada a forma pelo conteúdo, o exterior pela essência, esquecido o detalhe fundamental de que a omissão é também política, abstenção igualmente. O que não se ensinava aos militares é que tudo é política, atitudes, concepções, tendências, idéias, interpretações, decisões e que os aspectos da política, as aparências representam apenas parcelas, quase sempre insignificante, da essência política. O que deve ser vedado ao militar é a participação em lutas partidárias, em países como o nosso e na

⁵⁹ . A referência ao conceito consta da nota de rodapé nº 52.

⁶⁰ . *“... as lutas políticas não deviam interessar ao soldado, a pureza dêste ficaria contaminada com a participação ou mesmo o interesse por elas; quanto mais distante e avesso aos problemas políticos, mais próximo estaria da perfeição. Como derivada, surgia e se mantinha a idéia de que a característica essencial da atividade política é a corrupção; enojar-se com essa corrupção era prova de devotamento ao país; os males dêste provinham, precisamente, da referida corrupção, inerente à atividade política, presidida apenas por mesquinhos sentimentos pessoais de lucro, de vantagens materiais. Aos políticos, gente corrupta, pertencia revolver essa imundície que é a política; aos militares, gente pura, pertencia manter distância disso tudo. Vez por outra, quando a corrupção chegasse a limites abusivos, podiam, ou deviam, os militares intervir, com a sua pureza, removendo o entulho, repondo os valores na escala devida, para salvar a Pátria. Mas interviriam sempre sem conhecer nada daquilo - porque conhecer era começar a contaminar-se. E tudo era passível de correção, desde que operado por gente limpa, gente idealista, gente pura - e tudo isso justamente porque não entendia nada de política. Governado por homens bons, o país seria bom. Seus problemas ficariam prontamente resolvidos. Assim, nas fases difíceis, era permissível aos militares pôr as coisas em ordem, suprimir atividades políticas, alimentadas pela corrupção, como as eleitorais; uma ditadura, desde que boa, porque exercida por gente boa, infensa à política, má por definição, era remédio heróico que salvava o país do caos”*. (*Memórias de um Soldado*, p.469)

qualidade de militares, isto é, utilizando a força de que são detentores eventuais. E isto representa, justamente, o sentido oposto do que acontece, via de regra, com as intervenções militares na ordem política formal, estrutural, porque representa a condenação da força como processo político". (Memórias de um Soldado, p. 470-71)

Para o autor, esse "*apoliticismo - inexistente na verdade -*" é uma *anomalia* definida por um fato da maior gravidade em matéria de política, que é

"a alienação, isto é, o desconhecimento dos problemas do país a que serve, o distanciamento de suas soluções, a ausência de saber naquilo que é essencial: as condições do povo. É claro que a alienação - elevada a categoria de virtude - é atitude de classe, conveniente à classe que utiliza a força armada, que a coloca a seu serviço, alardeando, entretanto, que a coloca a serviço da Pátria. O que permite o uso da força armada como se os seus componentes fossem títeres, manejáveis por cordéis, é o total desconhecimento deles a respeito dos problemas nacionais, até mesmo da estrutura do Estado; são movidos como cegos e com a confiança irrecorrível dos cegos e levados a servir a interesses cuja essência desconhecem, pensando que estão, dedicadamente, servindo a altos e nobres ideais. Nessa ingenuidade, reside a fraqueza do militar e essa fraqueza é maior entre os chefes que são, numa organização hierárquica, os responsáveis pelas decisões que movem toda a pesada máquina de força, capaz de esmagar resistências e de impor a sua vontade. A força armada é, assim, como uma locomotiva: ir dentro dela é seguro, colocar-se a sua frente é correr o risco de ser esmagado. Nos momentos críticos, pois, todos querem estar na locomotiva - ao lado do maquinista, se possível - e todos temem sofrer o esmagamento". (Memórias de um Soldado, p. 471)

Sodré atribuiu *ingenuidade* política ao conjunto dos militares brasileiros, trazendo-a também para o general Lott e para uma parcela da corrente militar nacionalista. Essa *inocência útil*, que seria ardilosa e constantemente manipulada pelas *classes dominantes*, é relatada no texto do autor, ao mesmo tempo em que este faz uma autocrítica institucional, evidenciando o posicionamento de sua visão política:

"... Quantas e quantas vezes isso acontece aos militares, desprovidos de conhecimentos suficientes para a análise dos problemas políticos e servindo de instrumento a ambições e desatinos alheios! Sem poder distinguir dos aspectos superficiais o sentido profundo das contradições sociais, colocam-se, com a mais nobre das intenções, contra os interesses do seu povo, deixam-se levar por aparências, aferram-se a preconceitos, lançando nas competições o peso armado de que são portadores". (Memórias de um Soldado, p.81)

Uma dúvida, entretanto, persiste. Poderia tamanha *ingenuidade* constituir parte tão importante do processo político brasileiro por tão longo tempo? A presença ativista de Sodré e

de outros líderes militares, à direita e à esquerda, no interior da lide política nacional lança a incerteza, uma vez que esse epíteto parece não caber nas figuras desses atores políticos. A fala pragmática de Sodré sobre os resultados da ação em política, ao final de suas *memórias* militares, parece desmentir aquela *ingenuidade*. Para ele,

"... política vale pelos efeitos e não pelas intenções; e a honestidade de propósitos apenas multiplica a eficácia das ações. Demais, é ainda indispensável aos que agem com honestos propósitos, ancorados em convicção sinceramente esposada, o reconhecimento, nos outros e, particularmente, nos de idéias opostas, da mesma honestidade e da mesma sinceridade - o que uma ditadura jamais aceita e muito menos pratica." (*Memórias de um Soldado*, p. 504-05)

Ainda sobre o tema, em texto⁶¹ para a *Revista Ensaios de Opinião*, apreendido em 1975, esse autor dá sentido à sua visão de ação em política:

"No final de contas, a política é a arte do possível. Não há político que consiga por atos de vontade superar as condições que a realidade coloca".

A partir dos fundamentos que aqui estão expostos, ou seja, da teoria e da prática política werneckiana, será tratado o próximo e conclusivo tema deste trabalho: a democracia na sua concepção, último dos três grandes eixos temáticos que definiram o conjunto da sua extensa obra.

⁶¹ . *Tudo é política: A Época de Vargas*, p.72-73.

3.4: A Democracia:

Neste item, lidar-se-á com a perspectiva werneckiana de *democracia*, no intuito de demonstrar o que ela é para esse autor. O problema que se coloca é o seguinte: *democracia* significa, para Werneck Sodré, meio ou fim para a emancipação política e social do “povo”. Cabe salientar, em primeiro lugar, que não há ao longo da sua obra um tratamento da questão a partir de uma discussão conceitual específica. O que ele define como “*problema democrático*” permeia grande parte dos seus escritos, compondo uma espécie de *pano de fundo* que estrutura o seu modo de encarar os problemas e as diversas conjunturas do processo político brasileiro. É como se esse autor dissesse permanentemente: a *democracia* é o único meio para que a *revolução burguesa* conclua o seu processo, permitindo, por meio dessa conclusão, a possibilidade do avanço histórico na direção do advento do socialismo, forma ulterior de *democracia* a ser exercida a partir das demandas concretas das maiorias.

É possível afirmar que, para Sodré, a *democracia* constituía meio e fim para aquela emancipação social, simultaneamente, entendendo-a sob uma dupla perspectiva: a da burguesia nacional, que se tornaria *livre* da tutela do capital internacional e do imperialismo; e a da classe trabalhadora, que estaria a trilhar paulatinamente o caminho da construção do socialismo. Pelo que se pode inferir do estudo da sua obra, ele operou com dois conceitos distintos de *democracia*: um pragmático e outro ideal. Embora ambos os conceitos tenham conteúdos *prescritivos*, o *pragmático* estava voltado para o contexto estratégico da ação política prevista pela proposta da *Revolução Brasileira*, de conteúdo democrático-burguês, enquanto o *ideal* partia dos princípios da vinculação e da *subordinação*⁶² diretas da *democracia* às causas populares, de conteúdo socialista.

⁶². Em artigo denominado *Imperialismo e Neoliberalismo*, Sodré defende sua visão: “... a análise política do comportamento das camadas médias deve partir, necessariamente, da fundamental subordinação do democrático ao socialista”. Princípios, São Paulo, outubro de 1996. In: Tudo é política, p.122.

Sua atuação no interior do Exército, do ISEB e do PCB, pela construção de uma *democracia popular* no Brasil, foi embasada nesses nexos. Em seu entendimento, essas organizações deveriam necessariamente *estar ao lado do povo*, a serviço das causas nacionais e populares. A prática política werneckiana foi sempre pautada no sentido de tentar encaminhá-las nessa direção política. Foi nesse sentido que ele compreendeu o papel das Forças Armadas, do ISEB e do Partido Comunista no processo político brasileiro.

Em duas de suas obras, essa perspectiva e a sua ação ficam esclarecidas. *História Militar do Brasil*, lançado em 1965, pela Civilização Brasileira, é uma obra dedicada ao estudo da evolução histórica das Forças Armadas no Brasil. Para isso, o seu autor construiu um plano geral para esse livro segmentado em três grandes períodos: *Fase Colonial*, *Fase Autônoma* e *Fase Nacional*. Além do cunho didático, porque voltado em parte para o próprio público interno das Forças Armadas - foi livro proscrito pela ditadura militar de 1964 -, esse trabalho reitera, mais uma vez, em sua estruturação, o conceito de História com o qual Sodré ordena a sua análise: aquele que encara o devir da História em etapas sucessivas e dialeticamente engendradas umas nas outras, sendo a anterior sempre o ventre processual da posterior, sua tese constitutiva.

A partir da constatação das teses que o autor procurou demonstrar em cada uma das três fases da obra, pode-se inferir a sua concepção sobre o processo de constituição e consolidação das Forças Armadas no Brasil, tendo - nesse livro - a atenção voltada, mais de perto, para o Exército.

Ao trabalhar com a primeira fase - *a Colonial* - Sodré entendeu que

“a empresa de ocupação e povoamento era uma empresa militar inequívoca, revestia-se necessariamente de sentido militar, e não podia deixar de ser assim. Os particulares estavam, dessa forma, sujeitos às eventualidades da luta armada e não apenas por força de disposições da legislação vigente, mas por força de suas próprias necessidades, das exigências do meio”. (p.25)

Por isso, as organizações militares operavam

“segundo as condições coloniais de núcleos de povoamento dispersos, voltados para o exterior, na tradição fragmentária e divisionista que preside toda a fase colonial, em que cada zona se defende separadamente porque se apresenta separadamente à investida do inimigo, o interno como o externo. O traço fundamental da organização é o da defesa territorial. Trata-se de conquistar território, de defender território ou de expandir território. Esta é a situação que a autonomia encontra, a herança que recebe. Sobre ela é que deve levantar estrutura militar própria. Se a estrutura econômica e social estava profundamente ancorada na fase colonial, a militar também estará, naturalmente”.

Na concepção do autor,

“a Independência não foi uma revolução, no sentido de que não alterou a relação entre as classes, manteve o regime da grande propriedade e do trabalho escravo e da economia de exportação: não gerou tipos novos de organização, portanto, e menos ainda tipos novos de organização militar”. (p.60)

Em relação à segunda fase - *a Autônoma* - a missão das Forças Armadas consistiu, de acordo com Sodré, em

“manter a base física herdada da fase colonial, e de assegurar o exercício da autoridade central em toda a extensão daquela extensa base física. É o problema da unidade, entendido, aqui, em sua significação mais simples e rudimentar, isto é, a de manter unidas as antigas capitânicas, agora províncias, reduzindo as resistências locais, sufocando os movimentos de rebeldia, impondo a todas a autoridade central, evidentemente no interesse da classe dominante senhorial, que empresara a autonomia e procuraria configurá-la dentro dos limites dos seus interesses, e afastando do poder outras classes e camadas, que poderiam disputar com ela”. (p.229-30)

Nesse sentido configurou-se, esse é o entendimento do autor, uma missão, de tal forma gigantesca, que as Forças Armadas não estavam em condições mínimas de cumprir, uma vez que

“a extensão do território, a diversidade de regiões, as enormes distâncias que separavam umas das outras, a ausência de meios materiais compatíveis com a missão, as contradições profundas que afloravam por toda a parte e que afetavam a composição das forças militares, foram obstáculos consideráveis ao cumprimento de missão tão ampla e difícil”. (p.30)

Sodré entende que

“dentro do largo período aqui caracterizado como Fase Autônoma, abre-se uma nova subfase, que será encerrada com a Revolução de 1930, quando se abre a Fase Nacional, isto é, quando o país

começa a se definir em termos de nação e começa a criar as condições para o aparecimento de Forças Armadas inequivocamente nacionais". (p.230-31)

Devido a isso,

"as características e a missão das Forças Armadas no momento da autonomia, no momento da Regência, no momento da Maioridade são diferentes das características e da missão das Forças Armadas depois da guerra com o Paraguai, por ocasião do movimento abolicionista, quando da Questão Militar, quando da República, quando do Tenentismo. Não estavam, mesmo nesta segunda subfase, entretanto, criadas as condições que permitiriam a transformação das Forças Armadas em instrumento nacional, apesar de tudo". (p.231)

Segundo Sodré,

"é fácil constatar que a passagem, dentro do largo tempo compreendido como Fase Autônoma, da primeira à segunda subfase, acompanha de perto o longuíssimo, e por vezes lentíssimo, processo de declínio do latifúndio e de ascensão da burguesia no Brasil. As grandes questões dos fins do século XIX, a eleitoral, a religiosa, a militar, a federativa, a abolicionista, a do regime, são questões em que a participação, direta ou indireta, do elemento militar é importante, em alguns casos fundamental e até específica. Essas questões são, de outro lado, sintomas eloqüentes da ascensão burguesa. Mas, por outro lado, não é difícil verificar, e isso tem grande importância, que a burguesia brasileira não tem condições para forjar, aqui, o aparelho militar, nas mesmas condições que a burguesia europeia forjou o seu, e de que as forças napoleônicas foram uma expressão tão destacada. A consequência futura dessa impossibilidade está nas dificuldades que a burguesia encontra, na Fase Nacional, para fazer das Forças Armadas instrumento específico da sua repressão: consegue essa finalidade em algumas circunstâncias, para perder, depois, o domínio desse aparelho militar, progressivamente, processo que se concretiza na medida em que as Forças Armadas vão definir-se como nacionais. Se o fenômeno da ascensão burguesa, no Brasil, é tardio, tardia é, também, a formação de Forças Armadas nacionais, e essa etapa não coincide inteiramente com a de dominação burguesa". (p.231-32)

Sendo assim, engendrando dialeticamente a próxima fase,

"as Forças Armadas vão se tornando, na longa fase a que nos referimos, de instrumento inadequado do latifúndio em instrumento da burguesia em ascensão, participando das transformações em que esta participa, e até como de suas forças de vanguarda, até o Tenentismo, quando a fase se encerra". (p.232)

Quanto à terceira fase - a Nacional - Sodré definiu que ela teve o seu impulso político definitivo com a Revolução de 1930, que encerra o período anterior, *"de grandes transformações na estrutura brasileira e, conseqüentemente, de grandes alterações na*

estrutura militar". Nesse sentido, a missão das Forças Armadas passava a ser, nesse novo período, qualitativamente diferente. E, segundo o autor, poderia "*ser resumida em poucas palavras: assegurar ao país as condições para realizar-se como nação*". (p.405) Por isso ele questiona para, logo em seguida, responder:

"...Para que o Brasil se realize como nação, que é necessário e, em consequência, em que consiste a tarefa das Forças Armadas? A resposta, em termos sumários, poderia ser: assegurar as instituições democráticas e a livre expansão econômica nacional". (p.406)

Seguindo essa linha de raciocínio, Sodré entendeu que "*para assegurar as instituições democráticas e a livre expansão econômica nacional, as Forças Armadas, necessariamente, devem desligar-se de qualquer subordinação ao latifúndio e ao imperialismo*". Dessa maneira,

"ao terminar esse processo de desligamento, adquirem traços nacionais inequívocos, de que o Exército está mais próximo, neste instante, do que a Marinha e a Aeronáutica, não sendo obrigatório que permaneça até o fim, nesse avanço, já que as outras duas forças, aceleradamente, caminham para emparelhar-se com a de terra, nesse processo de acabamento". (p.406-07)

Para Sodré,

"está claro que esse processo qualitativo, de que surgem Forças Armadas nacionais, na exata e verdadeira significação, decorre do processo global por que passa o Brasil - o processo que se convencionou conhecer como Revolução Brasileira". (p.407-08)

Justificando o seu posicionamento perante a participação das Forças Armadas no processo da chamada *Revolução Brasileira*, o militar defende que

"o avanço do país está ligado à organização, ao aparelhamento, à melhoria, à eficiência de suas Forças Armadas e não ao antípoda disso. Está ligado ao cumprimento, pelas Forças Armadas, de sua missão precípua e específica, e não ao cumprimento de outras missões, de natureza especificamente e ostensivamente política, que cabem a outras forças. É na medida em que as Forças Armadas asseguram as liberdades democráticas que o país avança, inexoravelmente, para a realização de seu destino nacional. É nessa medida que as Forças Armadas isolam e asfixiam o latifúndio e o imperialismo, incompatibilizados com toda a qualquer liberdade democrática e cuja única saída é o golpe contra as instituições democráticas, como tantas vezes empreenderam, com alguns triunfos parciais e transitórios que, sem a menor dúvida, atrasaram o nosso processo histórico". (p.408-09)

Concluindo o seu argumento em defesa do posicionamento político autonomista das correntes nacionalistas das Forças Armadas, Sodré é inequívoco no confronto com os setores militares que empreenderam o golpe de 1964, isso em 1965, pouco após o golpe:

“...Ao participar, como instituições, da gigantesca tarefa de desenvolvimento em bases nacionais, pelo aproveitamento das riquezas naturais em benefício do país, e não de outros países, as Forças Armadas colocam-se, inevitavelmente, ao lado das forças populares, e distanciam-se, inevitavelmente, do latifúndio e do imperialismo, os interessados em transferir tais riquezas ao exterior, em entregá-las aos trustes e monopólios externos. Esse papel é fundamental, indissolúvelmente ligado ao de assegurar as liberdades democráticas, e define o caráter nacional das Forças Armadas, e tem um conteúdo político profundo, sem ter, de outro lado, qualquer sentido de participação política, enquanto atividade partidária de sentido tradicional. As Forças Armadas são um partido político de conteúdo nacional, que não participa de atos eleitorais, que não se insere na linha de organizações especificamente políticas, dentro dos limites indicados. Sua sorte está ligada ao desenvolvimento do país, e esse desenvolvimento só é possível em bases nacionais”. (p.409)

Definidas as teses sobre a missão das Forças Armadas em cada uma das três fases históricas acima relatadas, Sodré concluiu que

“é possível ter uma idéia nítida do longo caminho percorrido pela evolução das Forças Armadas brasileiras, e das alterações que sofreram ao percorrê-lo, pelo simples confronto do que constituía a missão delas, no passado, e do que constitui essa missão, no presente”. (p.404-05)

Esse ponto sustenta o fio condutor da obra e justifica a colocação final, por parte de seu autor:

“Haverá uma hierarquia mais sólida, uma ordem mais estável, uma subordinação mais consciente, na medida em que as Forças Armadas completem a sua transformação em instituições nacionais. Com a aceitação plena de que só é nacional o que é popular”. (p.410)

Conclui-se que, na perspectiva werneckiana, as Forças Armadas seriam as fiadoras essenciais da *democracia*, uma vez que a elas caberia *“assegurar as instituições democráticas e a livre expansão econômica nacional”*, cumprindo o papel de ser um *“partido político de conteúdo nacional, que não participa de atos eleitorais”* e que deveria caminhar perfilado ao *“lado das forças populares”*. Por paradoxo, sua concepção parece confiar mais na fiança da força das armas do que na vivência dos conflitos inerentes aos processos democráticos.

A série de três artigos, denominados “*História do ISEB*”: “*Formação*”, “*Crise*” e “*Fechamento*”, publicados na revista “*Temas de Ciências Humanas*”⁶³ constitui a base do outro livro que será focalizado. Esses artigos estão - na revista - produzidos em sua forma original. À medida que ambos os textos são rigorosamente fiéis em suas idéias centrais, a descrição seguinte é válida tanto para os artigos como para o livro. Este é intitulado “*A Verdade sobre o ISEB*”, publicado pela Avenir Editora, em 1978, na coleção denominada “*Depoimento*”. Trata-se de obra na qual Sodré pretendeu dar a sua versão sobre a função histórica cumprida pelo ISEB na vida política brasileira entre os anos cinqüentas e sessentas, a partir dos seus relatos sobre a “*Formação*”, a “*Crise*” e a “*Extinção*” do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

No entendimento de Sodré, a formação do ISEB foi profundamente condicionada pelas relações políticas internacionais, segundo o contexto conjuntural da *Guerra Fria* e de suas repercussões nos embates ideológicos da política interna brasileira dos anos cinqüentas. Para ele, não é possível afastar da origem intelectual do ISEB - encontrada nos quadros do IBESP, Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - uma base de pensamento social vinculada ideologicamente ao corporativismo varguista. Segundo sua definição, o *aparelho de Estado* isebiano teria nascido com ligações políticas profundas com a herança do getulismo, por um lado, e alinhado estruturalmente às teses econômicas do pensamento cepalino, por outro, ambos fontes do ideário desenvolvimentista defendido por Juscelino Kubitschek.

O papel do ISEB, na visão de seus fundadores - Sodré foi um deles, compondo posteriormente a sua vertente esquerda com Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier, dentre outros - seria o de constituir uma elite intelectual consciente da realidade brasileira, pronta para nela *intervir* por meio da elaboração de uma *ideologia do desenvolvimento nacional* em

⁶³. Editora Grijalbo, nº 1, 2 e 3, 1977 e 1978.

bases capitalistas e, portanto, democrático-burguesas. Multifacetada do ponto de vista ideológico, caberia a essa *intelligentsia* brasileira, aos membros do ISEB, o papel de produzir aquela *ideologia desenvolvimentista* burguesa. Por isso, diz Sodré,

“a heterogeneidade marcava a própria origem do ISEB, viscerava a sua criação. E a estrutura do ISEB refletia essa heterogeneidade; era pretenciosa, agigantada, supérflua e superada desde a origem”.
(p.13)

No aspecto político, a vitória eleitoral juscelinista colocou a *ideologia desenvolvimentista* isebiana no centro das atenções na medida da divulgação do *Plano de Metas* para o país, elaborado por Roberto Campos, homem de pensamento liberal, defensor de teses econômicas contrárias às que eram propostas pelo ideário cepalino, e também isebiano desde os primeiros momentos da instituição. Aconteceu uma profunda cisão⁶⁴ política entre os chamados “*nacionalistas*” e os “*entreguistas*” no interior do ISEB, cisão essa provocada por aquela heterogeneidade ideológica fundamental que configurava os quadros componentes do Instituto. No dizer de Sodré, o *Plano de Metas* tratava de

“acelerar o crescimento da economia brasileira pela generalização e aprofundamento das relações capitalistas, segundo projeto apriorístico, conciliando essa aceleração com os interesses do imperialismo e do latifúndio, mantida a estrutura agrária tradicional”.

Devido à sua marcante intervenção no palco da luta política brasileira, motivada pela ação efetiva de vários de seus membros em diversos núcleos de decisão do Estado, por um lado, e pela militância política desses mesmos, por outro, o ISEB constituiu sintoma e parte

⁶⁴ . Para Sodré, uma “*crise fez com que os professores do ISEB se dividissem. Dividiram-se, essencialmente, a propósito do conceito de desenvolvimento, colocado em destaque, desde a propaganda eleitoral, pelo presidente Juscelino Kubitschek. O ISEB fora fundado com o propósito de criar o que se poderia conhecer como teoria do desenvolvimento. E a crise surgiu, precisamente, do antagonismo entre as duas correntes: uma pretendia que o desenvolvimento deveria repousar principalmente no ingresso massivo de capitais estrangeiros, tratados em regime de privilégio; a outra corrente defendia o oposto, o desenvolvimento deveria alicerçar-se, fundamentalmente, nos capitais nacionais, que deveriam ser protegidos da concorrência alienígena. Acontece que o governo Kubitschek continha, desde a fase da propaganda, a mesma contradição: ao mesmo tempo em que se propunha (e executou) grandes obras destinadas a fortalecer a estrutura econômica do país, obedeceu, como seguidor da Instrução 113 da extinta SUMOC (hoje Banco Central), germinada na rápida passagem de Eugênio Gudin pelo Ministério da Fazenda de Café Filho, e do Plano de Metas, elaborado pelo economista Roberto Campos, e que acobertava as deformações que esse ingresso acarretou, reduzindo o desenvolvimento ao simples esforço de alcançar determinados índices numéricos, nos diversos setores da produção, facilitando e protegendo a entrada de grandes capitais estrangeiros”.* Tudo é política. ISEB: Quarenta anos depois, p.111-112.

evidente da crise política brasileira entre 1955 e 1964. Para se proceder a uma análise histórica sobre o ISEB, seria preciso levar em conta, de acordo com Sodré, a compreensão das injunções políticas desse período, tanto no âmbito das questões internas do Estado, quanto na esfera dos embates da luta política pelo controle hegemônico deste.

Em seu depoimento, Sodré estabelece o papel político contraditório desempenhado pelo ISEB nesse processo e aponta as suas profundas contradições teóricas internas como o ponto de apoio utilizado pela direita para destruí-lo, primeiro por meio de longa campanha difamatória em artigos publicados na grande imprensa, e depois pela própria destruição física desse Instituto de Estudos, em 1964. O autor encara o problema da necessidade da direita de destruir o ISEB como uma questão maior ligada a uma luta ideológica de grande alcance, travada no campo da cultura, luta essa relativa ao problema da bipolarização ocasionada pelo conflito leste-oeste, que necessitava, internamente, do pleno exercício da propaganda anticomunista norte-americana devidamente incutida na mente das classes dominantes brasileiras. Por isso, em seu ponto de vista, as crises internas vividas pelo ISEB foram sempre bem manipuladas pela imprensa ligada aos grupos conservadores, por meio da publicação constante de deformações dos fatos pertinentes aos seus embates políticos internos, nas formas de *“mentira-notícia”* ou *“mentira-artigo”*. Na conclusão do seu depoimento, denominada pelo autor de *“A Expição”*, ele diz que

“seria longo alinhar os dados da campanha contra o ISEB, desenvolvida nos tormentosos anos de 1961, 1962 e 1963”. Para ele, essa campanha “se inseriu naquela que, visando possibilitar a destruição do regime democrático, alcançou seu clímax no primeiro trimestre de 1964 e culminou com o golpe de abril”. (p.64-5)

Submetido à prestação de uma longa série de depoimentos nos IPMs instaurados pela ditadura logo após o golpe militar, Sodré desenvolveu uma compreensão relevante quanto ao papel estratégico que foi atribuído ao ISEB, tanto pela direita quanto pelos militares a seu

serviço. Segundo essa compreensão, aqueles setores definiram o “*Instituto*” da seguinte forma:

*“...o ISEB tivera duas fases; a primeira fora normal - governo Café Filho e parte do governo Kubtschek - mas a segunda fora claramente subversiva e começara com a cisão, no ISEB, de que resultara o afastamento de figuras como Roberto Campos, do Conselho Curador, e de professores como Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos; a partir daí, por força de um golpe, com a alteração da estrutura interna, passando todo o poder à Congregação e estando esta ‘infiltrada’ por elementos comunistas, tivera início a fase subversiva”.*⁶⁵

Nesse sentido, continua Sodré,

“eu partilhara das responsabilidades da mudança da primeira para a segunda e, pertencendo à Congregação todo o poder, e sendo eu participante da Congregação, era co-réu dos crimes desta. Estes crimes eram sempre os mesmos, em todos os interrogatórios: ter elaborado um folheto para influir no plebiscito realizado no país e que liquidaria o parlamentarismo; ter ensinado a estudantes e a operários; ter ensinado desta ou daquela maneira; ter difundido o marxismo; e coisas do mesmo teor. (...) O ISEB era foco subversivo, dos principais que Moscou determinara fossem organizados no Brasil; permitia a ‘infiltração’ de elementos subversivos no ensino superior e no Ministério da Educação e Cultura; destinava-se a conduzir a luta ideológica marxista nos meios intelectuais e estudantis, principalmente. No particular relativo à História Nova, os elementos que nela trabalhavam eram comunistas, haviam sido recrutados pelo Partido Comunista, refletia a ‘infiltração’ dos comunistas naquele Ministério, elaborara livros destinados à propaganda marxista e à ‘desmoralização dos nossos heróis’”. (p.89-90)

O ISEB passou a significar para os setores da direita, segundo o autor, um foco de “*luta ideológica marxista*” por ter “*optado por uma posição nacionalista*” (p.71) que reconhecia estrategicamente o papel da burguesia no processo histórico da *Revolução Brasileira*. Sendo assim, para Sodré, a sua “*expição*” era necessária, a partir da ótica dos atores à direita do cenário político, embora difícil de ser compreendida, porque seria produto de uma confusão ideológica na qual a própria burguesia se teria envolvido, uma vez que o seu papel seria o de somar com as forças nacionalistas na luta e na defesa da causa democrática.

Quanto ao Partido Comunista Brasileiro, definiu-se no primeiro capítulo (p.22-23) que *para os comunistas, os entraves ao desenvolvimento brasileiro eram o imperialismo e o*

⁶⁵ . Néelson W. SODRÉ: *História do ISEB: Fechamento*, in “*Temas de Ciências Humanas*”, nº 04, São Paulo, 1978, p. 86.

latifúndio, e que *este quadro conjuntural* estaria a justificar *uma aliança estratégica dos setores que não estivessem presos a estes interesses, que deveriam, por isso, formar uma Frente Nacionalista e Democrática*, que lutaria *pacificamente* pelo exercício pleno *democracia* no país. Em consequência, de 1960⁶⁶ em diante, partindo da idéia de que a *Revolução Brasileira* tinha um caráter *antiimperialista, antifeudal, nacional e democrático*, os *comunistas* orientaram a sua ação política no sentido da tentativa de conquista do poder *pela via pacífica e eleitoral*. Ficou estabelecido ainda, nesse capítulo, que Sodré foi *um dos principais ideólogos deste partido*, sendo, portanto, *um dos articuladores das posições tomadas por seu Comitê Central naquele momento*.

Ora, se as constatações anteriores são corretas, relativamente ao seu modo de entender o papel do Exército, do ISEB e do PCB, está definida a forma werneckiana de compreender o papel da *democracia* na vida política brasileira, partindo, é claro, daqueles dois conceitos distintos com os quais ele operou: o *pragmático* e o *ideal*.

Fica também entendida a articulação que Sodré fez entre a proposição de um projeto político democrático-nacionalista para o Brasil e a proposta da *revolução* que viria encaminhar, executar e dar *acabamento* a esse projeto – a chamada *Revolução Brasileira*. Para ele, o projeto democrático-nacionalista estava embutido necessariamente no contexto da *Revolução Brasileira*, esse era o esteio ideológico do seu processo e instrumento político principal para a sua realização, porta de acesso para o encaminhamento na direção para a etapa futura do socialismo.

Na fase madura e final de sua vida, Sodré reafirmou a defesa das linhas mestras do pensamento que estruturou ao longo de sua vida, confirmando a centralidade que atribuiu à

⁶⁶ . Os efeitos políticos do processo de *desestalinização* fizeram-se sentir mais fortemente no Brasil em 1962, quando a militância do PCB, naquele momento na clandestinidade, dividiu-se seriamente quanto ao *"revisionismo"* soviético. Essa cisão deu origem a um novo partido comunista. De um lado, o PCB manteve-se ligado à Moscou e continuou o encaminhamento da sua ação política pela via institucional, no sentido já colocado nesse trabalho. Por seu turno, o novo partido, PC do B, recusou a *"revisão"* proposta por Moscou, adotando uma linha de ação política fiel à ortodoxia anterior que caracterizava a visão comunista, ligando-se à uma concepção que, *grosso modo*, passou a ser definida como *chinesa* ou *maoísta*.

democracia como condição *sine qua non* para o avanço do processo político na direção do atendimento às demandas populares. Em 1978⁶⁷, no contexto da luta pela redemocratização do país, ele entendia que

“... o problema democrático está na raiz de todas as soluções e de todas as fórmulas. Na medida em que, realmente, na prática e não apenas nas letras de atos de governo ou de leis, vigorem condições democráticas de vida é que o processo avançará. Sem a ampliação do espaço democrático tudo o mais será impossível. É muito difícil, sempre, estabelecer prioridades para um processo histórico que depende de variáveis numerosas. Tudo está relacionado com tudo e a complexidade da estrutura social brasileira encontra conseqüências na atividade política, tornando-a, por vezes, aparentemente confusa. É alentador verificar que, apesar disso, sente-se o esforço, ainda disperso, no sentido de colocar o problema democrático como condicionador de tudo”. (p.80)

Se a vigência de *condições democráticas de vida* era condição para avanço político, a organização da cidadania a partir da prática democrática, que levaria à reconquista da *democracia*, devia ser estimulada:

“... todas as formas de organização em que a forma seja democrática, isto é, que surja do consenso, que una, que agrupe, que, permita avançar, e que, conseqüentemente, resulte de pronunciamentos livres e de necessidades legítimas de representação e de ação, merecem estímulo e defesa. A proliferação dessas formas organizativas constituirá aquilo que alguém conheceu como tecido democrático, isto é, uma seriação de agrupamentos, nascidos de necessidades sociais e políticas, e fundados na livre opinião e no movimento livre de seus componentes, que podem assumir as formas mais diversas, desde as do clube desportivo até as dos centros de estudo, passando das associações de bairro às entidades religiosas. Na medida em que os cidadãos se habituem a agrupar-se e organizar-se, e na medida em que, para isso, compreendam que o meio é legitimação pela escolha livre de formas, de estrutura e de direções, o processo democrático avançará e as reivindicações democráticas, crescentes numa sociedade avançada, como a nossa já é, começarão a ser ouvidas e atendidas”. (p.81)

Por isso, em 1985⁶⁸, nos instantes finais do regime militar, o autor refletia e indicava caminhos sobre a relação entre cultura, liberdade e *democracia*:

“... Quando se trata, pois, de retorno a condições mínimas de democracia, isto é, de liberdade de expressão, de respeito ao que é nosso, ao que possuímos de autêntico e nos distingue dos outros povos é importante restabelecer as estreitas ligações entre cultura e democracia e lembrar que uma não pode crescer sem a outra e que defender a democracia é o mesmo que defender a cultura e vice-versa. (...)

⁶⁷ . *O problema democrático*, Brasil Democrático, nº 1, Novembro de 1978. In: Tudo é política, p.80-81.

⁶⁸ . *A cultura e a democracia*, Jornal do País, Rio de Janeiro, de 31 de janeiro a 6 de fevereiro de 1985. In: Tudo é política, p.84-85.

Não é demais, portanto, numa fase como esta, lembrar a importância da vigência de normas democráticas de vida política para que voltemos a ter condições de fazer avançar a cultura nacional. Democracia é liberdade - de opinião, de expressão, de organização, de reunião - e liberdade em que coexistem, sem ameaças, e sem discriminações de qualquer espécie, tendências diversas e se possibilita a discussão de idéias, de teses, de rumos, de soluções, de formas de expressão artística também, em todos os domínios: cinema, teatro, imprensa, rádio, televisão. Que o público a todas tenha acesso e que julgue. E que, nesse julgamento, pelo monopólio dos meios de comunicação como pela censura policial, ambos nefastos, aquilo que conhecemos como 'gosto' não seja transformado nas manifestações mais grosseiras importadas e impostas como o melhor, quando não passam, na própria origem, do lixo de uma cultura em decomposição".

Onze anos depois⁶⁹, aparece a fala do crítico aos rumos tomados pelo regime democrático no Brasil. Sodré, em primeiro lugar, recorre à teoria, para em seguida tecer a crítica que fundamenta a defesa dos postulados da *democracia de massas*:

"... Nos quadros da democracia burguesa, é preciso lembrar, para uma análise preliminar, o fenômeno histórico da dualidade: a democracia é, de um lado, a forma assumida pela dominação burguesa na fase da concorrência; mas, de outro lado, é na decorrência da expansão do capitalismo, na sua fase ascensional, que a luta de classes e a correlação de forças obrigam a que o exercício dessa dominação se processe no marco das normas democráticas. A etapa imperialista acarreta o esforço da democracia burguesa para reduzir a vigência das normas e franquias alicerçadas em grandes lutas passadas. O imperialismo, apogeu do desenvolvimento capitalista, torna cada vez mais instável a referida vigência. Ele sempre visou àquilo que o autoritarismo concretizou, sempre que possível: a progressiva eliminação dos direitos democráticos. O neoliberalismo, etapa e forma atual do imperialismo, tende, por isso mesmo, e com o poderoso instrumento do monopólio da informação, a levar essa eliminação à etapa final: é o 'fim da história'. Exercendo a dominação, a burguesia, na etapa atual do desenvolvimento do capitalismo, busca a limitação, a até a extinção dos direitos democráticos. Mas, ao mesmo tempo, apresenta esses direitos, que lhe foram arrancados, como sua criação e benemerência, buscando manter a ilusão de que tais direitos, na forma como existem, asseguram espaço suficiente para o exercício da cidadania a todos. (...) Trata-se de levantar a bandeira da democracia contra essa degradação. A tradição democrática pertence ao povo, e não aos monopólios. O exercício da democracia deve visar à etapa da democracia de massas. A democracia não existe quando o seu espaço e a sua vigência são estreitos, são limitados, próprios de minorias. Ela só existe quando vigora para amplas maiorias. Aí ela está viva". (p.116-17)

⁶⁹ . *Imperialismo e Neoliberalismo*, Princípios, São Paulo, outubro de 1996. In: Tudo é política, p.113-23.

Ou seja, na compreensão werneckiana, a *democracia burguesa* só tem sentido se apontar para o seu próprio fim, estabelecido pela conquista da *democracia de massas*.

Retomando sua análise teórica, o intelectual entende ser necessário novamente

“definir o conceito de democracia, tão falseado e conspurcado na sua vulgarização e desmoralização. A democracia, no fim das contas, é determinada pelas relações de propriedade e de poder. São os avanços nessas relações que definem o avanço democrático. Os recuos nela denunciam alterações negativas. Essas diferenças positivas e negativas, no grau de democratização e nos limites da formação burguesa, definem etapas de desenvolvimento da democracia”. (p.117)

Nesse sentido, o autor compreende ser a *democracia* um regime cujo conteúdo político essencial

“ultrapassa em muito a realização de eleições. As eleições, isto é, o provimento do poder pela escolha popular, são um elemento da democracia. Isoladamente, e nas condições do Brasil, elas aparecem como o engodo de apresentar a parte como o todo. A estrutura da sociedade brasileira retira ao processo eleitoral a característica democrática. Esse processo, no seu formalismo, é uma espécie de concessão às aparências. A subordinação do processo eleitoral à triste realidade de uma estrutura social que o desfigura denuncia a presença, no Brasil, de uma sociedade autoritária, elitista e excludente. A luta política, nas proporções agudas mas difíceis com que ela se apresenta hoje, entre nós, exige a aceitação da situação concreta, incorporando à teoria a dose de pragmatismo inerente à realidade. A política, é bom não esquecer, é o manejo dos da dos que a realidade apresenta”. (p.118-19)

O país havia reconquistado as formalidades do regime democrático, mas as perspectivas do seu exercício *popular* se apresentavam sombrias para Sodré⁷⁰. Sua forma de ver as relações entre o processo de *globalização* econômica, o *neoliberalismo*, a problemática do poder da *mídia* e a política nacional não dá margem a dúvidas: a *democracia* burguesa seguiu caminhos muito distantes daqueles vislumbrados pelos nacionalistas de esquerda nas décadas de cinquenta e sessenta. No seu modo de ver,

“... com o neoliberalismo, a questão central, em termos nacionais, é, justamente, precisamente, claramente, a do controle do poder e a liberdade do seu uso. Para isso, agora, não é necessário o emprego de militares, detentores de armas. (...) A força, hoje, reside no controle do poder, e este é exercido pela mídia, particularmente a eletrônica. Tudo isso, e particularmente essa singularidade, a que retirou às Forças Armadas a condição de arbitrar a conquista e a manutenção do poder, alterou

⁷⁰ . *A marcha para a ditadura*, Jornal Inverta, de 5 a 11 de novembro de 1996. In: Tudo é política, p.125-26.

fundamentalmente o conceito de democracia. O conceito antigo, que vem dos gregos, como é sabido - pelo menos a palavra, porque os gregos antigos viviam o escravismo - define o povo como árbitro da democracia. No Brasil, conhecemos muito, por experiência longamente ancorada no tempo, o que se denomina democracia e que nada tem a ver com povo. Mesmo resumida, como às vezes acontece, e acontece aqui, aos atos eleitorais. Para os incautos, realmente, haver eleições e serem elas o caminho para preenchimento das funções públicas, para o provimento do poder, define a existência da democracia. Democracia e eleições têm, realmente, um certo parentesco. Mas são coisas diferentes. Aqui, há chamadas eleições. Mas não há democracia. Democracia é muito mais do que simples atos eleitorais. Os donos do mundo e os reguladores do regime dos países latino-americanos, os que determinavam a implantação de ditaduras, antes, adotaram, com a globalização e o neoliberalismo, outra terapêutica. Não por acaso onde, antes, surgiam ditaduras, agora surgem subprodutos, como Salinas, no México, em 1988; Menen, na Argentina, em 1989; Carlos Andres Perez, na Venezuela, em 1989; Fujimori, no Peru, em 1990; Collor, no Brasil, em 1990; e, culminando a série gloriosa, Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, em 1994. Todos sabemos o que foi o pleito que levou este ao poder, uma simples e expedita proeza da mídia. A reação não hesita nem um pouco em violar a lei, a norma jurídica, quando persegue os seus propósitos. Ao emergirmos da chamada ditadura militar - tão malsinada, hoje, pelos que a usaram e dela abusaram antes - a reação exerceu uma atividade incansável para que o nosso povo não conhecesse a democracia, isto é, o regime em que o povo governa e que não se resume em atos eleitorais”.

Aqui está um democrata de esquerda *pragmático e idealista*, que acreditou firmemente em uma saída *nacional-autonomista para o Brasil*, que via no *desenvolvimento econômico o meio principal para a conquista da autonomia nacional e para o avanço do processo político de acabamento da revolução burguesa*. Eis um *homo politicus* na acepção correta do termo, que entendia residir na *política a única possibilidade de se tecer um caminho na direção do futuro socialista*, e que, para alcançar esse ideal histórico, encontrou na *democracia o caminho de passagem para a sua realização*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema principal a ser resolvido nesse trabalho constituiu o desenvolvimento de uma compreensão sobre o papel social e político desempenhado por Nélson Werneck Sodré na vida e na cultura política brasileira contemporânea. Para isso, fez-se uma opção teórica definida por um recorte político, buscando estudar e compreender a sua obra escrita a partir dos eixos temáticos da *questão nacional*, da *política* e da *democracia*. Esse recorte e este estudo deram, ao longo deste trabalho, embasamento para que seja possível agora firmar convicção de que este papel é de grande importância. Aquilo que conhecíamos por impressões e depoimentos de muitos que viveram de perto o processo político brasileiro das décadas de cinquenta e sessenta, pode ser agora provado: aqui está um dos mais importantes pensadores políticos brasileiros do século XX, que deve, por isso, ser estudado amiúde.

No primeiro momento do texto, quando foi delimitada a agenda política dos anos cinquenta e sessenta a partir do *nacional-desenvolvimentismo*, pretendia-se situar as principais posições e discussões que estavam em pauta no momento político no qual Werneck Sodré produziu a parcela mais importante da sua obra. Ali viu-se que o problema do *desenvolvimento* passou a ser o elemento central de toda a ação política, uma vez que, a despeito de suas colorações políticas ou ideológicas, intelectuais e homens públicos orientaram a maior parte das suas reflexões e ações a partir da problemática do *desenvolvimento econômico*. Constatou-se também que a *ideologia nacional-desenvolvimentista* assumiu, no governo Kubitschek, um caráter *hegemônico* no que diz respeito ao fato de o processo político passar a ser conduzido a partir das suas formulações. Ficou colocado, no entanto, que no curso desse processo houve discordâncias e oposições. Inserido efetivamente na pauta da agenda pública brasileira, o tema *desenvolvimento* foi motivador de um intenso processo de luta política e ideológica em torno das opções possíveis de condução do processo. Nesse sentido, no interior dessa luta política, Sodré foi localizado no campo dos divergentes em relação ao *desenvolvimentismo*, embora fosse oficial do

exército, isebiano de *primeira hora* e um dos articuladores do pensamento e da estratégia política do PCB. Esse *pano de fundo*, como não poderia deixar de ser, influenciou decisivamente a sua militância política e as condições de produção do conjunto da sua obra.

Por isso, no tocante à sua biografia e às concepções teóricas que desenvolveu, deve-se ter sempre em mente que essas influências estão presentes de modo contínuo. O momento mais importante de sua militância política aconteceu, como foi definido no segundo capítulo, em pleno período de *democracia populista*, entre os governos Dutra e Goulart. Essa militância foi voltada para a construção estratégica do ele denominou de *pensamento nacionalista*, formulando esse pensamento a partir de uma compreensão marxista dos processos de transformação da sociedade. Sodré agiu intensamente no epicentro da luta política brasileira entre as décadas de cinquenta e sessenta, envolvendo-se diretamente no conflito entre as opções *nacionalista* e *entreguista*. Pare ele, o *nacionalismo* não era um ideário que se esgotava em si mesmo – apenas no desenvolvimento do capitalismo brasileiro em bases auto-sustentáveis e conduzido pela burguesia nacional –, mas sim era uma porta a abrir possibilidades para a aceleração do desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil, modo pelo qual seria possível apressar – pelo esgotamento ulterior desse mesmo processo –, o advento histórico da etapa socialista.

Os principais conceitos presentes em sua obra foram estabelecidos entre 1946 e 1964, marcando presença relevante na história de nossa vida intelectual. Seu principal momento de estudo de teoria marxista, simultâneo à militância no Partido Comunista Brasileiro – refletindo essa militância em sua atuação docente no ISEB, em sua atuação no oficialato militar e no papel que desempenhou na vida cultural e política do país – aconteceu também nesse período. Teoricamente próximo de Marx e das concepções soviéticas do marxismo, Sodré entendeu a política e os seus desdobramentos, tais como o papel exigido das esquerdas no processo político, a função histórica dos partidos e os conceitos construídos pela sua visão

da realidade social brasileira. A clareza obtida em relação à sua biografia e as concepções teóricas que abraçou, tornou possível o trabalho específico com os três pontos fundamentais que configuram o seu pensamento político: *Nacionalismo, Política e Democracia*, assuntos que constaram do capítulo conclusivo. Ali, pretendia-se demonstrar a sua compreensão sobre o significado do *nacionalismo*, do problema do *desenvolvimento* econômico, evidenciar como ele concebeu a *política* e, finalmente, definir o significado que ele atribuiu à *democracia*.

De acordo com a concepção werneckiana, o *nacionalismo* consistia em um instrumento de luta política e tinha uma função objetiva: ser o fundamento ideológico dessa luta. Por isso ele carregava um “conteúdo libertador”, além de trazer consigo “uma verdade” que refletia o “quadro histórico” daquele momento político. O seu sentido *libertador* era resumido na possibilidade que ele oferecia ao Brasil de realizar-se como *Nação*, significando a oportunidade de passar a administrar com plena autonomia as duas faces de uma mesma moeda: a política e a econômica. A carência de liberdade na política significava a impossibilidade de gerenciamento autônomo da política econômica, e vice-versa. Daí a pauta do *nacionalismo* werneckiano: “ideal democrático” sustentado pelas “classes em ascensão”, a saber, burguesia e proletariado. Esse autor via no *nacionalismo* o elo que possibilitaria a aliança estratégica entre aquelas classes, no sentido da luta pela superação do *atraso* e da *estagnação*. Essa era a função maior do *nacionalismo*: unir as classes em uma luta comum pela “defesa do que é nacional em nós”. A obra werneckiana é tocada por inteiro pela *questão nacional*, e a sua forma peculiar de encará-la, vendo no *nacionalismo* a base ideológica para a condução e o sucesso de uma luta maior, fez dela um dos baluartes do pensamento *nacionalista* brasileiro.

No que diz respeito ao problema do *desenvolvimento* econômico, concluiu-se que, para Sodré, este constituía o principal meio para a conquista da autonomia nacional e para o avanço, portanto, do processo político da *Revolução Burguesa*. O *desenvolvimento* tinha um

papel a cumprir nesse processo: acelerar o ritmo da *Revolução Brasileira*, levando o regime da livre acumulação ao seu pleno desenvolvimento e à autonomia em relação aos centros hegemônicos do capitalismo. Em contrapartida, constatou-se que, a despeito de firmarem posição convicta quanto ao papel ativo do *desenvolvimento* econômico no processo da *Revolução Burguesa*, os ideólogos nacionalistas não apresentaram, efetivamente, uma *agenda positiva* para a condução do processo com a racionalidade necessária. Como consequência, em função desse papel a ser cumprido, a necessidade primeira do *desenvolvimento* econômico foi a armadilha que aprisionou os nacionalistas de esquerda e os conduziu a sucessivas derrotas políticas desde o início dos anos cinqüentas. Entendeu-se ainda que, presa pela armadilha da ideologia que ela própria criou, essa força política viveu em estado de constante *perplexidade* diante do curso do processo que acontecia sob os seus olhos, contribuindo, malgrado suas intenções, com a desarticulação de uma luta que já era histórica: a luta pela implantação do projeto da via nacional-autonomista de desenvolvimento econômico.

Werneck Sodré concebeu a *política* como *locus* privilegiado no qual “os interesses econômicos das classes” encontrariam a “sua expressão mais completa e multilateral”. “Nascida da economia, a política” exerceria uma “enorme influência sobre ela e em toda a marcha do desenvolvimento social”. Para ele, a partir da sua leitura do marxismo, “o desenvolvimento da economia” seria a alavanca que impulsionaria “a mudança do regime social”, e essa transformação resultaria “da atividade consciente do povo, baseada na política”. A concepção werneckiana de política foi fundada em uma leitura leninista do marxismo e foi um dos pilares de sustentação do pensamento desse intelectual. Sodré via na política a única possibilidade de tecer um caminho na direção do futuro socialista. Por isso ele viu um sentido principal na política: o da ação para “a mudança do regime social”. No seu caso, essa ação seria articulada em etapas, primeiramente contidas nos parâmetros definidos pela vida política institucional, investindo na ampliação, aprofundamento e consolidação do

regime democrático pela via do apoio estratégico ao processo da *revolução burguesa*. Em função dessa concepção de ação política, ele via como necessária a costura de uma ampla aliança de classes que tornasse viável a luta antiimperialista, que foi um dos elementos centrais da sua proposta de ação política.

Este trabalho foi concluído com o significado que Sodré atribuiu à *democracia*. Para ele, a *democracia* era o único meio para que a *revolução burguesa* concluísse o seu processo, permitindo a possibilidade do avanço histórico na direção do socialismo, forma subsequente de *democracia* a ser exercida a partir das demandas concretas das classes vinculadas ao trabalho. Segundo sua compreensão, a *democracia* constituía meio e fim para a emancipação dessas classes, simultaneamente, entendendo essa emancipação sob uma dupla perspectiva: a da burguesia nacional, que se tornaria *livre* da tutela do capital internacional e do imperialismo; e a da classe trabalhadora, que estaria a trilhar mais uma etapa do caminho da construção do socialismo. Por isso ele operou com dois conceitos distintos de *democracia*, um pragmático e outro ideal: o primeiro voltado para o contexto estratégico da ação política embutida na proposta da *Revolução Brasileira*, de conteúdo democrático-burguês; o segundo ligado aos princípios de vinculação e *subordinação* diretas da *democracia* às causas populares, de conteúdo socialista. Sempre que possível e até o final de sua vida, Sodré reafirmou a defesa das linhas mestras do pensamento que estruturou ao longo do seu trabalho intelectual, confirmando a centralidade que atribuiu à *democracia* como condição *sine qua non* para o avanço do processo político na direção do atendimento às demandas populares. Na compreensão werneckiana, a *democracia burguesa* só teria sentido se apontasse para o seu próprio fim, necessariamente estabelecido pela conquista futura da *democracia de massas*.

Está cumprida a finalidade que foi estabelecida no início deste estudo, qual seja a de compreender o papel desempenhado por Nélon Werneck Sodré na vida e na cultura política brasileira, enquanto personagem ativo no cenário das principais lutas sociais ocorridas no

Brasil do século vinte. Os objetivos que foram propostos estão concretizados, uma vez que está posto, por meio deste trabalho, o entendimento dos nexos principais que fundamentaram o pensamento político werneckiano, a partir dos eixos temáticos da *questão nacional*, da *política* e da *democracia*. Ao mesmo tempo, por não terem sido encontrados estudos similares no decorrer do desenvolvimento desse projeto, firma-se a convicção de estar aberto doravante um campo de pesquisa com este trabalho de prospecção, levantamento, classificação e análise da obra werneckiana. Esse campo pode ser explorado por outros pesquisadores a partir de diversos enfoques, construindo conhecimento sobre problemas e objetos que ainda estão abertos. Estudos relevantes sobre as relações entre a imprensa escrita e a política, o regime militar de 1964, a história política brasileira e os fundamentos sociológicos da produção literária, podem ser realizados a partir dos resultados ora apresentados. Essa contribuição põe em pauta o registro da visão de mundo e da ação política de um dos mais produtivos intelectuais brasileiros do século vinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Da obra werneckiana:

SODRÉ, Néelson Werneck.

Introdução à revolução brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

Ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

Quem é o povo no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

História da burguesia brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Memórias de um soldado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Fundamentos do materialismo histórico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Fundamentos do materialismo dialético. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Fundamentos de economia marxista: a economia capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Memórias de um escritor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. Vol. 1 / Formação.

História do ISEB: Formação, crise e fechamento. In: Temas de Ciências Humanas, 1, 2 e 3. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

A verdade sobre o ISEB. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

História e materialismo histórico no Brasil. São Paulo: Global, 1985.

História da história nova. Petrópolis: Vozes, 1987.

Tudo é política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

2. Outras obras referidas:

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil - 1962 a 1964.

São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.

BEIGUELMAN, Paula. O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito.

Revista Tempo Brasileiro, nº 11/12, p.127-150, Rio de Janeiro: 1966.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956 - 1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____ A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____ O governo Jânio Quadros. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOITO JR., Armando. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. São Paulo:

Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

_____ e Enzo Faletto. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

_____ Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____ Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?

Revista Estudos Cebrap, vol I, p. 25-45, São Paulo: 1971.

CARDOSO, Mírian Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento brasileiro: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARONE, Edgard. Revoluções do Brasil contemporâneo. São Paulo: Difel, 1975.

_____ A Quarta república (1945 -1964). São Paulo: Difel, 1980.

- _____ A República liberal (1945 - 1964). São Paulo: Difel, 1985.
- _____ O Marxismo no Brasil: das origens a 1964. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CHILCOTE, Ronald H. O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922/1972. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COELHO, Edmundo Campos. Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- COHN, Gabriel. Petróleo e Nacionalismo. São Paulo: Difel, 1968.
- CORBISIER, Roland. Consciência e nação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1950.
- _____ JK e a luta pela presidência: uma campanha civilista. São Paulo: Duas Cidades, 1976, 179 p.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo governo Vargas (1951 - 1954): democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- DEBERT, Guita Grin. A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG). São Paulo: USP, 1986. Tese de Doutorado.
- DEBRUM, Michel. O problema da ideologia do desenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Fac. Ciências Econ., vol. II / nº 2, p. 236-279, B. Horizonte: 1962.
- _____ A Identidade Nacional Brasileira. Revista Estudos Avançados USP, vol. 4 / nº 8, p. 34-49, São Paulo: 1990.
- DUARTE, Osni Pereira. O ISEB: o desenvolvimento e as reformas de base. Revista Brasiliense. São Paulo: 1963, nº 47.
- FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo / EDUSP, 1975.
- FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre a mudança social no Brasil, Revista

Brasileira de Estudos Políticos - UMG - nº 15, p. 32-71, B. Horizonte: 1963.

_____ A Revolução Brasileira e os intelectuais. Revista Civilização Brasileira, vol. 2, p. 235-377, São Paulo: 1965.

_____ Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____ Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____ A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Oliveiros S. As Forças Armadas e o desafio da revolução. Rio de Janeiro: G.R.D., 1964.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. O tempo das ilusões. In: Ideologia e mobilização popular. (co-autoria com Marilena Chauí). Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1978.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. As elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra. São Paulo: USP, 1985. Tese de Doutorado.

FREITAS, Marcos César de. Álvaro Vieira Pinto – A personalidade histórica e sua trama. São Paulo: Cortez, 1998.

FURTADO, Celso. A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____ Formação econômica do Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.

_____ A Formação do estado populista na América Latina. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GRAÇA, Arnóbio. O nacionalismo brasileiro e a cultura americana. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 10, p. 23-33, B. Horizonte: 1961.

GUILHERME, Wanderley. Desenvolvimentismo: ideologia dominante. Revista Tempo Brasileiro, nº 2, p.155-192, Rio de Janeiro: 1962.



HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Cultura e participação nos anos 60. São Paulo:

Brasiliense, 1986.

IANNI, Octávio. Industrialização e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 1963.

_____ Estado e capitalismo, estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

_____ O Colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____ Formação do Estado populista na América Latina, São Paulo: Ática, 1989.

IANONI, Marcus. O PCB e a revolução brasileira. São Paulo: PUC, 1991. Dissertação de Mestrado.

JAGUARIBE, Hélio. O Problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional.

São Paulo: Federação e Centro das Indústrias, 1956, 68 p.

_____ A Filosofia no Brasil. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. 54 p.

_____ Condições institucionais do desenvolvimento. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____ Nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. 305 p.

_____ A renúncia do Presidente Quadros e a crise política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Fac. Ciências Econ., vol. I / nº 1, p.272-311, B. Horizonte: 1961.

_____ ISEB - Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. Cadernos de Opinião, Rio de Janeiro: Inúbia, 14, p. 94-110, out./nov. 1979.

KOLLERITZ, Fernando. Nacionalismo não é para quem quer (segundo período

Vargas) 1951-1954. Revista História - UNESP - vol. 7, p. 13-26, Assis: 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. Ideologia conservadora e mudanças estruturais. Revista Dados,

vol. 5, p. 5-21, Rio de Janeiro: 1968.

_____ O ISEB: notas à margem de um debate. In: Discurso, nº 9, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

- LEBRUN, Gérard: A realidade nacional e seus equívocos. Revista Brasiliense, nº 44, p. 42-62, São Paulo: 1962.
- MARANHÃO, Ricardo. O governo Juscelino Kubitschek: São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MARINHO, Luís Carlos de Oliveira. O ISEB em seu momento histórico. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1986. Dissertação de Mestrado.
- MARTINS, Luciano. Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MELO, J.G. Caio Prado Jr., Revista Brasiliense e nacionalismo. Revista de História da UNESP - vol. 4, p. 27-33, Assis: 1985.
- MORAES, João Quartim de. A esquerda militar no Brasil. São Paulo: Siciliano, 1991.
- MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo: Ática, 1980.
- PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro: 1922-1964. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PAGE, Joseph A. A revolução que nunca houve. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Getúlio Vargas (1883-1954): reexame de alguns mitos. Revista Estudos Cebrap, vol. 10, p. 133-140, São Paulo: 1974.
- PINTO, Álvaro Vieira. Ideologia e Desenvolvimento Nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. 53 p.
- _____ Consciência e Realidade Nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. Vol. I, 438 p. Vol. II, 639 p.
- _____ Indicações metodológicas para a definição de subdesenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Fac. Ciências Econ., vol. III / nº 2, p. 252-279, B. Horizonte: 1963.
- PIRES, Cecília Maria Pinto: O ISEB e a questão do nacionalismo. Rio de Janeiro:

IFCS-UFRJ, 1987. Tese de Doutorado em Filosofia.

PRADO, Júnior Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

_____ *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RODRIGUES, Octávio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

_____ *O pensamento da CEPAL: síntese e crítica - Revista Novos Estudos CEBRAP*, nº 16, p. 9-28, São Paulo: 1986.

SÁ, Willian Ricardo de: *Projeto nacional, justiça social e o valor da democracia: breves considerações a partir da contribuição do ISEB - Revista do Depto. de História da FAFICH / UFMG*. Vol. 5, p. 67-77, B. Horizonte: 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: do nacionalismo ao desenvolvimentismo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Fac. Ciências Econ.*, vol. III / nº 1, p. 271-282, B. Horizonte: 1963.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 - 1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____ *De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo: análise da conjuntura da redemocratização no pós-guerra*. São Paulo: Símbolo, 1980.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Tradução de Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TELES, A. Xavier. *O papel das Ideologias na vida nacional*. *Revista de Ciência Política da FGV* - vol. 5 / nº 1, p. 81-91, Rio de Janeiro: 1962.

TOLEDO, Caio Navarro de: Ideologia do desenvolvimento: análise de uma instituição.

Assis: Fac. de Filosofia Ciências e Letras, 1973. Tese de Doutorado.

_____ ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1982.

_____ O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____ Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB. Artigo em xerox, sem referência bibliográfica, datado de 1989.

_____ ISEB: fábrica de ideologias. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

VINHAS, Moisés. O Partidão: a luta por um partido de massas – 1922/1974. São Paulo:

Hucitec, 1982

WEFFORT, Francisco Corrêa. Nota sobre a teoria da dependência: teoria de classes ou ideologia nacional. Revista Estudos Cebrap, vol. 1, p. 1-24, São Paulo: 1972.

_____ O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZAVITH, Chamissi. Desenvolvimento econômico e mudança social no governo

Juscelino Kubitschek. São Paulo: PUC, 1978.

ANEXOS

1. Obra werneckiana editada em livro:

1. História da literatura brasileira, 1938.
2. Panorama do segundo Império, 1939.
3. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril, 1941.
4. Orientações do pensamento brasileiro, 1942.
5. Síntese do desenvolvimento literário no Brasil, 1943.
6. Formação da sociedade brasileira, 1944.
7. O que se deve ler para conhecer o Brasil, 1945.
8. O Tratado de Methuen, 1957.
9. As classes sociais no Brasil, 1957.
- 10. *Introdução à revolução brasileira, 1958.***
11. Narrativas militares, 1959.
- 12. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro, 1959.***
- 13. *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro, 1961.***
- 14. *Quem é o povo no Brasil, 1962.***
15. Formação histórica do Brasil, 1962.
16. Quem matou Kennedy, 1963.
- 17. *História da burguesia brasileira, 1964.***
18. Evolução social e política do Brasil, 1964.
- 19. *História militar do Brasil, 1965.***
20. O naturalismo no Brasil, 1965.
21. Ofício de escritor, 1965.
22. As razões da independência, 1965.
23. História da imprensa no Brasil, 1966.

24. *Memórias de um soldado, 1967.*
25. Fundamentos de estética marxista, 1968.
26. *Fundamentos da economia marxista, 1968.*
27. *Fundamentos do materialismo histórico, 1968.*
28. *Fundamentos do materialismo dialético, 1968.*
29. Síntese de história da cultura brasileira, 1970.
30. *Memórias de um escritor, 1970.*
31. Brasil: radiografia de um modelo, 1974.
32. Introdução à geografia: geografia e ideologia, 1976.
33. *A verdade sobre o ISEB, 1978.*
34. Oscar Niemeyer, 1978.
35. A coluna Prestes, 1979.
36. Vida e morte da ditadura, 1984.
37. Contribuição à história do PCB, 1985.
38. *História e materialismo histórico no Brasil, 1985.*
39. O tenentismo, 1985.
40. *História da história nova, 1987.*
41. A intentona comunista de 1935, 1987.
42. O governo militar secreto, 1987.
43. Em defesa da cultura, 1988.
44. Literatura e história no Brasil contemporâneo.
45. A marcha para o nazismo, 1989.
47. A república, 1989.
48. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil, 1990.
49. A luta pela cultura, 1990.

50. O fascismo cotidiano, 1990.
51. A ofensiva reacionária, 1992.
52. A fúria de calibã: memórias do golpe de 1964, 1994.
53. A farsa do neoliberalismo, 1995.
54. *Tudo é política*, 1998.

2. Dossiê: Nelson Werneck Sodré.

Fonte: *Arquivo Público de São Paulo*.
Setor DEOPS/SP. Coletado e transcrito
das pastas do Arquivo do Setor de Ordem
Política e Social.

- PASTA Nº 52 Z 0 - 14.937 - SEC. EST. DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA
PÚBLICA. DIV. DE INFORMAÇÕES - CPI/DOPS.

ASS.: DOSSIÊ GERAL - / OBJETO: NÉLSON WERNECK SODRÉ.

- Qualificação: filho de Heitor Abreu Sodré e Amélia Werneck de Almeida, militar,
identidade nº IG-94696, nascido aos 27 abr. 1911.

- Em investigações realizadas em *dez de 1945*, a respeito da revista "*Leitura*", apurou-se que Nelson Werneck Sodré era colaborador da mesma, cuja redação era localizada na Av. Pres. Wilson, 198, 2º andar, Rio de Janeiro, possuindo uma sucursal em SP à rua Xavier de Toledo, 114, 1º andar.

- em *abril de 1950*, Nelson Werneck Sodré, ao lado de conhecidos intelectuais, integrou a delegação carioca ao III Congresso de Escritores, que teve lugar na cidade de Salvador-BA.

- em *1951*, Nelson Werneck Sodré, que figura como Major do Exército, foi afastado da Diretoria do Depto. de Cultura, por *exercer atividades comunistas*, constando também que o mesmo mantinha ligações em todo o país, com *militares comunistas*.

- informação reservada de 27/03/63, referindo-se às atividades da "*Sociedade Amigos do Povo do Paraguai*", organizada pelo PCB, diz que, por iniciativa de um grupo esquerdista de SP surgiu nessa capital a "*Comissão Paulista de Solidariedade aos Presos Políticos do*

Paraguai” e que as referidas entidades, de acordo com suas congêneres no Chile, Uruguai; Argentina e Cuba, acabou de convocar o “*Iº Encontro Latino-Americano Pela Liberdade dos Presos Políticos do Paraguai*”, a realizar-se nos dias 2 e 3 de abril . entre os que aderiram a convocação é citado o General Werneck.

- O jornal “*Correio da Manhã*”, de 28/04/1963, sob o título “*Documento revela trama comunista no Brasil e identifica seus agentes*”, diz que importante documento sobre a infiltração comunista nos diversos setores de atividades do país, encontra-se em poder das autoridades civis e militares, encarregadas da segurança nacional. Referido documento descreve as vinculações internas e externas do PCB, assim como identifica um grupo de pessoas por terem participação ativa nos diversos órgãos e setores de classes, no qual figura Nélson Werneck Sodré.

- Relatório sobre o XXVI Congresso da UNE, realizado em Santo André-SP, arquivado nesse setor em 08/08/1963, informa entre outras coisas, que a UNE tem por mentores intelectuais o pessoal do ISEB, destacando-se Álvaro Vieira Pinto, Nélson Werneck Sodré, Paulo de Castro e outros intelectuais marxistas, que orientam e preparam as teses.

- Ainda em 1963, consta-nos um Boletim de Informações da Comissão Organizadora do “*Congresso Continental de Solidariedade a Cuba*”, no qual o marginado figura entre os intelectuais que manifestaram solidariedade ao povo cubano.

- Seu nome (NWS) figura na “Caderneta de Prestes nº 15”, como General reformado e que pode trabalhar na “*Revista de Estudos Sociais*”, como Diretor.

- Informe nº 123/64, do IIº Exército, traz ao nosso conhecimento que na Faculdade de medicina da USP, os comunistas prepararam e passaram a editar um jornal denominado “*Novas Perspectivas*”, e o nº 1, datado de 15/02/64, publicou “*notas bibliográficas*”, do escritor, filólogo, Ten. Cel e comunista Nélson Werneck Sodré.

- Em 13/04/1964, seu nome figura numa relação de militares que tiveram os seus direitos suspensos pelo Ato nº 4, do Comando Supremo da Revolução (DO nº 71, de 14/4/1964 - fls. 3313).
- Relatório de 05/08/1964, do Colegiado Interventor da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, referindo-se a reuniões havidas durante a crise do pedido de “estado de sítio”, feito pelo então Presidente João Goulart, diz ter havido vinculação íntima entre os estudantes da UNE e da UEE e também com os Srs. Leonel Brizola, Paulo de Tarso, Álvaro Vieira Pinto, Nélson Werneck Sodré e outros.
- Conforme publicado no jornal “A Gazeta”, de 06/10/1964, conta-nos que a Comissão Geral de Investigações, divulgou edital convocando diversos elementos, entre os quais o marginado, a comparecer no Quartel do 3º Batalhão da P.M. da Guanabara, afim de prestarem esclarecimentos sobre atividades subversivas em órgãos da imprensa comunista.
- Informação nº 245, do Min. da Aeronáutica - 4ª Zona Aérea, traz ao nosso conhecimento que em 1964, o marginado foi autuado e ouvido, por ocasião da cassação dos seus direitos políticos, tendo sido encontrada sob sua responsabilidade, vasta quantidade de armas e munições, tipo privativo das Forças Armadas; suas obras são de cunho eminentemente doutrinário. Em 04/04/1966, foram apreendidos, na Livraria Cruz e Souza dois volumes de “História Militar do Brasil”, de sua autoria, cuja venda estava proibida. Figura num informe a respeito de infiltração comunista nos órgãos de comunicação social.
- Em 1965 foi arquivado neste Setor de Cadastro, uma relação de elementos integrantes da chapa proposta para a constituição do primeiro Conselho Consultivo do Comando dos Trabalhadores Intelectuais.
- Conforme publicação no jornal “O Estado de São Paulo”, de 06/03/1965, consta-nos que os principais dirigentes do ISEB, são fichados no DOPS da Guanabara como comunistas, entre os quais figura o General Werneck Sodré, que tiveram suas atividades cuidadosamente

investigadas pelas autoridades que chegaram a conclusão de que eram intimamente ligados ao movimento subversivo que estava instalado no país. Consta ainda que o marginado e outros, infiltraram-se no Ministério da Educação e Cultura, onde elaboraram e imprimiram uma coleção de livros sobre História do Brasil, denominada “*História Nova*”. Nessa coleção, na opinião das autoridades, os comunistas desenvolveram uma pura dialética.

- Conforme publicação no jornal “*Última Hora*”, de 26/05/1965, consta-nos que o Cel. Gérson Pina, que comanda o IPM do ISEB, determinou a apreensão da nova edição do livro “*História Nova*”, no qual personagens e fatos da História do Brasil são apresentados sob uma nova perspectiva. Sobre o assunto, o Sr. Nélson Werneck Sodré, um dos autores da obra, disse que “*se confirmada a ordem, demonstrará a ausência de liberdade de pensamento neste país*”.

- Conforme publicação no jornal “*Diário Popular*”, de 05/06/1965, consta-nos que já estão presos três dos seis autores da “*História Nova*” e aguarda-se a prisão do General Nélson Werneck Sodré.

- Conforme publicação no jornal “*Diário Popular*”, de 04/11/1965, consta-nos que Nélson Werneck Sodré é um dos autores da “*História Nova do Brasil*”, obra considerada subversiva, colocada na praça pela Editora Brasiliense.

- Conforme publicação no jornal “*Folha da Manhã*”, de 18/03/1966, o Procurador Geral da Justiça Militar, Sr. Heraldo Gueiros Leite, denunciou por crime de subversão diversos elementos, entre os quais o marginado.

- Conforme publicado no jornal “*O Estado de São Paulo*”, de 24/11/66, consta-nos que o STM acolheu hoje o parecer do Procurador Geral da Justiça Militar, Sr. Heraldo Gueiros Leite, decidindo pelo arquivamento da parte do IPM do Partido Comunista relativa ao marginado e outros.

- Conforme publicação no jornal *“O Estado de São Paulo”*, de 26/11/1966, consta-nos que por determinação do Comandante do 1º Exército, serão interrogados nos próximos dias, o General Nélson Werneck Sodré e outros, os quais estão indiciados no IPM que apura as atividades subversivas na Confederação Nacional dos Trabalhadores.
- Relatório reservado de 29/11/1966 nos informa que pouco antes da Revolução de março de 64, quando ainda os comunistas de Fernandópolis organizavam-se para levar avante a *“Revolução Camponesa”*, foi preso na fazenda do Coronel Néca Verdi, o General Nélson Werneck Sodré, como suspeito de participar daquele movimento subversivo.
- Conforme publicação no jornal *“Folha da Manhã”*, de 21/01/1967, consta-nos que o General Nélson Werneck Sodré é o principal indiciado no IPM da *“História Nova”*, que também envolve o ISEB e o Ministério da Educação. Consta que o referido indiciado, por sua capacidade intelectual, no exercício do magistério, sob a cômoda liberdade de cátedra, deu aulas e fez conferências, ao longo da existência do ISEB, difundindo princípios norteadores da guerra psicológica, lastreada em Mao-Tsé-Tung e seus seguidores.
- Conforme publicação no jornal *“Folha da Manhã”*, de 11/02/1967, consta-nos que o General Nélson Werneck Sodré, está sendo processado em várias Auditorias da 1ª Região Militar, sob a acusação de atividades subversivas. Segundo, porém, recente jurisprudência do STM, *“um paciente não pode responder a mais de um processo paralelamente pelos mesmos motivos”*.
- Conforme publicação no jornal *“Diário Popular”*, de 04/07/1970, consta-nos que a Polícia Federal encaminhou ao Ministério da Justiça diversos livros suspeitos de conterem matéria ofensiva à moral e aos costumes, entre os quais figura *“História Nova”*, digo *“História Militar do Brasil”* de Nélson Werneck Sodré. No exame dos livros, o Ministério da Justiça descobriu *“configurada propaganda subversiva”*, e determinou sua apreensão, proibindo sua circulação, impressão e venda em todo o território brasileiro.

- Em 1972, o livro "*Revolução Brasileira*" e outras obras de sua autoria, foi muito citado nas declarações prestadas no DOI por diversos militantes de organizações subversivas.
- Em 19/07/1974, consta-nos cópia de manifesto ao STF a respeito do processo ao qual está sendo submetido o Dep. Fed. Francisco Pinto, do MDB da Bahia. Entre os nomes que consta ter assinado o original o original do referido manifesto, figura Nélson Werneck Sodré.
- Em 1975, seu nome figura como um dos editores do panfleto "*Memórias do Exílio*", Brasil 1964/1975.
- Conforme RPI nº 12/76 do Iº Ex., datado de dez. de 1976, consta entre outras coisas que existe indícios de grupos intelectuais paulistas de esquerda estarem aproveitando a situação de desprestígio da História do Brasil, para divulgarem e imporem sutilmente suas versões marxistas. Dentre estes indícios, registre-se, além da obra "*Brasil História, Texto e Consulta*", lançada pela Ed. Brasiliense, do comunista Caio Prado Jr., mais o Caderno de Debates nº 1 - História do Brasil nº 2, digo, 2ª edição, da mesma editora, e organizado pelo mesmo grupo que é integrado por ex-terroristas ou elementos com antecedentes subversivos. Referido Caderno, conta com a colaboração de historiadores marxistas, como Nélson Werneck Sodré e outros.
- Conforme pedido de busca nº 110/77-CB do IIº Ex., datado de 03/05/77, consta que a Difusão Editorial irá lançar até 1979 os dois últimos livros de História do Brasil, constante de 11 volumes. Dentre os elementos que participarão da obra, figura Nélson Werneck Sodré (marxista).
- Consta aqui arquivado em 20/05/1977, documento reservado, onde a "*Aliança Anti-Comunista Brasileira*", faz séria advertência ao comunista Ênio Silveira, dirigente da Editora Civilização Brasileira, responsável pela divulgação da doutrina comunista em nossa terra.

Consta ainda do referido documento, que essa advertência serve também aos comunistas encapuzados de intelectuais, como Nélson Werneck Sodré e outros.⁷¹

- No pedido de busca nº 195/77, de 09/09/1977, do MinEx, CMDO IIº Ex., consta que a Editora Graal reeditou a obra História da Imprensa, de Nélson Werneck Sodré.

- Em panfleto distribuído nas ruas, confeccionado por grupos anti-comunistas, consta que, em janeiro de 1964, o Brasil estava dominado por uma camarilha de comunistas e pelegos e, com grande alarde, o governo acabava de introduzir nos ginásios e colégios de todo Brasil a “*História Nova*” de nossa pátria, coleção de brochuras encomendadas aos comunistas e pelegos pelo governo daquela época, e dentre os quais figurava o epígrafado como principal escritor. Este panfleto foi atirado às ruas em janeiro de 1978.

- O jornal “*Folha de São Paulo*”, de 27/05/1978, publicou a notícia de que: “STM extingue punição a Nélson Werneck Sodré”. Prossegue no contexto: “O escritor e historiador Nélson Werneck Sodré, General da reserva, não mais responderá a processo na Justiça Militar por ter escrito o livro “*História Militar do Brasil*”. Acusado de propaganda subversiva, o historiador teve a sua punição, digo, punibilidade extinta por ter a edição saído em 1968. A decisão foi tomada pelo Ministro Gualter Godinho, do STM.

- No relatório da Div. de Informações, de 29/07/1978, de nº 853, consta que o referido figurava num cartaz afixado na Faculdade de História e Geografia da USP/SP que tinha os seguintes dizeres: “*Fora Carlos Guilherme Mota, deflorador de menininhas, falso esquerdista, denunciado por Nélson Werneck Sodré, socialista autêntico*”. (Sic)

- O epígrafado aparece na relação de nomes de fundadores do Centro Brasil Democrático, arquivado neste Setor em 26/10/1978.

- O jornal “*Folha de São Paulo*”, de 05/11/1978, publicou um artigo de Jeferson Del Rios, o qual faz alusão a obra “*Memórias do Exílio*” de autoria do epígrafado e outros.⁷²

⁷¹ . Neste ponto do Dossiê consta o seguinte, datilografado em vermelho: “*Inf. Para o IIº Ex., em 13/10/77.*”

⁷² . Aqui o Dossiê é fechado com a seguinte nota datilografada em vermelho: “*pedido do SNI em 22/02/79.*”

- PASTA DEOPS Nº 50 K 118795 - RECORTE OESP, 30/12/80.

- Artigo de Lúcio Asfora com o título “ *Prestes a crítica e a autocrítica*”.
- Resenha do jornalista acima citado sobre o livro “*Prestes: Lutas e Autocríticas*” dos jornalistas cariocas Denis de Moraes e Francisco Viana. Segundo Asfora, o livro resgata “*os quase 60 anos de militância política de um dos mais controvertidos homens públicos brasileiros, dos quais 44 foram vividos entre a cadeia, a clandestinidade e o exílio. A edição é da Vozes, e o prefácio, do ex-presidente da OAB, Raimundo Faoro*”.
- ao final do artigo o jornalista faz menção sobre a comemoração do aniversário de 84 anos de Prestes: “*... no domingo, show artístico, exibição de filmes, leilão e venda de artesanato regional marcarão, num clube suburbano do Rio, a festa dos 84 anos de idade de Luis Carlos Prestes, que na ocasião fará um discurso de agradecimento*”.
- A festa, que está sendo anunciada por meio de cartazes em toda a cidade, começará as 15 horas no Sampaio Atlético Clube e, a exemplo do ano passado, os organizadores pretendem lotar suas dependências com milhares de “*companheiros e amigos, democratas e patriotas*”, para comemorar os 84 anos “*desta grande e prestigiada figura da História contemporânea brasileira*”. A comissão organizadora da festa é formada por Oscar Niemeyer, Nelson Werneck Sodré, Carlos Scliar, Honório Peçanha, Sabino Barroso, Adão Pereira Nunes, Ivan Alves, Mario Lago e Waldir Duarte.

- PASTA DEOPS Nº 50 D 26 6300 - INFORME MAER - 2ª SEC. CISA-CENIMAR, Nº 031/A-2 / IV COMAR.

- “*de 04 a 08 fev. 80 foi realizado na UNB um curso visando a marxização dos presentes, embora fosse entitulado *Marxismo e Democracia*”*. As aulas foram dadas por Marco Aurélio Nogueira, professor da USP e editor da revista “*Temas*”, em São Paulo, através da

Ed. Ciências Humanas, durante o período de 04 a 08 fev. 80, tendo sido vendidas as seguintes publicações sobre os temas debatidos, que continham o conteúdo das aulas.⁷³ O curso foi realizado no anfiteatro da UNB, nº 17, freqüentado por 120 pessoas aproximadamente, tendo por principal coordenador Paulo Afonso Bracarense Costa, ligado ao PCB.

**- PASTA DEOPS Nº 50D 26 6876 - INFORME Nº 043/A2/ IV COMAR/82 -
MAER / 2ª SEÇÃO CISA.**

- Para conhecimento, transcrevemos o Infe nº 0030/CISA-RJ de 27 jan 82:

1. no dia 21 jan. 82, na ABI/RJ, foi lançado o livro "*Prestes: Lutas e Autocríticas*", de autoria de Denis Moraes (repórter do jornal "*O Globo*" e diretor do Sind. Jornalistas do RJ) e de Francisco Viana (jornalista, formado em 1976 pela UFBA), e publicado pela Ed. Vozes Ltda.
2. o livro que contém uma apresentação feita por Nélson Werneck Sodré, é prefaciado por Raimundo Faoro (ex-pres. OAB) e é dedicado pelos autores a Ricardo Lessa Rodrigues (membro do CC/MR8) e Ivan Alves.⁷⁴

**- PASTA DEOPS Nº 50 K 6-284. - MATÉRIA NA VEJA DE 20 SET. 78 / XEROX
ANEXO.**

- "A Brancura Ilesa", de Cláudio Bojunga.

- Referente ao livro "A Verdade Sobre o ISEB", de Nélson Werneck Sodré.⁷⁵

⁷³ . N. R.: neste ponto do informe são citadas diversas obras tidas como marxistas, dentre elas "*Introdução à Revolução Brasileira*" (Perspectiva), de Nélson Werneck Sodré.

⁷⁴ . N. R.: a partir dessa informação, o informe segue no intuito de demonstrar que, em 1982, o racha político entre Prestes (e a ala *prestista* do PCB) e o MR8, era definitivo. Para isso, o informante do CISA/MAER diz: "...as palavras acima de Luís Carlos Prestes são um importante subsídio para, doravante, considerarmos o que vier a ser divulgado acerca do apoio do MR8 à 'ala prestista' do PCB, visto que a recíproca desta hipótese, conforme ventilado pelo próprio Prestes, não é absolutamente verdadeira".

⁷⁵ . Trata-se de artigo publicado na Revista Veja sobre o lançamento da obra citada de Sodré, e dois outros livros, de Oscar Niemeyer e Carlos Drummond de Andrade, respectivamente.

- PASTA DEOPS Nº 50 Z 9: FICHAS DE 43.937 A 44.140:

- FICHA Nº 50 Z 9 - 44.065: PEDIDO DE BUSCA 020/81 E2.3 - MIN. EX -
CMDO. II EXÉRCITO - 2ª SEÇÃO.

ASS: CONGRESSO MUNDIAL DA PAZ - SÓFIA - BULGÁRIA.

- 1. Dados conhecidos:

a) realizou-se em Sófia / Bulgária, na última semana de setembro de 1980, um Congresso pela Paz patrocinado pelo Conselho Mundial da Paz (CMP) e subsidiado pelo Partido Comunista da URSS (PCUS).

b) o PCUS teria colocado cerca de 15 passagens aéreas, de Lima / Perú para Sófia, à disposição da delegação brasileira, que deveria ser composta por elementos de diversos setores da sociedade.

c) em São Paulo várias pessoas, inclusive ligadas ao setor empresarial, teriam sido consultadas por militantes ligados à corrente Prestes e ao atual CC/PCB, se aceitavam comparecer ao evento.

d) Sebastião Baeta Henriques, membro do Bureau do CMP, e Carlos Ronchetti (elemento ligado a Prestes) representante do CMP no Brasil, teriam tomado parte na organização da delegação brasileira, em cuja composição estariam, entre outros os seguintes elementos:

- Dep. Fed. Marcelo Cerqueira - PMDB/RJ.

- Nelson Werneck Sodré e esposa.

- Mauro Lins e Silva (irmão de Aldo Lins e Silva) e esposa.

- Dep. Est. Flávio Bierrembach - PMDB/SP.

- Adv. José Carlos Dias - Com. Justiça e Paz/SP.

- Um elemento ligado ao Sind. Metalúrgicos de SP., e possivelmente um padre da CPJ/SP.

e) do Brasil até Lima, a viagem teria sido paga pelo próprio interessado. O vôo para Sófia estaria marcado para o dia 21 set. 80, com escalas em Havana/Cuba, Lisboa/Portugal e Frankfurt/Alemanha.

f) Luís Carlos Prestes teria participado do Congresso, após ter saído de Cuba, onde se encontrava em conversações com o dirigente máximo do Partido Comunista Cubano (PCC).

2. Dados solicitados:

- a) confirmação dos dados conhecidos, no que se refere a área de SP.
- b) outros dados julgados úteis.